



**RELATÓRIO**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO – COVID 19**

**Requerimento nº 117/2020**

**PARTE 1**

**1. Introdução\_**

Conforme descrito no Requerimento nº 117/2020, essa Comissão tem por objetivo promover o acompanhamento das medidas implementadas no Município de Belo Horizonte, visando ao enfrentamento da covid-19 e seus reflexos. Além disso, apresentar medidas para viabilizar a reabertura escalonada das atividades econômicas, no âmbito municipal. Desse modo, é relevante entender como a Comissão atuou ao longo desse período, no Município. Este relatório apresenta uma contextualização da atuação da Comissão, evidenciando as principais informações obtidas durante as audiências públicas, reuniões com convidados e por meio de pedidos de informação e demais requerimentos aprovados por essa.

**2. Contexto Mundial**

Conforme divulgado pela OPAS<sup>1</sup>, em 31 de dezembro de 2019, a OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome

1 Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2. Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença covid-19.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. A ESPII é considerada, nos termos do RSI, “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”. Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

Em 24 de setembro de 2020, a OMS registrou 31.452.029 casos acumulados e 967.164 óbitos acumulados em decorrência da infecção pela covid-19. Na região das Américas, nessa mesma data, são 15.751.167 casos acumulados e 533.680 óbitos acumulados em decorrência da infecção pela covid-19.

### 3. Contexto Nacional

Em relação ao contexto epidemiológico nacional, o primeiro caso foi confirmado, no Brasil, pelo Ministério da Saúde, em 26 de fevereiro de 2020, no Município de São Paulo. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde<sup>2</sup>, em 23 de setembro de 2020, contabilizam 4.624.885 casos confirmados e 138.977 óbitos confirmados em decorrência da infecção pela covid-19, conforme gráficos abaixo:

---

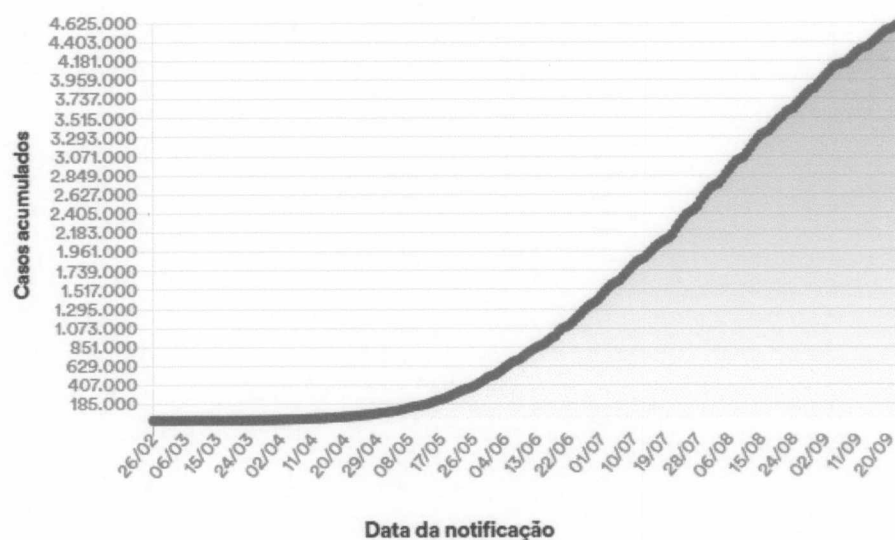
<sup>2</sup> Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>





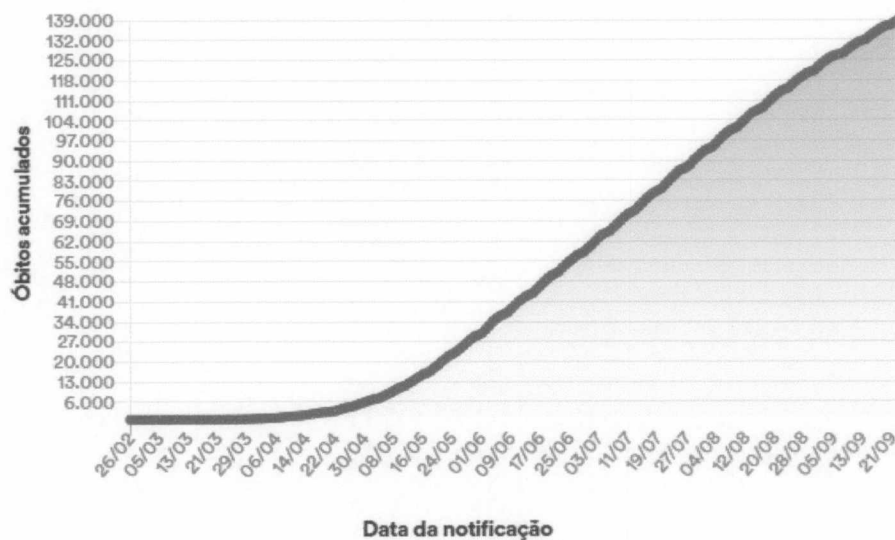
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Casos acumulados de COVID-19 por data de notificação



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020

Óbitos acumulados de COVID-19 por data de notificação



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020

Em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188, do Ministério da Saúde, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), no Brasil. Essa norma também instituiu o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), como



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mecanismo de gestão coordenada de resposta à emergência, no âmbito nacional. Dentre as atribuições do COE-nCOV, destaca-se a incumbência de planejar, organizar e controlar as medidas a serem empregadas durante a ESPIN, bem como articular-se com os gestores do SUS dos demais entes federados. O COE-nCov também possui a atribuição de divulgar informações relacionadas à ESPIN à população.

Posteriormente, a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispôs sobre as medidas para o enfrentamento da ESPIN, decorrente da covid-19. Dentre outras previsões, essa norma estabeleceu o escopo de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública. Ainda, determinou que as autoridades pudessem adotar, no âmbito de suas competências, as seguintes medidas visando ao enfrentamento da ESPIN:

- isolamento;
- quarentena;
- determinação de realização compulsória de: exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação e outras medidas profiláticas ou tratamentos médicos específicos;
- uso obrigatório de máscaras de proteção individual;
- estudo ou investigação epidemiológica;
- exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;
- restrição excepcional e temporária, por rodovias, portos ou aeroportos de entrada e saída do País e locomoção interestadual e intermunicipal;
- requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipóteses em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;
- autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, desde que observados critérios específicos, determinados nessa Lei.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Essas medidas apenas poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

Em 11 de março de 2020, a Portaria nº 356 dispôs sobre a regulamentação e a operacionalização da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Também nesse sentido, a Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, dispôs sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da ESPIN previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Em 20 de março de 2020, o Decreto Legislativo nº 6 reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Também nessa data, o Decreto nº 10.282 regulamentou a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, com o objetivo de definir os serviços públicos e atividades considerados essenciais. Ainda em 20 de março de 2020, a Portaria nº 454, do Ministério da Saúde, declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária da covid-19. Conforme disposto nessa Portaria, para contenção da transmissibilidade da covid-19, deverá ser adotado, como medida não farmacológica, o isolamento domiciliar da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, devendo permanecer em isolamento pelo período máximo de 14 dias. A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica, considerando os sintomas respiratórios ou o resultado laboratorial positivo para o SARS-CoV-2.

Em 15 de abril de 2020, a Lei nº 13.989, de 06 de fevereiro de 2020, dispôs sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), atribuindo ao Conselho Federal de Medicina a regulamentação dessa medida. Posteriormente, a Lei nº 13.995, de 05 de maio de 2020, dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do SUS, no exercício de 2020, com o objetivo de lhes permitir atuar, de forma coordenada, no combate à pandemia de covid-19.

Já em 27 de maio de 2020, a Lei Complementar nº 173 estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(...)

*Art. 1º Fica instituído, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, exclusivamente para o exercício financeiro de 2020, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)*

*§ 1º O Programa de que trata o caput é composto pelas seguintes iniciativas:*

*I - suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre:*

*a) de um lado, a União, e, de outro, os Estados e o Distrito Federal, com amparo na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;*

*b) de um lado, a União, e, de outro, os Municípios, com base na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017;*

*II - reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito nos termos previstos no art. 4º desta Lei Complementar; e*

*III - entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid19).*

(...)

Ressalta-se a existência de contrapartidas a serem observadas pelos entes federados como condição para a participação no Programa.

Destaca-se, também, a Lei nº 14.018, de 29 de junho de 2020, que dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos, no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da ESPIN decorrente da covid-19. Já em 07 de julho de 2020, a Lei nº 14.021 apresentou medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da covid-19 nos territórios indígenas; criou o Plano Emergencial para Enfrentamento à covid-19 nos territórios indígenas; estipulou medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à covid-19; e alterou a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

Em 18 de agosto de 2020, a Lei nº 14.040 estabeleceu normas educacionais a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, além de alterar a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Também nessa data, a Lei nº 14.041 versou sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública e da ESPIN decorrente da pandemia de covid-19.

Em seguida, datando de 24 de agosto de 2020 a Lei nº 14.046 dispôs sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública e da ESPIN decorrente da pandemia de covid-19.

### **4. Contexto do Estado de Minas Gerais**

No Estado de Minas Gerais, o primeiro caso confirmado de infecção pela covid-19 foi homologado pela Fiocruz em 08 de março de 2020. Em 23 de setembro de 2020, dados divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) contabilizaram 276.314 casos confirmados e 6.897 óbitos confirmados em decorrência da infecção pela covid-19, conforme perfil epidemiológico abaixo<sup>3</sup>.

**Perfil epidemiológico dos óbitos confirmados de covid-19, MG, 2020**

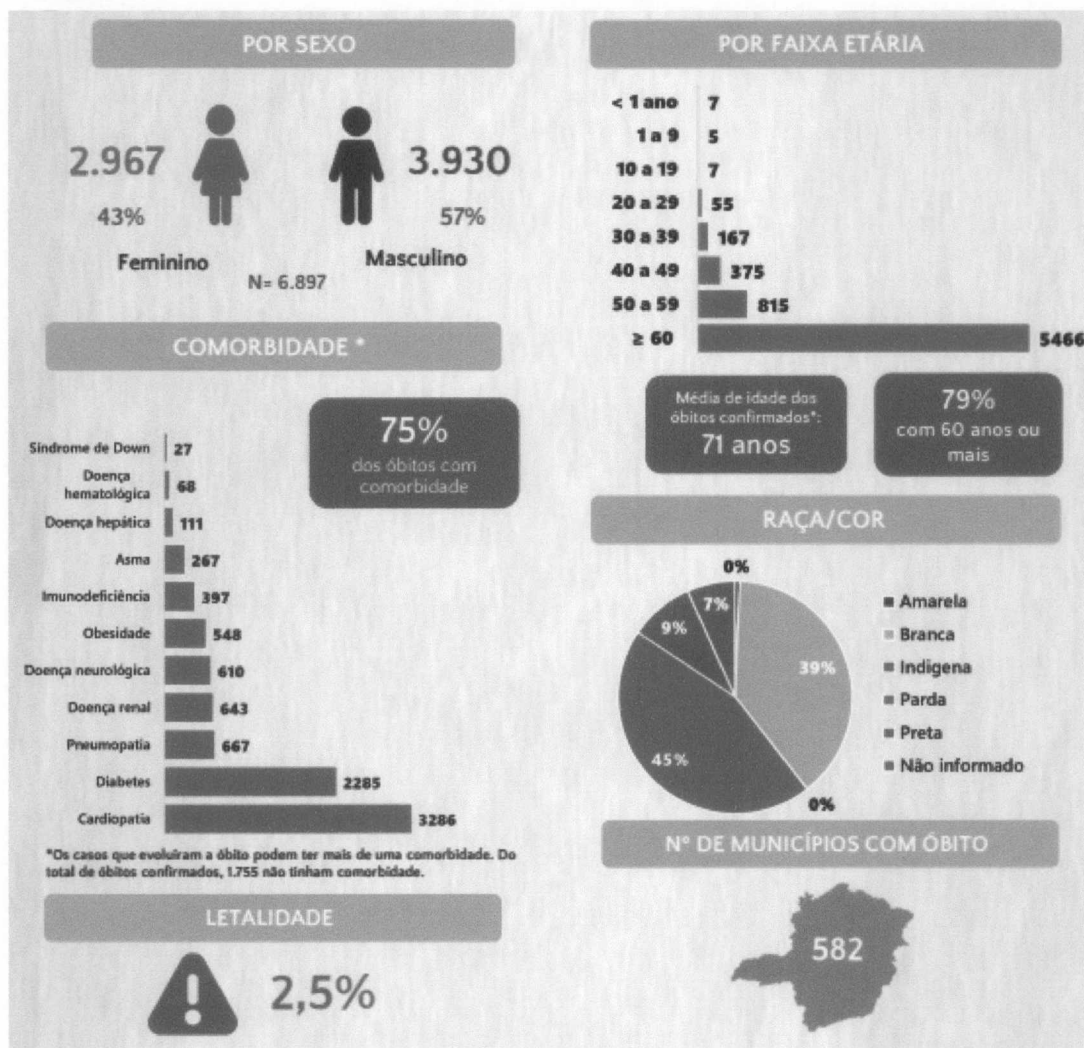
---

<sup>3</sup>Boletim Epidemiológico - Covid-19 SES-MG. Disponível em: [http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/09-setembro/23.09\\_Boletim-Epidemiologico\\_COVID-19\\_.pdf](http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/09-setembro/23.09_Boletim-Epidemiologico_COVID-19_.pdf)





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Os Municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Nova Lima concentram, nessa ordem, o maior número de casos na RMBH, conforme divulgado pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência-RMBH); a partir de dados obtidos pela SES-MG. Ressalta-se que, segundo o Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais, Belo Horizonte apresenta-se como Município estratégico para o SUS-MG, sendo referência estadual, macro e microrregional de saúde. Consequentemente, o contexto epidemiológico estadual e, principalmente, da RMBH, impacta a rede de saúde pública municipal, tornando imprescindível o acompanhamento dos dados epidemiológicos. Nesse sentido, essa Comissão, por meio do Requerimento nº 298/ 2020, deliberou para que fosse convidada, em caráter permanente, a diretora geral da Agência-RMBH, Sra. Mila Batista Leite Corrêa da Costa, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dessa Comissão.





Segundo a Lei Complementar nº 107, de 12 de janeiro de 2009, que cria a Agência-RMBH:

(...)

*Art. 4º - Compete à Agência RMBH:*

*I - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado a que se refere o art. 5º da Lei Complementar nº 88, de 2006;*

*II - promover a implementação de planos, programas e projetos de investimento estabelecidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, bem como a execução das metas e prioridades estabelecidas;*

*III - elaborar e propor, em caráter continuado, estudos técnicos com objetivos, metas e prioridades de interesse regional, compatibilizando-os com os interesses do Estado e dos Municípios integrantes da RMBH;*

*IV - propor normas, diretrizes e critérios para compatibilizar os planos diretores dos Municípios integrantes da RMBH com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, no tocante às funções públicas de interesse comum;*

*V - manter permanente avaliação e fiscalização da execução dos planos*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e programas aprovados para a RMBH;

VI - articular-se com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando a captação de recursos de investimento ou financiamento para o desenvolvimento integrado da RMBH;

VII - articular-se com os Municípios integrantes da RMBH, com órgãos e entidades federais e estaduais e com organizações privadas, visando à conjugação de esforços para o planejamento integrado e o cumprimento de funções públicas de interesse comum;

VIII - assistir tecnicamente os Municípios integrantes da RMBH;

IX - fornecer suporte técnico e administrativo à Assembléia Metropolitana e ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano;

X - estabelecer intercâmbio de informações com organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, na sua área de atuação;

XI - promover diagnósticos da realidade socioeconômica local e de âmbito metropolitano, com vistas a subsidiar o planejamento metropolitano;

XII - constituir e manter banco de dados com informações atualizadas necessárias ao planejamento e à elaboração dos programas e planos a serem desenvolvidos;

XIII - auxiliar os Municípios da RMBH na elaboração e na revisão de seus planos diretores;

XIV - colaborar para o desenvolvimento institucional dos Municípios a que se refere o § 2º do art. 1º desta Lei Complementar, quando necessário e tendo em vista a questão do planejamento;

XV - apoiar os Municípios na elaboração de projetos de desenvolvimento metropolitano, para fins de habilitação a recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano;

(Vide inciso XI do art. 215 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011.)

XVI - exercer poder de polícia administrativa, notadamente no tocante à regulação urbana metropolitana.

§ 1º - Para o cumprimento das competências previstas neste artigo, a Agência RMBH poderá:

I - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e de pagamentos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos sob sua administração;

II - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza e receber



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais, nacionais e estrangeiros;*

*III - promover desapropriações e instituir servidões, nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social emanada do Chefe do Poder Executivo competente;*

*IV - firmar termo de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público credenciadas nos termos da legislação estadual;*

*V - participar de operações conjuntas relacionadas com a fiscalização de funções públicas de interesse comum;*

*VI - constituir comitês interinstitucionais, na forma de regulamento, para a gerência de projetos específicos na RMBH;*

*VII - fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes de planejamento e execução de função pública de interesse comum na RMBH, em especial quanto a normas de parcelamento do solo metropolitano para fins urbanos e em áreas de interesse especial ou limítrofes de Município do Colar Metropolitano ou em áreas do Colar que pertençam a mais de um Município, sem prejuízo das competências municipais;*

*VIII - aplicar as sanções administrativas previstas nesta Lei às pessoas físicas e jurídicas de direito privado.*

(...)

Em relação ao arcabouço legal estadual, o Decreto nº 113, de 12 de março de 2020, declarou situação de Emergência em Saúde Pública no Estado de Minas Gerais, em decorrência da covid-19 e dispôs sobre as medidas para seu enfrentamento. Posteriormente, em 15 de março de 2020, o Decreto nº 47.886 dispôs sobre as medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de covid-19. Ainda, instituiu o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do covid-19 – Comitê Extraordinário covid-19. Já em 16 de março de 2020, o Decreto nº 10.277 instituiu o Comitê de Crise para supervisão e monitoramento dos impactos da covid-19.

Em 20 de março de 2020, o Decreto nº 47.891 reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pela covid-19. Ainda, o Decreto nº 47.896, de 25 de março de 2020, instituiu o Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN covid-19, visando acompanhar e propor medidas de natureza fiscal, econômica e financeira em razão dos efeitos da pandemia da covid-19. Já em 31 de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

março de 2020, o Decreto nº 47.904 dispôs sobre o plano de contingenciamento de gastos do Poder Executivo.

Em seguida, a Lei nº 23.636, de 17 de abril de 2020, versou sobre a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação da covid-19. Desse modo, funcionários, servidores e colaboradores que prestam atendimento ao público nos órgãos e nas entidades da administração pública, no Sistema Penitenciário e no Sistema Socioeducativo, nos estabelecimentos industriais, comerciais, bancários, rodoviários e metroviários, nas instituições de longa permanência para idosos e nas unidades lotéricas, em funcionamento no Estado, ficaram obrigados a utilizar, em seus ambientes de trabalho, máscara de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação da covid-19, enquanto perdurar em Minas Gerais o estado de calamidade pública decorrente da pandemia dessa doença. Ainda, a Lei nº 23.641, de 14 de maio de 2020, dispôs sobre o encaminhamento, à ALMG e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de informações sobre a aquisição de bens e a contratação de serviços realizada pelo Poder Executivo em função do enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19.

Acrescenta-se a Lei nº 23.643, de 22 de maio de 2020, que versou sobre a comunicação a órgãos de segurança pública de ocorrência, ou indício de ocorrência, de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso nos condomínios residenciais localizados no Estado, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, os síndicos e administradores, responsáveis pelos condomínios residenciais localizados no Estado, ficaram obrigados a comunicar à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ou à Polícia Militar de Minas Gerais a ocorrência, ou o indício de ocorrência, nas dependências do condomínio, de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso de que vierem a ter conhecimento.

Já a Lei nº 23.644, de 22 de maio de 2020, versou sobre o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva de urgência relativos a ato de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de covid-19. Nesse sentido, o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva de urgência relativos a ato de violência doméstica e familiar contra a mulher, previstos na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, poderão



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ser feitos por meio da Delegacia Virtual do Estado, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de covid-19.

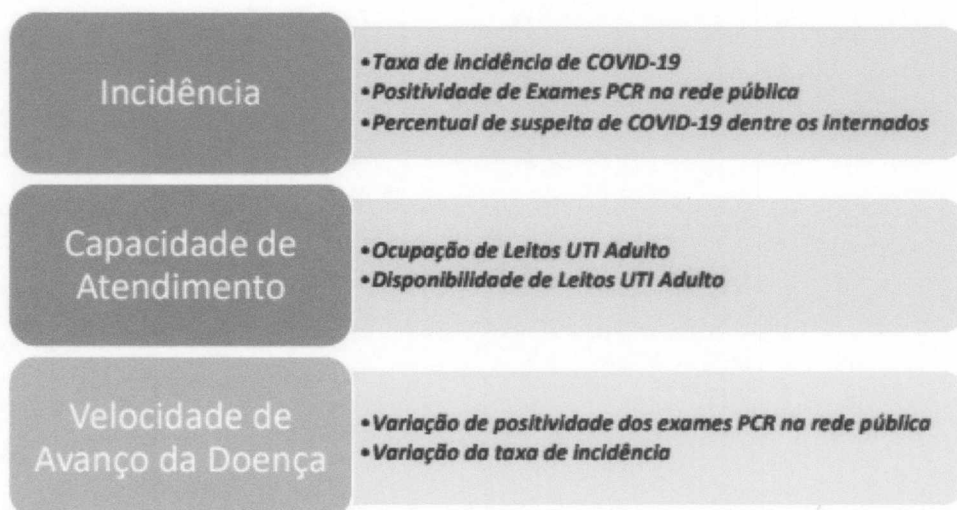
Além disso, a Lei nº 23.645, de 28 de maio de 2020, versou sobre o enfrentamento da violência doméstica e familiar e a proteção social da mulher, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. Como reflexo disso, o Estado, em articulação com os municípios, deverá adotar medidas voltadas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar e a proteção social da mulher durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. Na implementação dessas medidas, deverão ser observadas as orientações da OMS.

Importa mencionar o Plano Minas Consciente<sup>4</sup>. Ressalta-se que o Município de Belo Horizonte não aderiu ao Plano. Segundo o Governo Estadual, esse Plano foi construído e revisado a partir da necessidade de conduzir a sociedade, gradualmente, a uma nova normalidade. A ótica do Plano trabalha a partir de uma liberação gradual da economia, dos setores e dos empreendimentos econômicos por “ondas”. Em relação ao funcionamento, todas as empresas serão regulamentadas por meio de um protocolo com regras de funcionamento, algumas gerais que se aplicam a todos os estabelecimentos e outras que se aplicam somente a estabelecimentos específicos. A liberação de uma nova onda, ou regresso a uma situação anterior é realizada a partir de um monitoramento constante de indicadores relativos à capacidade assistencial e à propagação da doença, culminando em decisões do Comitê Extraordinário covid-19 e dos gestores municipais:

---

4 Plano Minas Consciente: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente>





Fonte: Elaboração própria SES

Tendo em vista a amplitude geográfica do Estado de Minas Gerais, com 853 municípios, é necessário que a tomada de decisão seja regionalizada. O Plano prevê a existência de três ondas: onda vermelha, composta por serviços essenciais; onda amarela, também inclui serviços não essenciais; onda verde; além dos serviços anteriores, inclui serviços não essenciais de maior risco de contágio e de aglomeração.

## 5. Contexto do Município de Belo Horizonte

O primeiro caso de infecção pela covid-19, confirmado no Município de Belo Horizonte, ocorreu em 16 de março de 2020. Já em 17 de março de 2020, o Decreto nº 17.297 declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, no Município de Belo Horizonte, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra a covid-19. Para o enfrentamento dessa situação, o Decreto estabeleceu as seguintes medidas:

- poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- nos termos do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;
- poderá ser concedido à população em situação de maior vulnerabilidade social ou econômica do Município, de acordo com os critérios objetivos definidos pelos órgãos e entidades competentes, o acesso a bens de consumo, em caráter provisório, para garantir o direito à alimentação adequada, condições de higiene e de prevenção à propagação da covid-19, contribuindo para a manutenção de condições básicas de cidadania.

Também em 17 de março de 2020, o Decreto nº 17.298 versou sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento da epidemia de covid-19, no âmbito do Poder Executivo, considerando a Situação de Emergência em Saúde Pública. Uma dessas medidas consistiu na instituição do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da covid-19, de caráter deliberativo, com competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico da covid-19, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção, controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas.

Esse Comitê, coordenado pelo Secretário Municipal de Saúde, possui como membros convidados: Estevão Urbano Silva, Presidente da Sociedade Mineira de Infectologia; Carlos Ernesto Ferreira Starling, Infectologista membro das Sociedades Mineira e Brasileira de Infectologia; Unaí Tupinambás, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Poderão ser convidados para participar da reunião, a juízo dos membros, com o objetivo de contribuir com informações a respeito da matéria objeto do convite, especialistas e representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas.

Esse Decreto também estabeleceu a interrupção de atividades do Poder Executivo municipal, consideradas como serviços não essenciais, por tempo indeterminado, período em que os agentes públicos prestadores desses serviços deverão ficar em sobreaviso. Também foi instituída a possibilidade de regime de teletrabalho, no curso do período de emergência, a critério e nas condições definidas pelo Poder Executivo, para servidores cujas atribuições, por sua natureza e meios de produção, permitam a realização do trabalho remoto, sem prejuízo ao serviço público.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Decreto ainda estabeleceu a suspensão:

- de aulas e atividades nas instituições de ensino municipais e instituições de educação infantil parceiras da Prefeitura;
- de eventos públicos e privados, seja em espaço aberto ou fechado, incluída a programação dos equipamentos culturais públicos;
- dos atendimentos na Central de Atendimento Presencial do Modelo Integrado de Atendimento ao Cidadão – BH Resolve – e nas Gerências Regionais de Atendimento ao Cidadão, a partir de 18 de março de 2020, para readequação dos serviços ofertados com objetivo de reduzir o fluxo de pessoas e aglomerações nas unidades;
- de visitas públicas e da entrada de público externo nas bibliotecas, nos memoriais, nos auditórios, nos museus, nos arquivos públicos, nos centros culturais, nos centros de referência da cultura, nos equipamentos esportivos e em outros locais de uso coletivo nas dependências do Poder Executivo municipal;
- de participação em viagens oficiais de membro, servidor, colaborador ou estagiário do Poder Executivo municipal, salvo os casos indispensáveis autorizados pelo dirigente máximo;
- da realização de capacitações e treinamentos presenciais;
- dos atendimentos e atividades coletivas;
- de todas as feiras, de qualquer natureza e espécie, exceto os pontos de comercialização da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania fundamentais para a garantia do abastecimento alimentar;
- das atividades da Escola Livre de Artes/Arena da Cultura, da Fundação Municipal de Cultura;
- das atividades nos parques municipais e no Jardim Zoológico de Belo Horizonte, que serão fechados;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- do gozo de férias dos servidores lotados nas Secretarias Municipais de Saúde e de Segurança e Prevenção, até data a ser determinada por ato dos Secretários.

Além disso, o Decreto determinou a adaptação do funcionamento presencial dos Restaurantes Populares para o modelo de entrega de marmitex, mantendo serviços e horários de funcionamento. Ressalta-se que o Refeitório João Bosco Murta Lajes, localizado na Câmara Municipal de Belo Horizonte, teve suas atividades provisoriamente suspensas. Em relação às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs –, determinou-se o acompanhamento das unidades de saúde dos territórios, inclusive em relação às práticas preventivas em visitas de familiares e protocolos de higienização dos funcionários no início do expediente, assim como notificação imediata de casos suspeitos. Já os serviços e as unidades de atendimento à população em situação de rua deverão receber orientações específicas para cada uma das modalidades de atendimento existentes, considerando a sua dinâmica.

O Decreto também estabeleceu competência para a Secretaria Municipal de Saúde expedir:

- recomendações ao setor privado com medidas de prevenção para conter a disseminação da covid-19;
- medidas a serem adotadas para a higienização dos veículos das empresas de transporte coletivo;
- demais medidas de prevenção que deverão ser observadas pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo.

Em 18 de março de 2020, o Decreto nº 17.304 de 2020 determinou a suspensão temporária de alvarás de localização e funcionamento (ALFs) emitidos para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas, especialmente para:

- casas de shows e espetáculos de qualquer natureza;
- boates, danceterias, salões de dança;
- casas de festas e eventos;
- feiras, exposições, congressos e seminários;
- shoppings centers, centros de comércio e galerias de lojas;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- cinemas e teatros;
- clubes de serviço e de lazer;
- academia, centro de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico;
- clínicas de estética e salões de beleza;
- parques de diversão e parques temáticos;
- bares, restaurantes e lanchonetes.

Caso tivessem estrutura e logística adequadas, os estabelecimentos anteriormente mencionados poderiam efetuar entrega em domicílio e disponibilizar a retirada, no local, de alimentos prontos e embalados para consumo, fora do estabelecimento, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação da covid-19. Já as demais atividades com potencial de aglomeração de pessoas, não incluídas nas restrições acima destacadas, deveriam funcionar com medidas de restrição e controle de público e clientes, bem como adoção das demais medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da covid-19.

Além disso, também foram suspensas as autorizações para eventos em propriedades e logradouros públicos, autorização de feiras em propriedade e autorizações para atividades de circos e parques de diversões. Posteriormente, o Decreto nº 17.325, de 06 de abril de 2020 ampliou esse rol, acrescentando a suspensão da utilização de praças e outros locais públicos para a prática de atividades de esporte e lazer, coletivas ou individuais, que gerem aglomeração de pessoas.

A suspensão dos ALFs não se aplicou aos supermercados, farmácias, laboratórios, clínicas, hospitais e demais serviços de saúde em funcionamento no interior de shoppings centers, centros de comércio e galerias de lojas, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da covid-19. Já o funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres no interior de hotéis, pousadas e similares, poderia ser mantido para atendimento exclusivo aos hóspedes, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contágio e contenção da propagação da covid-19. A fiscalização quanto ao cumprimento das medidas determinadas pelo referido Decreto ficou a cargo dos órgãos de segurança pública, com apoio da Subsecretaria de Fiscalização.

O Decreto nº 17.308, de 19 de março de 2020, posteriormente alterado pelo Decreto nº 17.335, de 12 de maio de 2020, versou sobre medidas excepcionais de diferimento tributário para a redução dos impactos sobre a atividade econômica do Município, causados pelas ações de contenção da pandemia ocasionada pela covid-19. Nessa mesma data, o Decreto nº 17.309 alterou o Decreto nº 11.375, de 02 de julho de 2003, com o objetivo de estabelecer que o Programa Bolsa Moradia tenha como objetivo promover o atendimento emergencial ou temporário às famílias de baixa renda. Enquanto perdurar a atual Situação de Emergência em Saúde Pública, o Programa poderá ser concedido na modalidade abono pecuniário, que consiste no fornecimento de auxílio financeiro para fins de moradia.

Já o Decreto nº 17.313, de 21 de março de 2020, determinou condições temporárias para a realização de atividades de tele atendimento, central de telemarketing e *call center* para enfrentamento da Situação de Emergência em Saúde Pública em decorrência da covid-19. Esses locais deverão observar condições especiais de saúde e vigilância sanitária, em virtude do potencial de aglomeração e proximidade das pessoas nos locais de prestação desses serviços. Posteriormente, em 01 de abril de 2020, o Decreto nº 17.319 dispôs sobre a prorrogação do prazo de validade das certidões negativas de débitos e certidões positivas, com efeitos de negativas, de débitos relativos a créditos municipais, em decorrência da pandemia relacionada à covid-19.

Em 06 de abril de 2020, o Decreto nº 17.326 determinou a proibição da circulação, no território do Município de Belo Horizonte, de transporte público coletivo oriundo de municípios que interromperam as medidas de isolamento social. Em 08 de abril de 2020, o Decreto nº 17.328 revogou o Decreto nº 17.304, de 17 de março de 2020, e suspendeu, por tempo indeterminado, os ALFs e autorizações emitidos para todas as atividades comerciais. Especificamente, foram suspensos os AFLs e autorizações das seguintes atividades:

- casas de shows e espetáculos de qualquer natureza;
- boates, danceterias, salões de dança;
- casas de festas e eventos;





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- feiras, exposições, congressos e seminários;
- shoppings centers, centros de comércio e galerias de lojas;
- cinemas e teatros;
- clubes de serviço e de lazer;
- academia, centro de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico;
- clínicas de estética e salões de beleza;
- parques de diversão e parques temáticos;
- bares, restaurantes e lanchonetes;
- autorizações para eventos em propriedades e logradouros públicos;
- autorizações de feiras em propriedade;
- autorizações para atividades de circos e parques de diversões.

Além desses, também ficou suspensa a utilização de praças e outros locais públicos para a prática de atividades de esporte e lazer coletivas ou individuais que pudesse gerar aglomeração de pessoas.

Caso tenham estrutura e logística adequadas, os estabelecimentos supracitados poderão efetuar entrega em domicílio e disponibilizar a retirada, no local, de alimentos prontos e embalados para consumo, fora do estabelecimento, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa à covid-19. As suspensões, anteriormente mencionadas, não se aplicam aos serviços de saúde, farmácias, laboratórios, clínicas, hospitais, óticas, supermercados, hipermercado, padaria, sacolão, mercearia, hortifruti, armazém, açougue, posto de combustível para veículos automotores, lojas de materiais de construção civil, agências bancárias, lotéricas e correios, incluindo aquelas em funcionamento no interior de shoppings centers, centros de comércio e galerias de lojas, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da covid-19.

As atividades não incluídas nas restrições acima deverão funcionar com medidas de restrição e controle de público e clientes, bem como adoção das demais medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da covid-19. O descumprimento das disposições desse Decreto acarretará a





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação aplicável. Ainda, enquanto perdurar a Situação de Emergência em Saúde Pública, a Guarda Civil Municipal fica autorizada a recolher os ALFs dos estabelecimentos comerciais que descumprirem o disposto nesse Decreto.

Em 16 de abril de 2020, o Decreto nº 17.332 tornou obrigatório o uso de máscaras e restringiu o acesso de clientes em estabelecimentos comerciais durante a Situação de Emergência em Saúde Pública. Nesse sentido, por tempo indeterminado, tornou-se obrigatório o uso de máscaras ou cobertura sobre o nariz e a boca em todos os espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços no Município. Posteriormente, o Decreto nº 17.353, de 05 de maio de 2020, estabeleceu que o descumprimento dessa medida sujeitasse o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), a qual seria aplicada pela fiscalização ou Guarda Municipal de Belo Horizonte. No entanto, o Decreto nº 17.354, de 07 de maio de 2020 revogou o disposto sobre a multa.

Ainda segundo o Decreto nº 17.332, de 16 de abril de 2020, os estabelecimentos deverão afixar cartazes informativos sobre a forma de uso correto de máscaras e o número máximo de pessoas permitidas ao mesmo tempo dentro do estabelecimento, conforme modelo de referência disponível no Portal da PBH. Admitir-se-á no máximo uma pessoa a cada treze metros quadrados de área de venda, sem prejuízo das demais medidas de prevenção ao contágio e contenção da covid-19 já adotadas. Já os serviços de saúde, clínicas, laboratórios e hospitais, deverão assegurar um raio mínimo de dois metros entre as pessoas e atender às demais normas da Vigilância Sanitária.

Somente será admitida uma pessoa adulta por carrinho ou cesto de compras e a entrada de clientes deveria ser controlada. Os estabelecimentos também deverão alertar os clientes quanto ao atendimento das medidas de distanciamento social e manter a fiscalização das regras aplicáveis. O descumprimento do disposto neste decreto acarretará o recolhimento e a suspensão do ALF, além da responsabilização administrativa, civil e penal nos termos da legislação vigente. Enquanto perdurar a Situação de Emergência em Saúde Pública, a Guarda Civil Municipal fica autorizada a recolher o ALF dos estabelecimentos comerciais que descumprirem o disposto neste decreto. Além disso, as atividades de caráter essencial, definidas pelo Decreto federal



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nº 10.282, de 20 de março de 2020, poderão ter seus parâmetros de funcionamento alterados conforme monitoramento da Vigilância Sanitária, com a consequente alteração de diretrizes de fiscalização.

O Decreto nº 17.333, de 16 de abril de 2020, dispôs sobre medidas de contingenciamento orçamentário e financeiro, no âmbito do Poder Executivo Municipal. Em 20 de abril de 2020, o Decreto nº 17.334 declarou estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra a covid-19. Nesse sentido, a Resolução nº 5.545, de 30 de abril de 2020, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais reconheceu, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte, em decorrência da pandemia de Covid-19, pelo prazo de cento e vinte dias contados da data da entrada em vigor, do estado de calamidade pública, nos termos do respectivo decreto municipal.

Também em 20 de abril, foi disponibilizado o primeiro boletim epidemiológico<sup>5</sup> do Município de Belo Horizonte. Nessa data, constavam 26.732 casos notificados, 398 casos confirmados, 661 casos descartados e 08 óbitos em decorrência da infecção pela covid-19. Além dos dados relacionados às notificações, foram disponibilizados gráficos com dados de casos suspeitos de infecção pela covid-19, com detalhamento da data de início dos sintomas, sexo e faixa etária. Também foram disponibilizados dados relacionados a notificações de casos e óbitos por síndrome respiratória aguda grave (SRAG). Ainda, foram especificados fatores de risco ou comorbidade relacionados aos óbitos por covid-19. O boletim também trouxe dados relacionados a profissionais de saúde testados para covid-19, sendo 1.206 profissionais testados, 21 resultados positivos, 865 resultados negativos e 320 resultados em investigação. Também foi disponibilizado mapa com a distribuição geoespacial da covid-19 em Belo Horizonte.

Em 27 de abril de 2020, o Decreto nº 17.348, de 27 de abril de 2020, instituiu grupo de trabalho para avaliar e planejar a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento da epidemia de covid-19 e propor critérios de isolamento intermitente. O grupo é composto

---

<sup>5</sup> Boletim Epidemiológico covid-19. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/coronavirus>



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pelo: Secretário Municipal de Saúde, que o coordenará; Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico; Secretário Municipal de Fazenda; Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Esse grupo trabalhará de forma articulada com os membros do Comitê de Enfrentamento à Epidemia de covid-19, instituído pelo Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020. Poderão ser convidados para participar da reunião, a critério dos membros titulares, com o objetivo de contribuir com informações a respeito da matéria, especialistas e representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas.

O Decreto nº 17.356, de 14 de maio de 2020, dispôs sobre a instalação de pontos de fiscalização sanitária para evitar a propagação de infecção viral e preservar a saúde da população contra a covid-19. Com esse objetivo, previu-se a realização compulsória, em caráter excepcional e temporário, de rastreamento clínico para reduzir a propagação de infecção viral e preservar a saúde da população contra a Covid-19, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Para efetivação do disposto, poderão ser instalados pontos de fiscalização sanitária nas seguintes vias e rodovias de acesso ao Município:

- Avenida Amazonas, próximo ao viaduto do Anel Rodoviário;
- Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, próximo à Rua Conde Pereira Carneiro;
- Avenida Braúnas, próximo à Rua Xangrilá;
- Avenida Professor Clóvis Salgado, próximo à Avenida Serrana;
- Avenida Abílio Machado, próximo à Avenida Heráclito Mourão de Miranda;
- Avenida Antônio Francisco Lisboa, próximo à Rua Expedicionário Paulo de Souza;
- Rua Francisco Adolfo Viana, próximo à Rua Três;
- Rua Júlio Mesquita, próximo à Rua Taboão da Serra;
- Avenida Civilização, próximo à Rua dos Menezes;
- Avenida Dom Pedro I, próximo à Rua Bernardo Ferreira da Cruz;
- Avenida Cristiano Machado, próximo à Rua das Guabirobas;
- Avenida Vereador Cícero Idelfonso, próximo à Rua Nogueira da Gama;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Avenida José Cândido da Silveira, no trecho entre a MG-05 e Rua José Moreira Barbosa;
- Avenida dos Andradas, no trecho entre a Rua Itaguá e Rua Marzagânia;
- Rua Jornalista Djalma Andrade, próximo à Avenida Dr. Marco Paulo Simon Jardim;
- Avenida Raja Gabaglia, próximo à Rua Parentis;
- Avenida Nossa Senhora do Carmo, no trecho do Belvedere;
- Rua Haiti, no trecho entre a Avenida Presidente Eurico Dutra e Rua Patagônia.

Os agentes públicos poderão solicitar a parada de veículos e exigir que os motoristas e passageiros realizem o rastreamento clínico, incluindo aferição de temperatura corporal. A pessoa cujo rastreamento clínico identifique suspeita de infecção pela covid-19 será orientada e encaminhada para unidade de saúde específica, para ser assistida e evitar a possível propagação da doença. O protocolo de realização do rastreamento clínico nas barreiras sanitárias e o direcionamento de pessoas com suspeitas de infecção serão definidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Não será solicitada a parada de veículos oficiais do Poder Público em serviço e de ambulâncias transportando pacientes e profissionais de saúde. Não serão impostas restrições à saída de pessoas e veículos dos limites do território do Município.

Esse Decreto também alterou o Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, estabelecendo normas e medidas sanitárias a serem observadas por hotéis, apart-hotéis, pousadas, pensões, motéis, campings, albergues e outros alojamentos. Acrescenta-se que o descumprimento das medidas estipuladas, no Decreto em análise, acarretará a responsabilização civil, administrativa e penal cabível, conforme § 4º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 2020, podendo ser solicitado o auxílio de força policial nos casos de recusa ou desobediência.

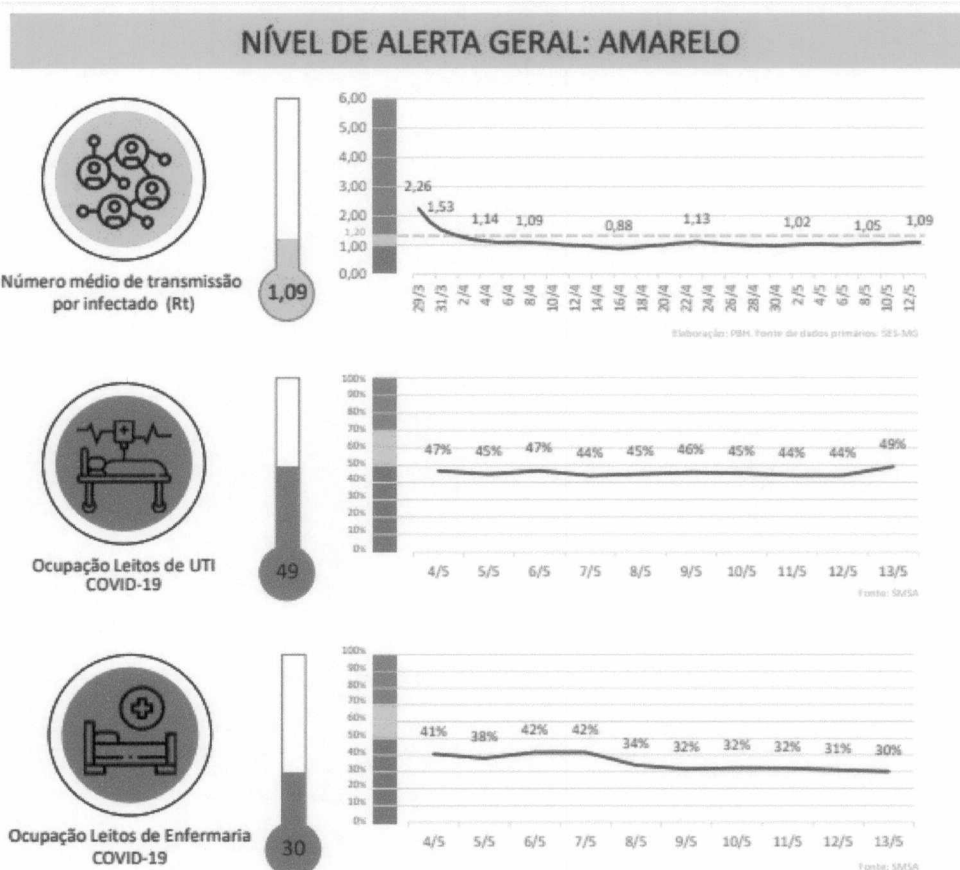
Em 15 de maio de 2020 foi divulgado, no portal da PBH, o 1º Boletim de Monitoramento da covid-19<sup>6</sup>, produto do trabalho do Comitê de Enfrentamento à Epidemia de covid-19, trazendo, como principais indicadores: o número médio de transmissão por infectado ( $R_t$ ), a ocupação de leitos de UTI covid-19 e a ocupação de leitos de enfermaria covid-19. As recomendações, à época, para o nível de alerta geral amarelo consistiam em: o indicador de transmissão  $R_t$  indica que a epidemia está em

<sup>6</sup> Boletim de Monitoramento da covid19. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/coronavirus>



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

expansão mas a taxa de ocupação dos leitos ainda está dentro de limites aceitáveis. Para o nível de transmissão apurado (1,09) é esperado que a ocupação desses leitos suba em 14 dias. Todavia, o indicador de transmissão tem apresentado volatilidade e será importante acompanhar a apuração da próxima semana. O quadro é de atenção, mas ainda não compromete a tendência de abertura do comércio no dia 25/5. Além disso, o boletim de monitoramento também apresentou indicadores auxiliares.

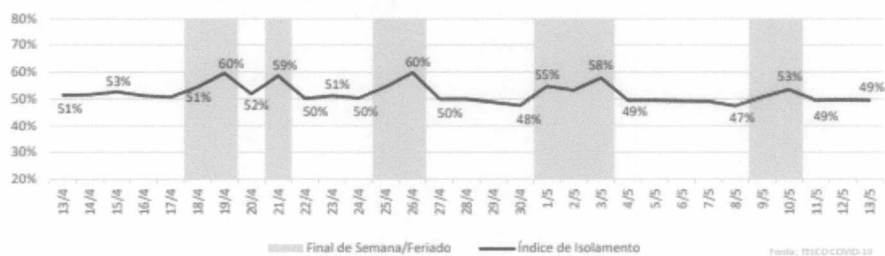




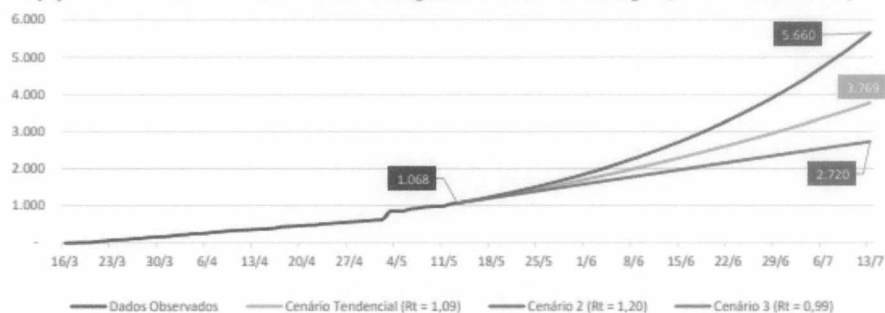
# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## INDICADORES AUXILIARES

### Índice de Isolamento Social - Belo Horizonte



### Projeção do número de casos de COVID-19 segundo cenários de contágio (valores acumulados)







## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O boletim ainda trouxe notas explicativas, acerca dos indicadores de monitoramento:

### NOTAS EXPLICATIVAS

Importante: a retomada das atividades econômicas e do uso de espaços públicos, mediante a passagem de fases, será realizada quando o nível de alerta geral for VERDE. Esse nível é atingido quando os três indicadores estiverem verdes e caso haja parecer favorável do Comitê de Enfrentamento à Epidemia do COVID-19 em Belo Horizonte. No caso de algum dos indicadores ser AMARELO, o processo de retomada poderá ser interrompido e sua progressão dependerá de avaliação do conjunto dos dados por parte do Comitê. Em caso de algum indicador VERMELHO, o Comitê definirá, conforme o nível da epidemia, a fase para a qual o município deve voltar, inclusive, se há recomendação de isolamento social mais rigoroso ao praticado até agora.

Faixas de alerta:

1 – Para o número médio de transmissão por infectado ( $R_t$ ): de 0 a 1,0, verde; entre 1,0 e 1,2, amarelo; acima de 1,2, vermelho.

2 – Para a taxa de ocupação de leitos de enfermaria e UTI COVID:

até 50%, verde; entre 50% e 70%, amarelo; e acima de 70%, vermelho.

Notas Metodológicas: limitações dos Indicadores.

1 – Os leitos de UTI de Belo Horizonte servem também ao Estado. Portanto, o controle da epidemia exclusivamente por parte da cidade pode não ser suficiente para manter ou reduzir a ocupação dos leitos.

2 – A velocidade de transmissão é calculada por meio do " $R_t$ ". O cálculo é feito a partir da média dos últimos sete dias para pegar os efeitos mais recentes da doença e, ao mesmo tempo, não flutuar tanto quanto um cálculo diário. Esse indicador se torna sensível à baixa quantidade de números absolutos de casos e ao fato de que são notificados, normalmente, somente os casos com internação hospitalar comprovados. Portanto, ele não capta a expansão de casos assintomáticos.

3 – Desde o início da pandemia tem se percebido, não somente em BH mas em todo o mundo, um certo comprometimento das projeções devido à qualidade dos dados, o que pode levar a estimativas menos assertivas. A expectativa é que a realização de inquéritos sorológicos em BH possa colaborar com a melhoria desses dados. Todavia, é a informação que se tem no momento para a realização de projeções, sem prejuízo de futuras revisões de dados já divulgados e das projeções que consideraram tais dados.

Informações Coronavírus COVID-19 em Belo Horizonte: [www.pbh.gov.br/coronavirus](http://www.pbh.gov.br/coronavirus)

Em 22 de maio de 2020, foi divulgado o 2º Boletim de Monitoramento da covid-19, permanecendo o nível de alerta geral amarelo. Em relação aos indicadores, houve redução na ocupação de leitos de UTI covid-19, de 49% para 40%; já em relação à ocupação de leitos de enfermaria covid-19, houve aumento de 30% para 34%. O número médio de transmissão por infectado se manteve em 1,09. Esse quadro, definido como de atenção, não comprometeu a reabertura do comércio, prevista para o dia 25 de maio de 2020. Ainda, dispôs-se que a reabertura das atividades deverá observar o Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, os parâmetros do boletim e a respectiva recomendação. Os níveis de alerta verde, amarelo ou vermelho podem



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

indicar a possibilidade de avanço para uma próxima fase, a permanência na fase atual ou um retorno a situação anterior mais restritiva.

Considerando o boletim acima, em 22 de maio de 2020, o Decreto nº 17.361 dispôs sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pela covid-19 com o objetivo de restabelecer a atividade econômica do Município, fundamentada em parâmetros que assegurem a promoção da saúde pública. A reabertura será baseada em diretrizes gerais estabelecidas pelo Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19, em articulação com o Grupo de Trabalho de Reabertura Gradual, com fundamento em indicadores epidemiológicos e de capacidade assistencial. Para elaboração das diretrizes gerais, o Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 e o Grupo de Trabalho de Reabertura Gradual adotarão os seguintes processos de trabalho:

- monitoramento permanente, com o objetivo de viabilizar a reabertura gradual e periódica das atividades econômicas;
- avaliação das atividades, considerando o risco sanitário e o potencial de aglomeração e permanência prolongada de pessoas;
- divulgação semanal do Boletim de Monitoramento, contendo os indicadores epidemiológicos e de capacidade assistencial;
- revisão, quando necessário, dos procedimentos e protocolos de vigilância sanitária, como medida de prevenção e reação ao possível avanço da pandemia de Covid-19.

A reabertura será implementada de forma gradual, por meio da setorização das atividades comerciais e de serviços em fases distintas, de acordo com o risco sanitário e o potencial de aglomeração e permanência de pessoas. A avaliação sobre a necessidade de permanência ou progressão de fase deverá ocorrer, no máximo, a cada quinze dias. A regressão de fase poderá ocorrer a qualquer tempo, quando houver alteração dos indicadores epidemiológicos ou risco de agravamento do quadro epidemiológico e assistencial. Com o objetivo de assegurar o equilíbrio e a segurança



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

no transporte público coletivo durante o processo de reabertura, as atividades aptas a funcionar nas distintas fases deverão observar as faixas de horários de funcionamento e as condições dispostas nos Anexos I e II do Decreto (inserido abaixo).

As atividades que não estavam suspensas, nos termos do Decreto nº 17.313, de 21 de março de 2020, do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, e do Decreto nº 17.332, de 16 de abril de 2020, constituem a fase de controle e devem respeitar as faixas de horários dispostas no Anexo I. Portaria da Secretaria Municipal de Saúde deverá dispor sobre o protocolo de vigilância sanitária geral e, se necessário, específico para cada ramo de atividade, sem prejuízo do disposto nos decretos e nas demais normas de vigilância sanitária vigentes.

Os estabelecimentos e as atividades que tiveram os respectivos ALFs e autorizações suspensos por força do Decreto nº 17.328, de 2020, uma vez incluídos na listagem específica do Anexo II, terão a suspensão de ALF cancelada e poderão retomar suas atividades, desde que, cumulativamente:

- observem as medidas sanitárias vigentes, inclusive as dispostas na portaria da Secretaria Municipal de Saúde a que se refere o art. 5º;
- adotem procedimentos aptos a impedir a aglomeração de pessoas no interior e na porta do estabelecimento.

Os estabelecimentos que descumprirem as medidas supracitadas estão sujeitos ao recolhimento e à suspensão do ALF. Caso os estabelecimentos e as atividades sejam excluídos da listagem do Anexo II, mantém-se a suspensão de ALF prevista no Decreto nº 17.328, de 2020.

### Anexo I

Fase de controle – permanecem abertos	
Atividades autorizadas a funcionar nos termos do Decreto nº 17.313, de 21 de março de 2020, do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, e do Decreto nº 17.332, de 16 de abril de 2020.	
(informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH)	
Atividade	Faixa de horário de funcionamento
Padaria	5h às 21h
Comércio varejista de laticínios e frios	7h às 21h



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Açougue e Peixaria	
Hortifrutigranjeiros	
Minimercados, mercearias e armazéns	
Supermercados e hipermercados	
Artigos farmacêuticos	Sem restrição de horário
Artigos farmacêuticos, com manipulação de fórmula	
Comércio varejista de artigos de óptica	
Artigos médicos e ortopédicos	
Tintas, solventes e materiais para pintura	7h às 21h
Material elétrico e hidráulico, vidros e ferragem	
Madeireira	
Material de construção em geral	
Combustíveis para veículos automotores	Sem restrição de horário
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	
Comércio atacadista da cadeia de atividades do comércio varejista da fase de controle	5h às 17h
Agências bancárias: instituições de crédito, seguro, capitalização, comércio e administração de valores imobiliários	10h às 16h (Horário de funcionamento válido para atendimento ao público)
Casas lotéricas	
Agência de correio e telégrafo	Sem restrição de horário <i>Item alterado pelo Decreto nº 17.363, de 26/5/2020 (Anexo)</i>
Comércio de medicamentos para animais	Sem restrição de horário



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Atividades de serviços e serviços de uso coletivo, exceto os especificados no art. 2º do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020	Sem restrição de horário
Atividades industriais	Sem restrição de horário
Banca de jornais e revistas	Sem restrição de horário
Peças e acessórios para veículos automotores <i>Item acrescentado pelo Decreto nº 17.377, de 26/6/2020 (Art. 3º)</i>	8h às 17h

### Anexo II

<b>Fase 1 – abertura a partir de 25 de maio de 2020</b>	
Poderão reabrir apenas os estabelecimentos comerciais com acesso direto de pedestres ao logradouro público	
(informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH)	
<b>Atividade</b>	<b>Faixa de horário de funcionamento</b>
Artigos de bomboniere e semelhantes	7h às 21h
Artigos de iluminação	11h às 19h
Artigos de cama, mesa e banho	
Utensílios, móveis e equipamentos domésticos, exceto eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	
Tecidos e armarinho	
Artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	
Produtos de limpeza e conservação	11h às 19h
Artigos de papelaria, livraria e fotográficos	11h às 19h





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Brinquedos e artigos recreativos	
Bicicletas e triciclos, peças e acessórios	
Cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	11h às 19h
Veículos automotores	8h às 17h
Peças e acessórios para veículos automotores	
Pneumáticos e câmaras-de-ar	
Comércio atacadista da cadeia de comércio varejista da fase 1	5h às 17h
Cabeleireiros, manicure e pedicure	7h às 21h
Centros de comércio popular instituídos a qualquer tempo por Operações Urbanas visando a inclusão produtiva de camelôs, desde que localizados no Hipercentro ou em Venda Nova	11h às 19h

Em 22 de maio de 2020, o Decreto nº 17.362 dispôs sobre medidas voltadas à prevenção da disseminação da epidemia de covid-19 no serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus no Município. Nesse sentido, as concessionárias dos serviços de transporte público, durante o processo de reabertura gradual das atividades econômicas disciplinado pelo Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, deverão cumprir os seguintes procedimentos:

- garantir as condições mínimas operacionais e medidas de distanciamento controlado, observando que:
  - a. o número de passageiros em cada viagem deverá ser reduzido em relação aos limites contratuais definidos para faixas horárias de pico e fora de pico;
  - b. o dimensionamento das viagens deverá considerar os passageiros no trecho de maior carregamento;
  - c. as concessionárias deverão disponibilizar veículos reservas em número suficiente para garantir o cumprimento das disposições deste decreto,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

inclusive nos horários de maior fluxo de usuários, realizando viagens extras sempre que necessário;

- d. nos dias úteis, os intervalos entre as viagens não poderão ser superiores a trinta minutos, nos horários de pico, e a quarenta minutos, nos horários fora de pico;
- adotar as medidas sanitárias que se fizerem necessárias para reduzir os riscos de disseminação do novo coronavírus, entre elas:
  - a. promover limpeza diária e frequente, com produtos saneantes, de todas as superfícies que são tocadas com frequência por usuários e operadores do serviço;
  - b. disponibilizar e reabastecer, nas estações de integração e de transferência, *dispenser* com álcool em gel 70% (setenta por cento), sinalizados e situados em locais próximos às bilheterias;
- implementar medidas sanitárias nas bilheterias das estações de integração e de transferência, entre elas:
  - a. disponibilizar aos operadores das bilheterias, em cada ponto de venda, álcool em gel 70% (setenta por cento) ou produto indicado pelos órgãos de saúde;
  - b. higienizar os teclados e bancadas das bilheterias, no mínimo, a cada noventa minutos de operação;
  - c. higienizar as máquinas de autoatendimento, com especial atenção para o teclado, no mínimo, a cada noventa minutos de operação;
  - d. higienizar as superfícies das linhas de bloqueio que são tocadas com maior frequência pelos usuários, com especial atenção para roletas e gabinetes, no mínimo, a cada noventa minutos de operação.

Poderá haver o transporte de número limitado de passageiros em pé, variando de acordo com o tipo de veículo:

- máximo de vinte passageiros em pé, para o ônibus articulado Move;
- máximo de dez passageiros em pé, para o ônibus convencional e padrão Move;
- máximo de cinco passageiros em pé, para o miniônibus.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os veículos deverão ser sinalizados com a nova capacidade de transporte e com os locais de posicionamento preferencial dos passageiros que, excepcionalmente, viajarem em pé. Os procedimentos de limpeza e desinfecção de veículos e equipamentos públicos devem ser realizados com a utilização de equipamento de proteção individual adequado ao risco existente e de produtos indicados pelas autoridades sanitárias, a fim de garantir a saúde dos trabalhadores e a devida higienização dos diversos tipos de superfície.

Ainda, as concessionárias dos serviços de transporte público deverão adotar as seguintes medidas para os ônibus e miniônibus utilizados nos serviços de transporte:

- disponibilizar e reabastecer *dispenser* com álcool em gel 70% (setenta por cento), sendo um no salão dianteiro e outro no salão traseiro, com sinalização visual adequada do local de instalação de cada um, inclusive nos veículos sem roleta, que deverão possuir posicionamento similar. Posteriormente, essa medida foi revogada pelo Decreto nº 17.365, de 29 de maio de 2020, que estabeleceu que as concessionárias deverão disponibilizar e reabastecer *dispenser* com álcool em gel 70% (setenta por cento) no salão dianteiro com sinalização visual adequada do local de instalação.
- disponibilizar ao operador, em cada veículo, álcool em gel 70% (setenta por cento) ou produto indicado pelos órgãos de saúde;
- orientar os operadores a utilizar máscaras de proteção de nariz e boca e higienizar as mãos com água e sabão ou álcool em gel 70% (setenta por cento) ao final de cada viagem;
- higienizar, ao final de cada viagem, volante, manoplas do câmbio e do freio de estacionamento e demais superfícies tocadas pelos operadores, fazendo-se fricção nesses componentes;
- lavar os veículos, interna e externamente, a cada vinte e quatro horas, sendo que as superfícies que são tocadas com maior frequência pelos usuários, como corrimãos, balaústres, pega-mãos, roleta e pontos de apoio nos assentos, devem ser higienizadas em intervalos máximos de cento e oitenta minutos;
- realizar a manutenção rigorosa dos veículos com sistema de ar-condicionado, bem como observar os prazos e procedimentos de operação e higienização definidos pelos fabricantes dos equipamentos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- manter, sempre que possível, as janelas do veículo abertas, resguardados os limites de segurança.

Ainda, operadores que apresentem sintomas associados ao coronavírus não poderão operar os serviços de transporte coletivo. Também se estabeleceu que a BHTrans deverá:

- promover ações intensivas de informação e medidas educativas para os usuários, visando garantir a adoção das práticas recomendadas de distanciamento e combate à disseminação de Covid-19, entre elas:
  - a. manter fixado, nas estações de integração e de transferência e no interior dos veículos que compõem os serviços de transporte público coletivo por ônibus, informativos sobre medidas de proteção individual a serem adotadas pelos trabalhadores e usuários;
  - b. sinalizar, nas estações de integração e de transferência, as demarcações de espaços voltadas a garantir o distanciamento adequado entre os usuários que aguardam os veículos;
  - c. divulgar mensagens sonoras de prevenção nas estações de integração e de transferência;
  - d. disponibilizar espaço, nas estações de integração e de transferência, para agentes de saúde e educadores oferecerem informações aos usuários;
- manter a limpeza e higienização das estações de integração e de transferência, no âmbito de sua competência, incluindo sanitários, elevadores, escadas rolantes, corrimãos e áreas de circulação;
- disponibilizar, nas instalações sanitárias das estações de integração, sabão e água corrente em quantidade suficiente para os usuários, viabilizando a higienização adequada das mãos;
- notificar os *stands* de comércio a promover a higienização do próprio local, com especial atenção para as superfícies que são tocadas com frequência, bem como a disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento) ou outro produto indicado pelos órgãos de saúde, para uso de clientes e funcionários.

Os usuários dos serviços de transporte deverão observar as seguintes medidas preventivas, além daquelas recomendadas pelas instituições de saúde:

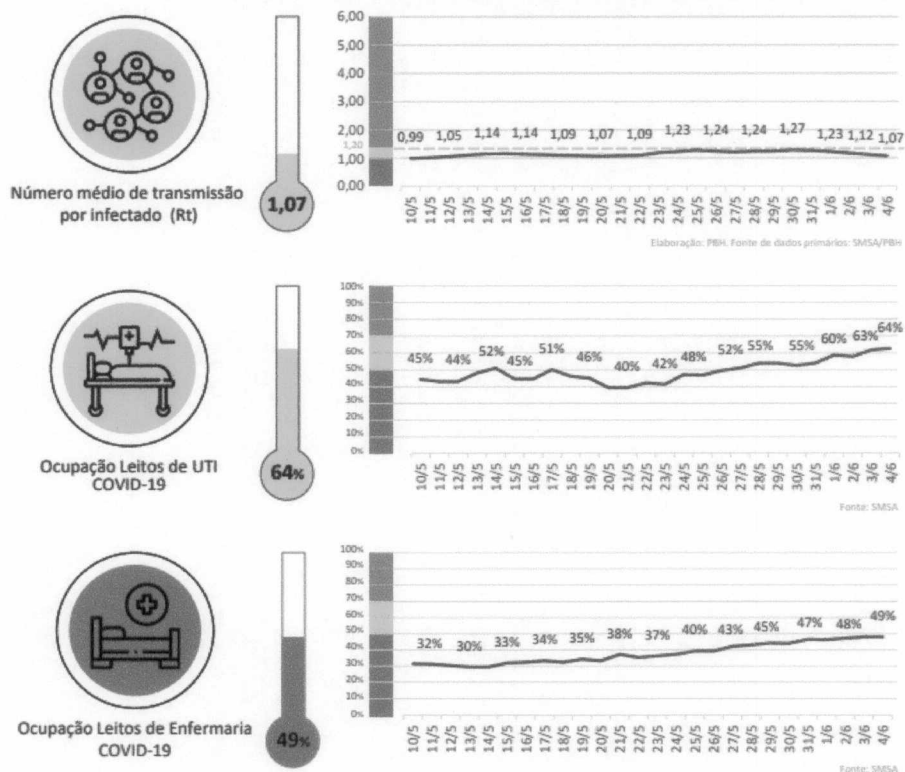


## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informação. Na hipótese de descumprimento do disposto neste decreto, aplicam-se as sanções previstas na legislação aplicável e nos contratos de concessão. Além disso, as medidas previstas poderão ser alteradas a qualquer tempo, de acordo com a evolução da situação epidemiológica do Município.

Em 05 de junho de 2020, o 4º Boletim de Monitoramento covid-19 evidenciou alterações nos indicadores, ainda mantendo o nível de alerta geral amarelo. É possível notar tendência de crescimento na ocupação de leitos de UTI e enfermaria covid-19. Na data da 1ª fase de reabertura, apenas o número médio de transmissão por infectado ( $R_t$ ) estava classificado como amarelo, mas em 05 de junho, o índice de ocupação de leitos de UTI também estava classificado como amarelo.

### NÍVEL DE ALERTA GERAL: AMARELO



Segundo as recomendações, veiculadas nesse boletim: o indicador de transmissão indica que a epidemia está em expansão e a taxa de ocupação dos leitos de UTI se mantem no nível de alerta amarelo. A velocidade de transmissão (1,07) registrou uma redução em relação ao apurado na semana anterior (1,24). Todavia, como a ocupação de leitos vem apresentando crescimento, recomenda-se cautela na liberação das atividades econômicas para a próxima fase.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em 05 de junho de 2020, o Decreto nº 17.372 alterou o Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, instituindo a segunda fase de reabertura, nesse sentido se estabeleceu:

<b>Fase 1 – abertura a partir de 25 de maio de 2020</b> Poderão reabrir apenas os estabelecimentos comerciais com acesso direto de pedestres ao logradouro público.  (informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH)		
<b>Atividade</b>	<b>Faixa de horário de funcionamento</b>	
	<b>Segunda a sexta-feira</b>	<b>Sábado, domingo e feriado</b>
Artigos de bomboniere e semelhantes	7h às 21h	7h às 21h
Artigos de iluminação	11h às 19h	9h às 19h
Artigos de cama, mesa e banho	11h às 19h	9h às 19h
Utensílios, móveis e equipamentos domésticos, exceto eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	11h às 19h	9h às 19h
Tecidos e armarinho	11h às 19h	9h às 19h
Artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	11h às 19h	9h às 19h
Produtos de limpeza e conservação	11h às 19h	9h às 19h
Artigos de papelaria, livraria e fotográficos	11h às 19h	9h às 19h
Brinquedos e artigos recreativos	11h às 19h	9h às 19h
Bicicletas e triciclos, peças e acessórios	11h às 19h	9h às 19h
Cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	11h às 19h	9h às 19h
Veículos automotores, independentemente do tipo de acesso	8h às 17h	8h às 17h
Peças e acessórios para veículos automotores	8h às 17h	8h às 17h



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pneumáticos e câmaras-de-ar	8h às 17h	8h às 17h
Comércio atacadista da cadeia de comércio varejista da fase 1	5h às 17h	5h às 17h
Cabeleireiros, manicure e pedicure	7h às 21h	7h às 21h
Centros de comércio popular instituídos a qualquer tempo por Operações Urbanas visando a inclusão produtiva de camelôs, desde que localizados no Hipercentro ou em Venda Nova	11h às 19h	9h às 19h

### Fase 2 – abertura a partir de 8 de junho de 2020

Poderão reabrir apenas os estabelecimentos comerciais com acesso direto de pedestres ao logradouro público

(informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH)

Atividade	Faixa de horário de funcionamento	
	Segunda a sexta-feira	Sábado, domingo e feriado
Artigos e equipamentos esportivos	11h às 19h	9h às 19h
Artigos de uso pessoal, exceto vestuário e acessórios	11h às 19h	9h às 19h
Artigos e alimentos para animais, exceto comércio varejista de animais vivos	11h às 19h	9h às 19h
Artigos usados de atividades autorizadas a funcionar	11h às 19h	9h às 19h
Bebidas, exceto para consumo no local	11h às 19h	9h às 19h
Tabacaria, exceto para consumo no local	11h às 19h	9h às 19h
Embalagens em geral	11h às 19h	9h às 19h
Instrumentos musicais e acessórios	11h às 19h	9h às 19h
Lubrificantes	11h às 19h	9h às 19h
Objetos de arte e decoração	11h às 19h	9h às 19h
Plantas e flores naturais	11h às 19h	9h às 19h



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- evitar conversar durante as viagens e nas filas de espera em pontos de ônibus e estações;
- utilizar máscara ou cobertura sobre nariz e boca nos ambientes públicos, inclusive dentro dos ônibus e das estações de integração e de transferência, bem como nos pontos de embarque e desembarque;
- priorizar o pagamento da passagem com cartão BHBUS;
- higienizar as mãos antes e logo após a utilização do transporte público coletivo.

Ainda, usuários idosos e pessoas em grupos de risco deverão evitar, sempre que possível, o uso do transporte coletivo nos horários de pico. Além disso, estabeleceu-se que a operação dos serviços de transporte coletivo fosse realizada entre 4h (quatro horas) e 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), nos dias úteis e sábados, e entre 5h (cinco horas) e 21h59 (vinte e uma horas e cinquenta e nove minutos), aos domingos e feriados. Posteriormente, o Decreto nº 17.338, de 06 de julho de 2020, alterou essa disposição, estabelecendo que a operação dos serviços de transporte coletivo será realizada:

- nos dias úteis e aos sábados, entre 4h (quatro horas) e 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos);
- aos domingos e feriados, entre 6h (seis horas) e 9h59min (nove horas e cinquenta e nove minutos) e entre 16h (dezesseis horas) e 19h59min (dezenove horas e cinquenta e nove minutos), exceto linhas alimentadoras das estações de integração, que também terão viagens aos domingos e feriados na faixa horária compreendida entre 20h (vinte horas) e 20h59min (vinte horas e cinquenta e nove minutos). Essa disposição foi revogada pelo Decreto nº 17.427, de 02 de setembro de 2020, que estabeleceu: aos domingos e feriados, entre 6h (seis horas) e 22h59min (vinte e duas horas e cinquenta e nove minutos), exceto linhas alimentadoras das estações de integração que também terão viagens aos domingos e feriados na faixa horária compreendida entre 23h (vinte e três horas) e 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos)

Os quadros de horários deverão ser encaminhados previamente à BHTRANS, a fim de possibilitar a verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste decreto e a publicação no Portal da PBH, bem como nos demais canais oficiais de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Armas e munições	11h às 19h	9h às 19h
Comércio atacadista da cadeia de comércio varejista da fase 2	5h às 17h	5h às 17h

Em 16 de junho de 2020, o Boletim Epidemiológico teve sua denominação alterada para Boletim Epidemiológico e Assistencial, tendência que se manteve até o presente momento. Por meio dessa alteração, o boletim passou a incluir dados relativos ao número de leitos de UTI e de enfermaria da rede SUS-BH, com detalhamento dos leitos destinados à covid-19, bem como das taxas de ocupação correspondentes, conforme quadro abaixo:

### ACOMPANHAMENTO DOS LEITOS REDE SUS-BH

LEITOS DE UTI - Dia 15/6			
	UTI total	UTI COVID	UTI não COVID
Nº de leitos	966	246	720
Taxa de ocupação	82%	81%	83%

Fonte: GIS/SMSA-BH – atualizado em 16/6/2020.

LEITOS DE ENFERMIARIAS - Dia 15/6			
	Enfermaria total	Enfermaria COVID	Enfermaria não COVID
Nº de leitos	4.407	688	3.719
Taxa de ocupação	71%	61%	72%

Fonte: GIS/SMSA-BH – atualizado em 16/6/2020.

Além disso, também foram fornecidos dados relacionados aos pontos de fiscalização sanitária:



## PONTOS DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Total do dia 15/6 - 2ª feira	
Veículos abordados	11.130
Pessoas avaliadas	21.581
Encaminhamentos para serviço de saúde	55
Consolidado de 18/5 até o dia 15/6	
Veículos abordados	221.901
Pessoas avaliadas	439.395
Encaminhamentos para serviço de saúde	1.217

Fonte: DIAS/SMSA-BH – atualizado em 16/6/2020.

O Boletim Epidemiológico e Assistencial de 17 de junho de 2020 detalhou a distribuição geoespacial da covid-19, uma vez que trouxe casos de síndrome gripal, SRAG e óbitos confirmados pela covid-19, segundo bairro de residência em Belo Horizonte (até 10 de junho de 2020). Também em junho, os boletins passaram a incluir dados relacionados ao acolhimento de pessoas em situação de rua e outras vulnerabilidades sociais, bem como acerca do acolhimento provisório de idosos.

Em 26 de junho de 2020, a fase 1 e a fase 2 de reabertura de atividades foram suspensas por meio do Decreto nº 17.377. Essa norma ainda estabeleceu que, enquanto perdurarem a situação de emergência em saúde pública no Município, declarada pelo Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020, e o estado de calamidade pública, declarado pelo Decreto nº 17.334, de 20 de abril de 2020, poderão ser autorizadas pelo Poder Executivo, nos termos de regulamento a ser expedido pelo órgão municipal responsável pela política urbana:

- a instalação de mobiliários urbanos para higienização pessoal, visando à prevenção da Covid-19;
- a projeção de imagens de conteúdo artístico e cultural em empenas de edificações públicas e privadas, desde que acompanhadas de divulgação de informações de utilidade pública relacionadas ao enfrentamento da epidemia da covid-19.

Também será permitida a veiculação da logomarca de patrocinadores, nos termos do regulamento. No entanto, não serão aceitas propostas com conteúdo



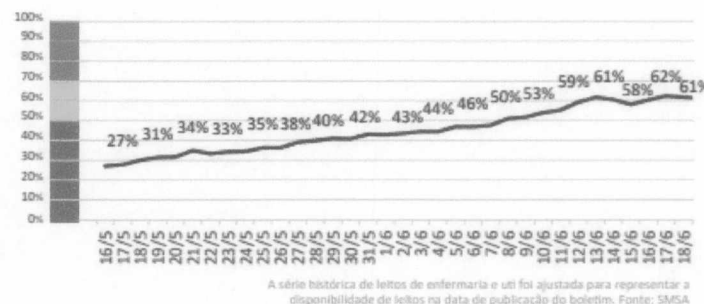
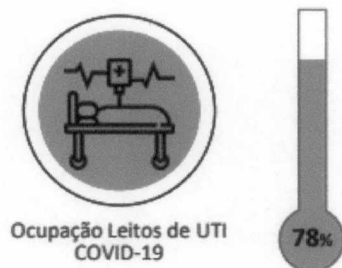
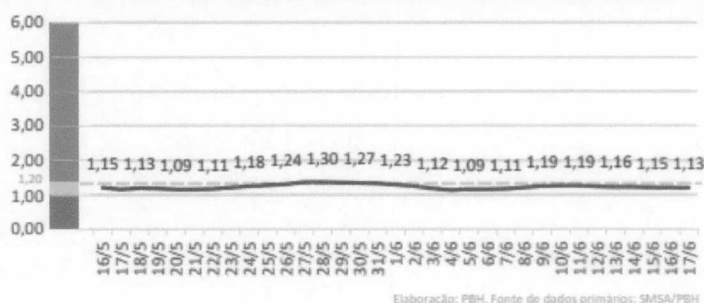


## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

político-partidário ou que veiculem quaisquer formas de preconceito, discriminação ou intolerância à diversidade religiosa, racial, étnica, de gênero e de orientação sexual.

Os Boletins de Monitoramento covid-19 dos dias 12, 19 e 26 de junho de 2020 trouxeram o nível de alerta geral vermelho. Considerando que as fases de reabertura foram suspensas em 26 de junho de 2020, optou-se por trazer os dados epidemiológicos dessa data. Segundo as recomendações, presentes nesse boletim, apesar da redução na difusão da doença ( $R_t$ ) em relação à última semana, o indicador de transmissão  $R_t$  ainda aponta que a doença está em expansão e vem trazendo impactos na rede hospitalar. O fato de maior preocupação é o crescimento sistemático da ocupação de leitos de enfermaria e UTI para Covid. Assim, recomenda-se a interrupção da abertura progressiva das atividades econômicas da cidade para avaliação nos próximos 7 dias.

### NÍVEL DE ALERTA GERAL: VERMELHO





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em 02 de julho de 2020, o Decreto nº 17.382 trouxe medidas excepcionais de auxílio a contribuintes e de redução dos impactos sobre a atividade econômica no Município, causados pelas ações de contenção da pandemia de covid-19. Já em 24 de julho de 2020, o Decreto nº 17.397 dispôs sobre a realização de jogos de futebol profissional de 2020 durante a Situação de Emergência em Saúde Pública declarada no Município. Com esse objetivo, enquanto perdurarem no Município a Situação de Emergência em Saúde Pública e as medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento da epidemia de covid-19 poderão ser realizados os jogos de futebol profissional de 2020 em estádios esportivos localizados no Município, desde que, cumulativamente:

- sejam observadas:
  - a. as medidas de controle e prevenção ao contágio de covid-19;
  - b. as condições disposta no ALF do estabelecimento;
  - c. as medidas necessárias para impedir reunião ou aglomeração de pessoas e de veículos nas imediações do local da partida, nos hotéis que hospedem as equipes, bem como no trajeto de deslocamento das equipes;
- os jogos realizados estejam listados no calendário oficial da Federação Mineira de Futebol e da Confederação Brasileira de Futebol;
- a partida seja realizada sem presença de público;
- sejam admitidos no estádio apenas os profissionais imprescindíveis para a realização da partida, observando o máximo de 140 pessoas, incluindo atletas, delegação das equipes, arbitragem, membros da federação esportiva responsável, profissionais da mídia envolvidos na cobertura e transmissão da partida, funcionários do estádio e profissionais de segurança.

Ainda, Portaria da Secretaria Municipal de Saúde deverá dispor sobre o protocolo de vigilância em saúde específico ou aprovar protocolo apresentado para a realização dos eventos esportivos de que trata este decreto, sem prejuízo do disposto nos demais decretos e normas de saúde vigentes. Já a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte fica autorizada a recolher o ALF do estabelecimento que descumprir o disposto neste decreto, sem prejuízo das demais sanções administrativas, penais e civis cabíveis aos responsáveis pela gestão do estádio, aos clubes desportivos, ao



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

responsável pelo evento esportivo e demais envolvidos, na medida de suas responsabilidades.

Em 13 de julho de 2020, foi publicada a Lei nº 11.244, a qual, considerando sua relevância, está transcrita abaixo:

### **LEI Nº 11.244, DE 13 DE JULHO DE 2020**

*Dispõe sobre o uso obrigatório de máscara ou cobertura facial sobre nariz e boca nos espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços.*

*O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

*Art. 1º - O uso de máscara ou cobertura facial sobre nariz e boca nos espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços permanece obrigatório enquanto perdurarem as medidas implementadas pelo Executivo para enfrentamento da pandemia de covid-19, inclusive durante o processo de reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas.*

*§ 1º - O descumprimento do disposto no caput deste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$100,00 (cem reais), a ser aplicada pela fiscalização ou pela Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - GCMBH.*

*§ 2º - O Executivo disciplinará a atuação e a abordagem orientadora para a população em situação de rua, dispensada a aplicação de multa.*

*Art. 2º - Os estabelecimentos a que se refere o art. 1º desta lei deverão:*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*I - impedir a entrada e a permanência de pessoas que não estiverem usando máscara ou cobertura facial sobre nariz e boca;*

*II - orientar sobre o número máximo de pessoas permitido, ao mesmo tempo, dentro do estabelecimento, conforme definido em decreto.*

*Parágrafo único - O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o estabelecimento ao recolhimento e à suspensão do Alvará de Localização e Funcionamento.*

*Art. 3º - O Executivo poderá expedir regras complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.*

*Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Belo Horizonte, 13 de julho de 2020.*

*Alexandre Kalil*

*Prefeito de Belo Horizonte*

*(Originária do Projeto de Lei nº 969/20, de autoria do Executivo)*

Em 31 de julho de 2020, o boletim de monitoramento da covid-19 trouxe o nível de alerta geral vermelho, com a seguinte recomendação: o ritmo de difusão da doença, que apresentou uma tendência de estabilização no nível de contágio nas últimas semanas, atingiu o valor médio abaixo de 1,00. O valor de  $R_t$  igual a 0,97 sinaliza uma pequena redução do número de novos casos, porém ainda muito próximo da estabilização. Tal cenário demonstra o efeito positivo das ações para evitar a circulação do vírus, refletindo na queda da taxa de ocupação dos leitos de enfermaria covid. Por outro lado, esse cenário demonstra a necessidade de se reduzir ainda mais o nível de contágio. Sem essa redução, a taxa de ocupação de leitos de UTI covid continuará no nível de alerta vermelho (acima de 70%) nos próximos dias. Dessa forma, recomenda-se a permanência na fase de controle para os próximos 7 dias.

Em 04 de agosto de 2020, o Decreto nº 17.406, alterou o Decreto 17.361, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus. Desse modo, estabeleceu-se a retomada da reabertura de atividades no Município:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### Fase de controle – permanecem abertos

Atividades autorizadas a funcionar nos termos do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, e do Decreto nº 17.332, de 16 de abril de 2020.

Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH.

Atividade	Faixa de horário de funcionamento
Padaria	5h às 21h
Comércio varejista de laticínios e frios	7h às 21h
Açougue e Peixaria	7h às 21h
Hortifrutigranjeiros	7h às 21h
Minimercados, mercearias e armazéns	7h às 21h
Supermercados e hipermercados	7h às 21h
Artigos farmacêuticos	Sem restrição de horário
Artigos farmacêuticos, com manipulação de fórmula	Sem restrição de horário
Comércio varejista de artigos de óptica	11h às 19h
Artigos médicos e ortopédicos	11h às 19h
Tintas, solventes e materiais para pintura	7h às 21h
Material elétrico e hidráulico, vidros e ferragens	7h às 21h
Madeira	7h às 21h
Material de construção em geral	7h às 21h
Combustíveis para veículos automotores	Sem restrição de horário





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Peças e acessórios para veículos automotores	8h às 17h
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	Sem restrição de horário
Comércio atacadista da cadeia de atividades do comércio varejista da fase de controle	5h às 17h
Agências bancárias: instituições de crédito, seguro, capitalização, comércio e administração de valores imobiliários	Sem restrição de horário
Casas lotéricas	Sem restrição de horário
Agência de correio e telégrafo	Sem restrição de horário
Comércio de medicamentos para animais	Sem restrição de horário
Atividades de serviços e serviços de uso coletivo, exceto os especificados no art. 2º do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020	Sem restrição de horário
Atividades industriais	Sem restrição de horário
Banca de jornais e revistas	Sem restrição de horário

### FASE 1 – abertura a partir de 6 de agosto de 2020

Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH

Atividade	Faixa de horário de funcionamento	
	Do dia 6 ao dia 9 de agosto	A partir do dia 10 de agosto
Comércio varejista não contemplado na fase de controle	Quinta a sexta-feira, entre 11h e 19h	Quarta a sexta-feira, entre 11h e 19h



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	Sábado, entre 9h e 15h	
Comércio atacadista da cadeia de atividades do comércio varejista autorizada a funcionar na fase 1, exceto comércio atacadista de recicláveis	Quinta a sexta-feira, entre 11h e 19h  Sábado, entre 9h e 15h	Quarta a sexta-feira, entre 11h e 19h
Cabeleireiros, manicures e pedicures	Quinta a sexta-feira, entre 11h e 20h  Sábado, entre 9h e 17h	Quinta a sexta-feira, entre 11h e 20h  Sábado, entre 9h e 17h
Atividades autorizadas na fase 1 em funcionamento no interior de galerias de lojas e centros de comércio	Quinta a sexta-feira, entre 11h e 19h  Sábado, entre 9h e 15h	Quarta a sexta-feira, entre 11h e 19h
Atividades autorizadas na fase 1 em funcionamento no interior de <i>shopping centers</i>	Quinta-feira a sábado, entre 12h e 20h	Quarta a sexta-feira, entre 12h e 20h
Atividades no formato <i>drive-in</i>	Sexta-feira a domingo, entre 14h e 23h	Sexta-feira a domingo, entre 14h e 23h

A partir do Boletim Epidemiológico e Assistencial de 05 de agosto de 2020, foram incluídos dados relativos aos leitos UTI e leitos enfermaria da rede suplementar de Belo Horizonte, conforme imagem abaixo:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 4 Leitos de UTI.

LEITOS DE UTI - Dia 4/8				
Rede		UTI Total	UTI COVID	UTI não COVID
SUS	Nº de leitos	1.089	424	665
	Taxa de ocupação	87.1%	85.8%	87.8%
Suplementar	Nº de leitos	676	291	385
	Taxa de ocupação	66.0%	70.1%	62.9%
SUS + Suplementar	Nº de leitos	1.765	715	1.050
	Taxa de ocupação	79.0%	79.4%	78.7%

Fonte: GIS/SMSA-BH - atualizado em 5/8/2020.

QUADRO 5 Leitos de enfermarias.

LEITOS DE ENFERMARIAS - Dia 4/8				
Rede		Enfermaria Total	Enfermaria COVID	Enfermaria não COVID
SUS	Nº de leitos	4.659	1.115	3.544
	Taxa de ocupação	67.0%	63.1%	68.2%
Suplementar	Nº de leitos	2.388	533	1.855
	Taxa de ocupação	65.4%	51.6%	69.3%
SUS + Suplementar	Nº de leitos	7.047	1.648	5.399
	Taxa de ocupação	66.4%	59.4%	68.6%

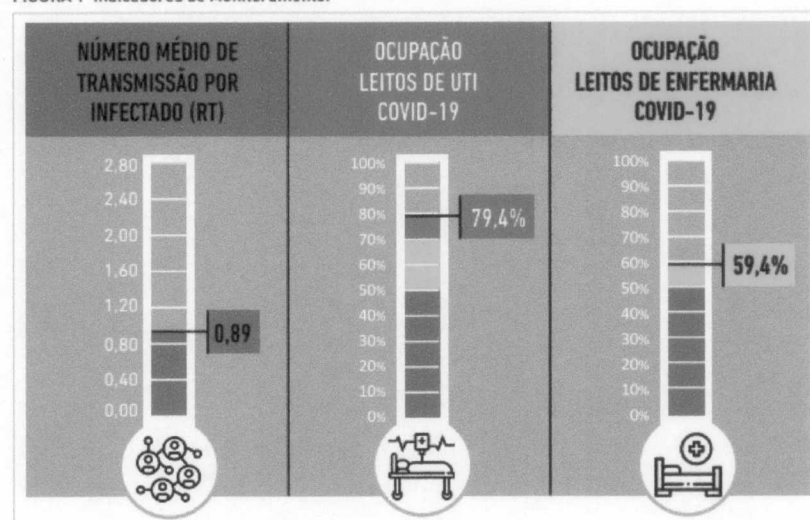
Fonte: GIS/SMSA-BH - atualizado em 5/8/2020.

Os dados de monitoramento também começaram a ser divulgados, no Boletim Epidemiológico e Assistencial, conforme imagem abaixo:

### DADOS DE MONITORAMENTO

#### INDICADORES DE MONITORAMENTO - COVID-19 - 5/8

FIGURA 1 Indicadores de Monitoramento.



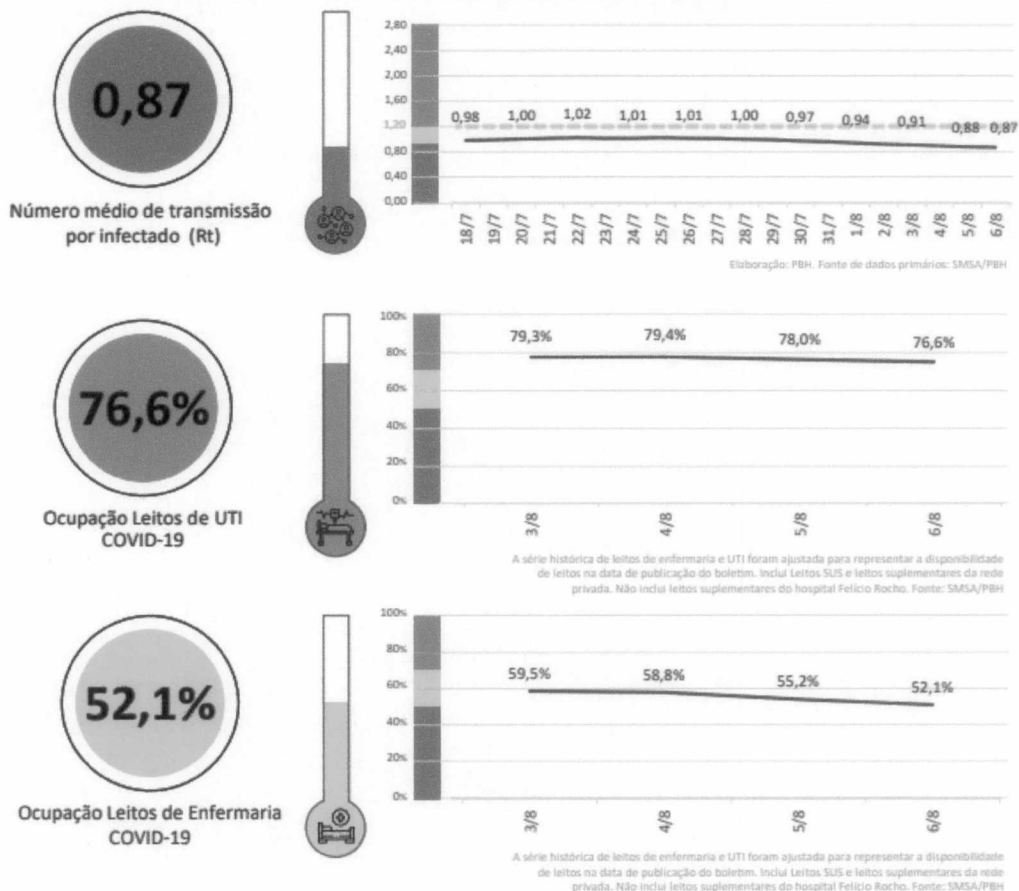
\*Inclui leitos privados, exceto hospital Felício Rocho.  
Fonte: PBH - atualizado em 5/8/2020.

O Boletim de Monitoramento covid-19, de 07 de agosto de 2020, trouxe o nível de alerta geral vermelho:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## NÍVEL DE ALERTA GERAL: VERMELHO



Conforme descrito no boletim, o ritmo de difusão da doença manteve a tendência de queda já sinalizada para a reabertura da Fase 1, apresentando o menor patamar até o momento, Rt 0,87. Segundo as recomendações, essa redução implica em menor número de novos casos, o que tem refletido numa menor demanda por internações. Essas condições sustentam a permanência na Fase 1, mas requerem o monitoramento constante e reforço das medidas de prevenção ao contágio. Considerando que reaberturas contribuem para maior circulação de pessoas, é fundamental o rigor na aplicação dos protocolos e na observação dos cuidados individuais, pois é necessário reduzir ainda mais a velocidade de transmissão, para reduzir o nível de ocupação de leitos hospitalares para COVID.

Em 09 de agosto de 2020, o Decreto nº 17.409 de 2020 declarou luto oficial no Município, por três dias, em memória das mais de cem mil vítimas da covid-19.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Posteriormente, o Decreto nº 17.416, de 20 de agosto de 2020, ampliou a reabertura de atividades no Município. Desse modo, ficaram autorizadas as atividades nos parques públicos municipais, nos termos de regulamentação específica da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica. Já o comércio varejista de artigos de óptica e os artigos médicos e ortopédicos, a que se refere o Anexo I do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, passou a funcionar sem restrição de horário, nos termos do Anexo I.

<b>Fase de controle – permanecem abertos</b> Atividades autorizadas a funcionar nos termos do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, e do Decreto nº 17.332, de 16 de abril de 2020. Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH.	
<b>Atividade</b>	<b>Faixa de horário de funcionamento</b>
(...)	
Comércio varejista de artigos de óptica	Sem restrição de horário
Artigos médicos e ortopédicos	Sem restrição de horário
(...)	

<b>Atividades e horários</b> (A partir de 24 de agosto de 2020) Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH	
<b>Atividade</b>	<b>Faixa de horário de funcionamento</b>
Comércio varejista não contemplado na fase de controle	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h
Comércio atacadista da cadeia de atividades do comércio varejista autorizada a funcionar na fase 1, exceto comércio atacadista de recicláveis	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h
Cabeleireiros, manicures e	Terça a sexta-feira, entre 11h e 20h





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pedicures	Sábado, entre 9h e 17h
Atividades autorizadas na fase 1 em funcionamento no interior de galerias de lojas e centros de comércio	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h
Atividades autorizadas na fase 1 em funcionamento no interior de <i>shopping centers</i>	Segunda a sexta-feira, entre 12h e 20h
Atividades no formato <i>drive-in</i>	Diariamente, entre 14h e 23h59min
Serviços de alimentação, para consumo no local, exceto de bebidas alcoólicas: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares, inclusive no interior de galerias de lojas e centros de comércio	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 15h
Serviços de alimentação, para consumo no local, exceto de bebidas alcoólicas: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares no interior de <i>shopping centers</i>	Segunda a sexta-feira, entre 12h e 15h

Em 26 de agosto de 2020, o Decreto nº 17.421 alterou o Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento da epidemia de covid-19, no âmbito do Poder Executivo. Nesse sentido, foram alterados dispositivos relacionados às férias dos servidores da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte.

Em 28 de agosto de 2020, o Decreto nº 17.423 alterou o Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus. Nesse sentido foram ampliados os estabelecimentos compreendidos no processo de reabertura gradual, bem como ampliados os horários de funcionamentos de algumas atividades comerciais, como é possível perceber abaixo. Importante inovação se refere a atividades de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

condicionamento físico: academia, centro de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico, inclusive no interior de galerias de lojas, centros de comércio e shopping centers.

<b>Atividades e horários</b> <b>Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH</b>		
Atividade	Faixa de horário de funcionamento	
	A partir de 31 de agosto de 2020	A partir de 4 de setembro de 2020
Comércio varejista não contemplado na fase de controle	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h	
Comércio atacadista da cadeia de atividades do comércio varejista autorizada a funcionar, exceto comércio atacadista de recicláveis	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h	
Cabeleireiros, manicures e pedicures	Terça a sexta-feira, entre 11h e 20h	
	Sábado, entre 9h e 17h	
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza: clínicas de estética	Terça a sexta-feira, entre 11h e 20h	
	Sábado, entre 9h e 17h	
Atividades autorizadas em funcionamento no interior de galerias de lojas e centros de comércio	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h	
Atividades autorizadas em funcionamento no interior de <i>shopping centers</i>	Segunda a sexta-feira, entre 12h e 20h	
	Sábado e domingo, sem restrição de horário, somente para retirada de produtos no estacionamento, em formato <i>drive-thru</i>	
Atividades no formato <i>drive-in</i>	Diariamente, entre 14h e 23h59min	
Atividades de condicionamento físico: academia, centro de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico, inclusive no interior de galerias de lojas, centros de comércio e <i>shopping centers</i>	Sem restrição de horário	
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares, inclusive aqueles com acesso direto de pedestres ao logradouro, se localizados em galerias de lojas, centros de comércio e <i>shopping centers</i>	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas	Segunda a quinta-feira, entre 11h e 15h
		Sexta-feira a domingo entre 11h e 22h Comercialização de bebidas alcoólicas somente entre 17h de sexta-feira e 22h de domingo
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares no interior de galerias de lojas, centros de comércio e <i>shopping centers</i>	Segunda a sexta-feira, entre 12h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas	Segunda a quinta-feira, entre 12h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas
		Sexta-feira entre 12h e 20h,



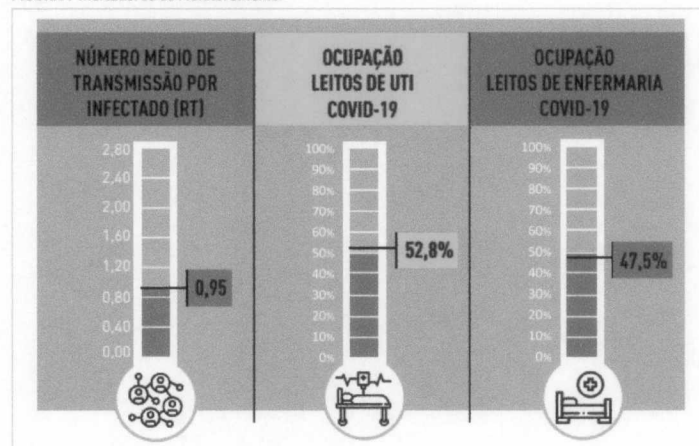
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

		com comercialização de bebidas alcoólicas a partir das 17h
--	--	--

Em 14 de agosto de 2020 foi divulgado o último Boletim de Monitoramento covid-19, sendo que os indicadores passaram a ser divulgados no boletim epidemiológico e assistencial. No entanto, esses boletins não trazem mais as recomendações. Considerando o avanço na reabertura de atividades, em 28 de agosto de 2020, o boletim epidemiológico e assistencial trouxe, em relação aos indicadores, o nível de alerta geral amarelo:

### INDICADORES DE MONITORAMENTO - COVID-19 - 28/8

FIGURA 1 Indicadores de Monitoramento.



\*Inclui leitos SUS e leitos suplementares da Rede Privada.  
Fonte: PBH - atualizado em 28/8/2020.

Posteriormente, o Decreto nº 17.425, de 01 de setembro de 2020, trouxe medidas excepcionais de auxílio a contribuintes e de redução dos impactos sobre a atividade econômica no Município, causados pelas ações de contenção da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. Já em 03 de setembro de 2020, houve nova alteração no Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, por meio do Decreto nº 17.429, principalmente no que se refere a serviços de alimentação, conforme tabela abaixo:

Atividades e horários Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH		
Atividade	Faixa de horário de funcionamento	
	A partir de 31 de agosto de 2020	A partir de 4 de setembro de 2020



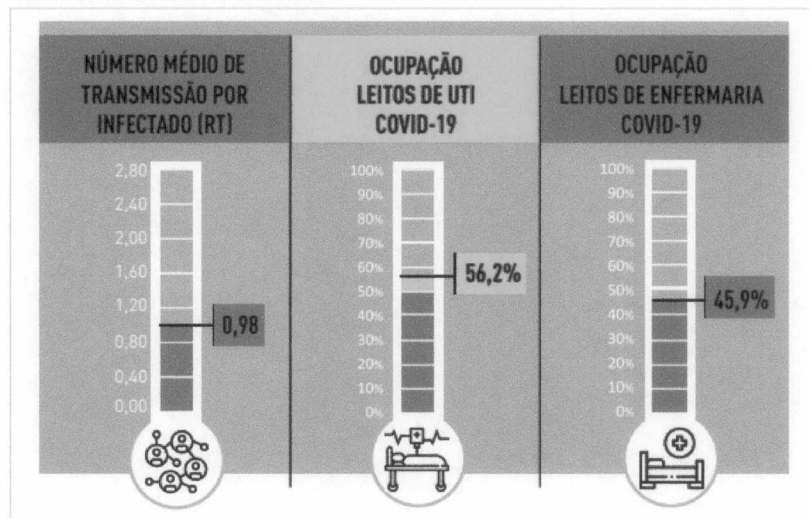
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(...)	(...)	(...)
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares, inclusive aqueles com acesso direto de pedestres ao logradouro, se localizados em galerias de lojas, centros de comércio e <i>shopping centers</i>	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas	Segunda a quinta-feira, entre 11h e 15h  Sexta-feira a domingo e feriados, entre 11h e 22h  Comercialização de bebidas alcoólicas somente entre 17h e 22h, na sexta-feira, e entre 11h e 22h, nos sábados, domingos e feriados
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares no interior de galerias de lojas e centros de comércio	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas	Segunda a quinta-feira, entre 11h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas  Sexta-feira, entre 11h e 20h, com comercialização de bebidas alcoólicas a partir das 17h
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares no interior de <i>shopping centers</i>	Segunda a sexta-feira, entre 12h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas	Segunda a quinta-feira, entre 12h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas  Sexta-feira, entre 12h e 20h, com comercialização de bebidas alcoólicas a partir das 17h

Em 03 de setembro de 2020, o boletim epidemiológico e assistencial apresentou 34.962 casos confirmados e 1.044 óbitos confirmados em decorrência da covid-19. Em relação aos indicadores, esses evidenciaram o nível de alerta geral amarelo:

## INDICADORES DE MONITORAMENTO - COVID-19 - 3/9

FIGURA 1 Indicadores de Monitoramento.



\*Inclui leitos SUS e leitos suplementares da Rede Privada.  
Fonte: PBH - atualizado em 3/9/2020.

O Decreto nº 17.430, de 11 de setembro de 2020, trouxe nova ampliação no processo de reabertura gradual, com ênfase para a ampliação do horário, por meio da alteração no Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, conforme visualizado abaixo:

Atividades e horários	
Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH	
Atividade	Faixa de horário de funcionamento
Comércio varejista não contemplado na fase de controle	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h Sábado, entre 9h e 17h
Comércio atacadista da cadeia de atividades do comércio varejista autorizada a funcionar, exceto comércio atacadista de recicláveis	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h Sábado, entre 9h e 17h
Cabeleireiros, manicures e pedicures	Terça a sexta-feira, entre 11h e 20h Sábado, entre 9h e 17h
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza: clínicas de estética	Terça a sexta-feira, entre 11h e 20h Sábado, entre 9h e 17h
Atividades autorizadas em funcionamento no interior de galerias de lojas e centros de comércio	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h Sábado, entre 9h e 17h
Atividades autorizadas em funcionamento no interior de shopping centers	Segunda a sexta-feira, entre 12h e 20h Sábado, entre 12h e 20h  Domingo, somente para retirada de produtos no estacionamento, em formato drive-thru, sem



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

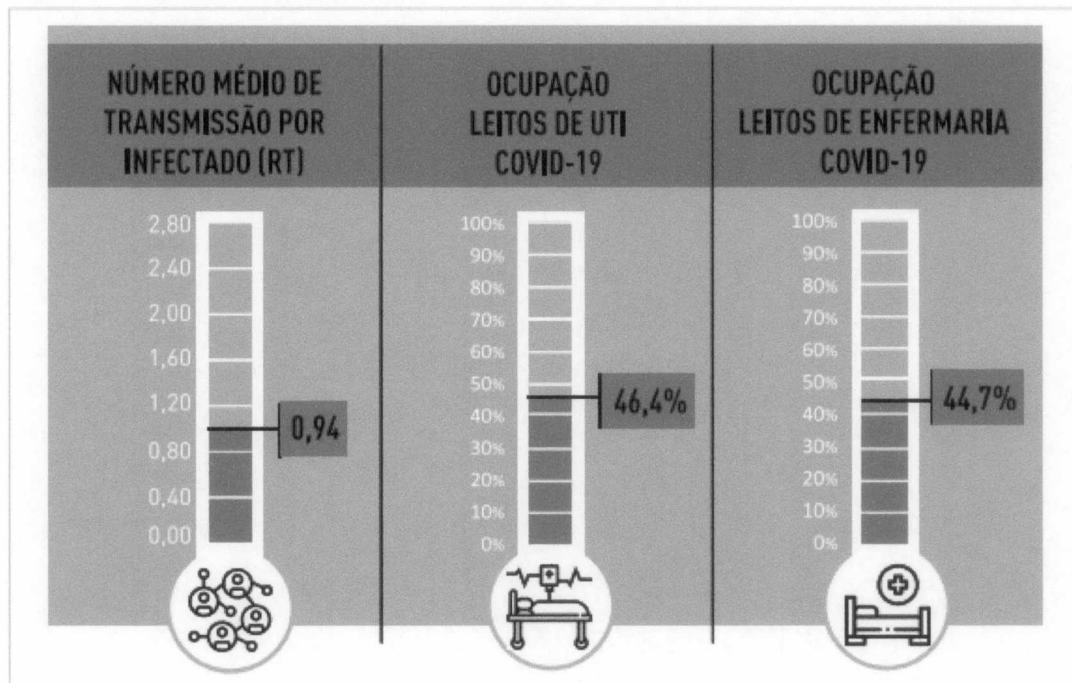
	restrição de horário
Atividades no formato drive-in	Diariamente, entre 14h e 23h59min
Atividades de condicionamento físico: academia, centro de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico, inclusive no interior de galerias de lojas, centros de comércio e shopping centers	Sem restrição de horário
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares, inclusive aqueles com acesso direto de pedestres ao logradouro, se localizados em galerias de lojas, centros de comércio e shopping centers	Segunda a quinta-feira, entre 11h e 15h Sexta-feira a domingo e feriados, entre 11h e 22h Comercialização de bebidas alcoólicas somente entre 17h e 22h, na sexta-feira, e entre 11h e 22h, nos sábados, domingos e feriados
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares no interior de galerias de lojas e centros de comércio	Segunda a quinta-feira, entre 11h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas Sexta-feira, entre 11h e 20h, com comercialização de bebidas alcoólicas a partir das 17h Sábado, entre 11h e 15h, sem comercialização de bebidas alcóolicas
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares no interior de shopping centers	Segunda a quinta-feira, entre 12h e 15h, sem comercialização de bebidas alcoólicas Sexta-feira, entre 12h e 20h, com comercialização de bebidas alcoólicas a partir das 17h Sábado, entre 12h e 15h, sem comercialização de bebidas alcóolicas

Em 11 de setembro de 2020, o Boletim Epidemiológico e Assistencial trouxe, nas notificações de covid-19, 37.123 casos confirmados e 1.104 óbitos confirmados. Em relação aos indicadores, esses apresentaram nível de alerta geral verde:



## INDICADORES DE MONITORAMENTO - COVID-19 - 11/9

FIGURA 1 Indicadores de Monitoramento.



\*Inclui leitos SUS e leitos suplementares da Rede Privada.

Fonte: PBH - atualizado em 11/9/2020.

Em 18 de setembro de 2020 houve nova alteração do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, por meio do Decreto 17.434. Importante inovação se refere a clubes de serviço, de lazer, sociais, esportivos e similares.

Atividades e horários	
Informações sobre protocolos de vigilância sanitária disponíveis no Portal da PBH	
Atividade	Faixa de horário de funcionamento
Comércio varejista não contemplado na fase de controle	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h Sábado, entre 9h e 17h
Comércio atacadista da cadeia de atividades do comércio varejista autorizada a funcionar, exceto comércio atacadista de recicláveis	Segunda a sexta-feira, entre 11h e 19h Sábado, entre 9h e 17h
Cabeleireiros, manicures e pedicures	Terça a sexta-feira, entre 11h e 20h Sábado, entre 9h e 17h
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza: clínicas de estética	Terça a sexta-feira, entre 11h e 20h Sábado, entre 9h e 17h
Atividades autorizadas em funcionamento no interior de	Segunda a sexta-feira, entre 11h e



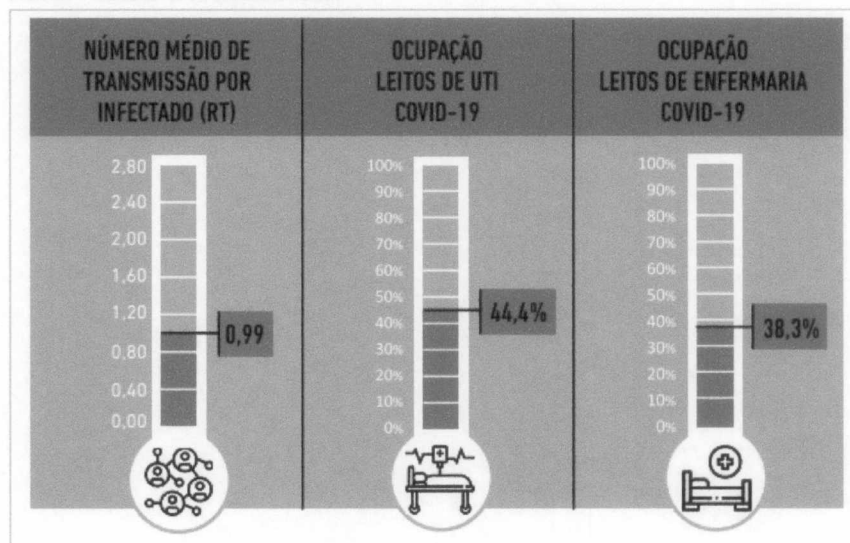
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

galerias de lojas e centros de comércio	19h Sábado, entre 9h e 17h
Atividades autorizadas em funcionamento no interior de shopping centers	Segunda-feira a sábado, entre 12h e 20h Domingo, somente para retirada de produtos no estacionamento, em formato drive-thru, sem restrição de horário
Atividades no formato drive-in	Diariamente, entre 14h e 23h59min
Atividades de condicionamento físico: academia, centro de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico, inclusive no interior de galerias de lojas, centros de comércio e shopping centers	Sem restrição de horário
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares, inclusive aqueles no interior de clubes de serviço, de lazer, sociais, esportivos e similares e com acesso direto de pedestres ao logradouro, se localizados em galerias de lojas, centros de comércio e shopping centers	Segunda a domingo e feriados, entre 11h e 22h Comercialização de bebidas alcoólicas somente entre 17h e 22h, de quarta a sexta-feira, e entre 11h e 22h aos sábados, domingos e feriados
Serviços de alimentação, para consumo no local: restaurantes, lanchonetes, cantinas, sorveterias, bares e similares no interior de galerias de lojas, centros de comércio e shopping centers	Segunda a sábado, entre 11h e 22h Comercialização de bebidas alcoólicas somente entre 17h e 22h, de quarta a sexta-feira, e entre 11h e 22h aos sábados
Clubes de serviço, de lazer, sociais, esportivos e similares	Sem restrição de horário

Em 18 de setembro de 2020, o Boletim Epidemiológico e Assistencial trouxe, nas notificações de covid-19, 39.321 casos confirmados e 1.160 óbitos confirmados. Em relação aos indicadores, esses evidenciaram o nível de alerta geral verde:

## INDICADORES DE MONITORAMENTO - COVID-19 - 18/9

FIGURA 1 Indicadores de Monitoramento.



\*Inclui leitos SUS e leitos suplementares da Rede Privada.  
Fonte: PBH - atualizado em 18/9/2020.

No dia 23 de setembro de 2020, o Governo do Estado de Minas Gerais<sup>7</sup>, definiu a data 05 de outubro de 2020 para o início do retorno às atividades escolares presenciais. As escolas públicas e privadas poderão retornar às atividades presenciais apenas nas regiões inseridas na onda verde do Plano Minas Consciente. Já o ensino superior poderá voltar às aulas presenciais nas regiões contempladas na onda amarela do plano, sendo que as faculdades poderão retornar às atividades presenciais já na próxima semana.

Nesse sentido, foi publicado o Decreto Municipal nº 17.435, de 23 de setembro de 2020, o qual alterou o Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, que suspende por tempo indeterminado os ALFs emitidos para todas as atividades comerciais e dá outras providências. Com esse fim, foram adotadas as seguintes justificativas, pelo Prefeito de Belo Horizonte:

- o Município reconheceu o estado de calamidade pública em razão da necessidade de promover ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra a covid-19, por meio do Decreto nº 17.334, de 20 de abril de 2020;

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.mg.gov.br/noticias/minas-consciente/governo-anuncia-inicio-do-retorno-das-atividades-escolares-presenciais>



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

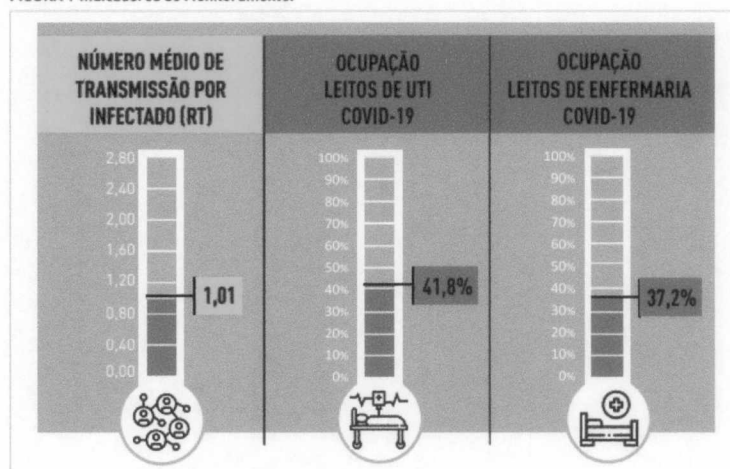
- o ambiente escolar composto, em sua maioria, por crianças e jovens, que pela característica imunológica, ao contraírem a covid-19, tendem a não manifestar sintomas ou manifestar sintomas leves, mas que continuam como vetores de transmissão, podendo acelerar a circulação da pandemia;
- a necessidade de aprofundar nos estudos e discussões para que as aulas escolares presenciais sejam retomadas com segurança para alunos e professores;
- o Município vem fazendo de forma cuidadosa e paulatina a liberação das atividades econômicas mediante o acompanhamento diário de indicadores epidemiológicos e assistenciais;
- a frequência dos clientes e dos usuários das atividades liberadas são discricionárias e eventuais, não implicando em contato intenso e prolongado entre as pessoas;
- o impacto do setor escolar na circulação de pessoas no Município afetará de forma substancial o isolamento social;
- a compulsoriedade da presença dos estudantes nas escolas e o número de horas semanais que alunos e professores terão de baixo distanciamento social;
- o envolvimento dos idosos, população de risco da covid-19, na rotina escolar dos netos;
- a necessidade de assegurar a saúde de professores e demais profissionais das escolas que estarão expostos a um grande número de alunos em locais com restrições ao distanciamento social como as salas de aula.

Por fim, o Decreto, em análise, suspendeu as atividades presenciais e os ALFs das creches, escolas de ensino infantil, escolas de ensino fundamental e médio, escolas superiores e centros de formação profissional. No entanto, poderão retomar suas atividades, desde que previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde: as escolas de nível superior, para os cursos na área da saúde, somente para aulas laboratoriais e práticas; as escolas de educação profissional de nível técnico.

Já em relação aos dados epidemiológicos recentes, o Boletim Epidemiológico e Assistencial de 23 de setembro de 2020 apresentou:

## INDICADORES DE MONITORAMENTO - COVID-19 - 23/9

FIGURA 1 Indicadores de Monitoramento.



\*Inclui leitos SUS e leitos suplementares da Rede Privada.  
Fonte: PBH - atualizado em 23/9/2020.

Esse boletim também trouxe a capacidade potencial de leitos de UTI e leitos de enfermaria covid-19, que considera o número de leitos já alcançados para tratamento de pacientes com suspeita ou confirmação de covid-19 na rede SUS e na rede de saúde suplementar de Belo Horizonte (em 19 de agosto). Informou-se que o número de leitos poderá ser revertido conforme a necessidade.

### QUADRO 5 Capacidade potencial de leitos de UTI e enfermaria - COVID-19.

Rede SUS + Suplementar		Capacidade potencial
UTI COVID	Nº de leitos	741
	Taxa de ocupação	41.8%
Enfermaria COVID	Nº de leitos	1.713
	Taxa de ocupação	37.2%

De modo específico, em relação aos leitos de UTI:

QUADRO 6 Leitos de UTI.

LEITOS DE UTI - Dia 22/9				
Rede		UTI Total	UTI COVID	UTI não COVID
SUS	Nº de leitos	1.079	370	709
	Taxa de ocupação	73.8%	55.7%	83.2%
Suplementar	Nº de leitos	735	295	440
	Taxa de ocupação	67.2%	35.3%	88.6%
SUS + Suplementar	Nº de leitos	1.814	665	1.149
	Taxa de ocupação	71.1%	46.6%	85.3%

Nota:

Os dados contemplam 100% dos 22 hospitais da Rede SUS-BH e 100% dos 23 hospitais da Rede de Saúde Suplementar de Belo Horizonte.

Fonte: GIS/SMSA-BH - atualizado em 23/9/2020.

Já em relação aos leitos de enfermaria:





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 7 Leitos de enfermarias.

LEITOS DE ENFERMARIAS - Dia 22/9				
Rede		Enfermaria Total	Enfermaria COVID	Enfermaria não COVID
SUS	Nº de leitos	4.658	910	3.748
	Taxa de ocupação	73.3%	47.1%	79.7%
Suplementar	Nº de leitos	2.672	579	2.093
	Taxa de ocupação	70.1%	35.9%	79.6%
SUS + Suplementar	Nº de leitos	7.330	1.489	5.841
	Taxa de ocupação	72.1%	42.8%	79.6%

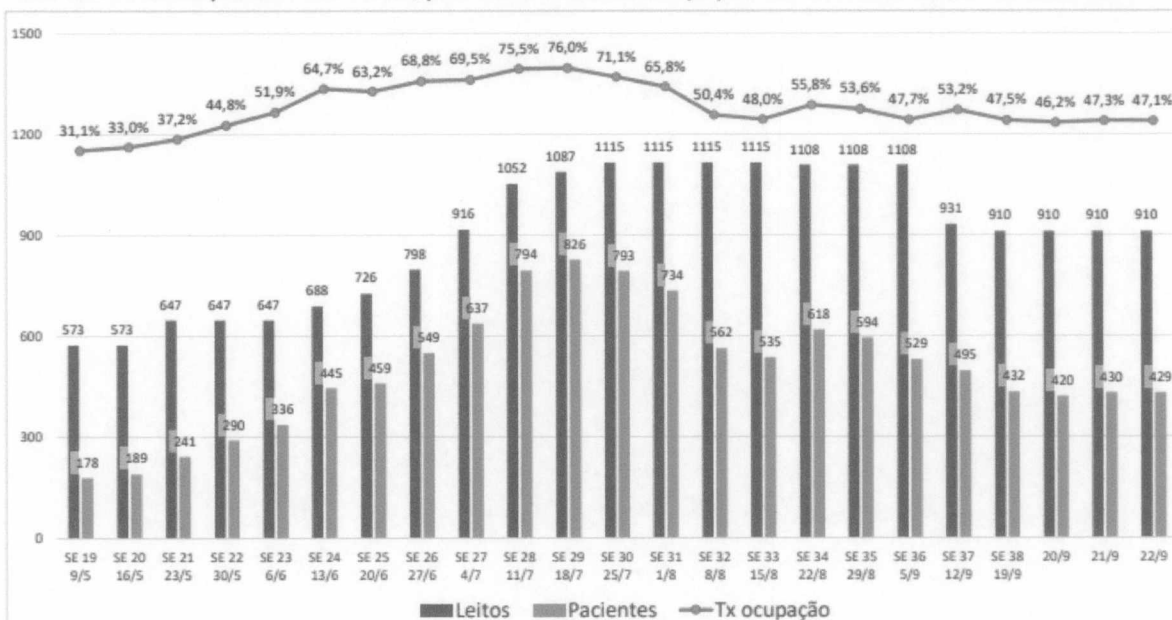
Nota:

Os dados contemplam 100% dos 22 hospitais da Rede SUS-BH e 100% dos 23 hospitais da Rede de Saúde Suplementar de Belo Horizonte.

Fonte: GIS/SMSA-BH - atualizado em 23/9/2020.

A seguir, é relevante analisar o número de leitos no decorrer do enfrentamento da pandemia de covid-19, conforme dados desse boletim:

GRÁFICO 13 Evolução do nº de leitos, pacientes e taxa de ocupação - Enfermaria COVID - Rede SUS-BH.



Notas:

1) SE: Semana Epidemiológica.

2) O acompanhamento da ocupação vem sendo realizado desde 4/5/2020.

3) Os dados contemplam 100% dos 22 hospitais da Rede SUS-BH.

Fonte: Censo Hospitalar - GIS/SMSA-BH - atualizado em 23/9/2020.

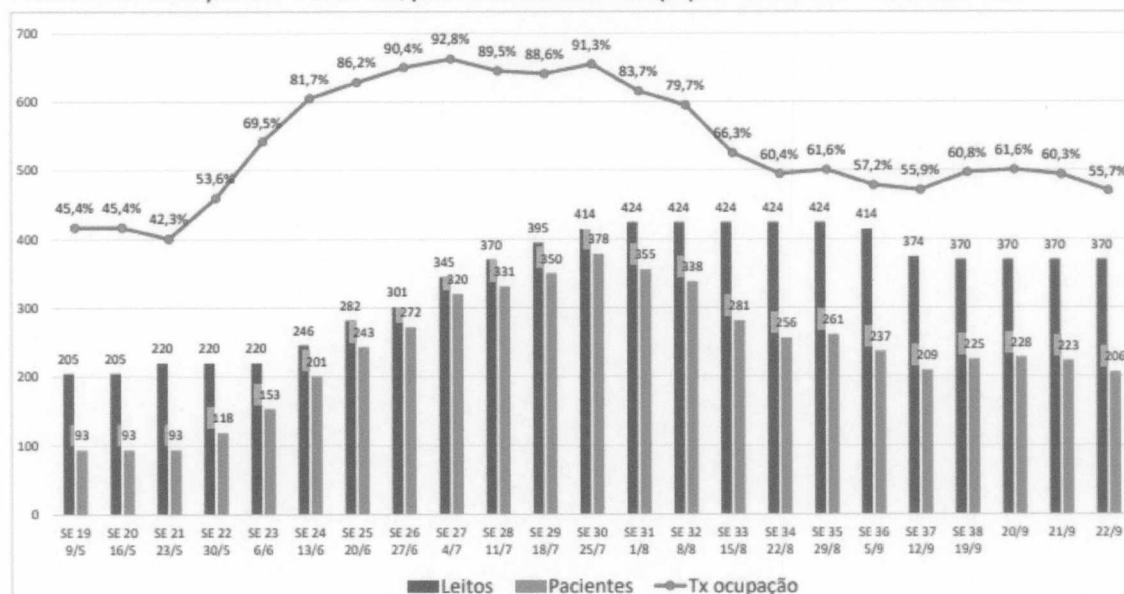
O Município iniciou o enfrentamento à covid-19 com 573 leitos de enfermaria da rede SUS-BH. Esse número aumentou progressivamente, ultrapassando 1.000 leitos no período de 11 de julho (semana epidemiológica 28) até o início de setembro (semana epidemiológica 36). Posteriormente, houve desmobilização de leitos, tal que, atualmente, existem 910 leitos de enfermaria destinados ao enfrentamento da covid-19, na rede SUS-BH. Ressalta-se que o mês de julho registrou as mais altas taxas de ocupação dos leitos de enfermaria, ultrapassando 70%.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GRÁFICO 14 Evolução do nº de leitos, pacientes e taxa de ocupação - UTI COVID - Rede SUS-BH.



Notas:

1) SE: Semana Epidemiológica.

2) O acompanhamento da ocupação vem sendo realizado desde 4/5/2020.

3) Os dados contemplam 100% dos 22 hospitais da Rede SUS-BH.

Fonte: Censo Hospitalar - GIS/SMSA-BH - atualizado em 23/9/2020.

O Município iniciou o enfrentamento à covid-19 com 205 leitos de UTI da rede SUS-BH. Esse número aumentou progressivamente, ultrapassando 400 leitos no período de 25 de julho (semana epidemiológica 30) até o início de setembro (semana epidemiológica 36). Posteriormente, houve desmobilização de leitos, tal que atualmente existem 370 leitos de UTI destinados ao enfrentamento da covid-19, na rede SUS-BH. Ressalta-se que o mês junho e o mês de julho registraram as mais altas taxas de ocupação dos leitos de UTI, ultrapassando 90%.

Em relação ao acolhimento de pessoas em situação de rua e outras vulnerabilidades sociais, o Boletim Epidemiológico e Assistencial de 23 de setembro de 2020 trouxe:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**QUADRO 10 Serviço de Acolhimento Provisório e Emergencial das Pessoas em Situação de Rua (PSR) ou com outras vulnerabilidades sociais.**

Usuários	Nº	%
Acolhidos até o dia 22/9	418	100
Em unidade habitacional	10	2.4
Alta	295	70.6
Acompanhados por outros serviços	99	23.7
Retorno a UPA	14	3.3

Observação: Oferta temporária e emergencial de acolhimento provisório e emergencial para PSR e pessoas com outras vulnerabilidades sociais, com indicativo de isolamento social por suspeita de COVID-19, com quadro leve de sintomas respiratórios, sem indicação clínica para internação hospitalar. Parceria SESC VN/SMSA/SMASAC.

Fonte: PBH/SMSA-BH – atualizado em 23/9/2020.

Já em relação ao serviço de acolhimento provisório para idosos (UAPI):

**QUADRO 11 Serviço de Acolhimento Provisório para Idosos.**

Idosos	Nº	%
Acolhidos até o dia 22/9	119	100
Em acolhimento no momento	4	3.4
Transferidos para outros serviços de saúde	22	18.4
Retorno a ILPI	93	78.2
Total de positivos	59	49.6

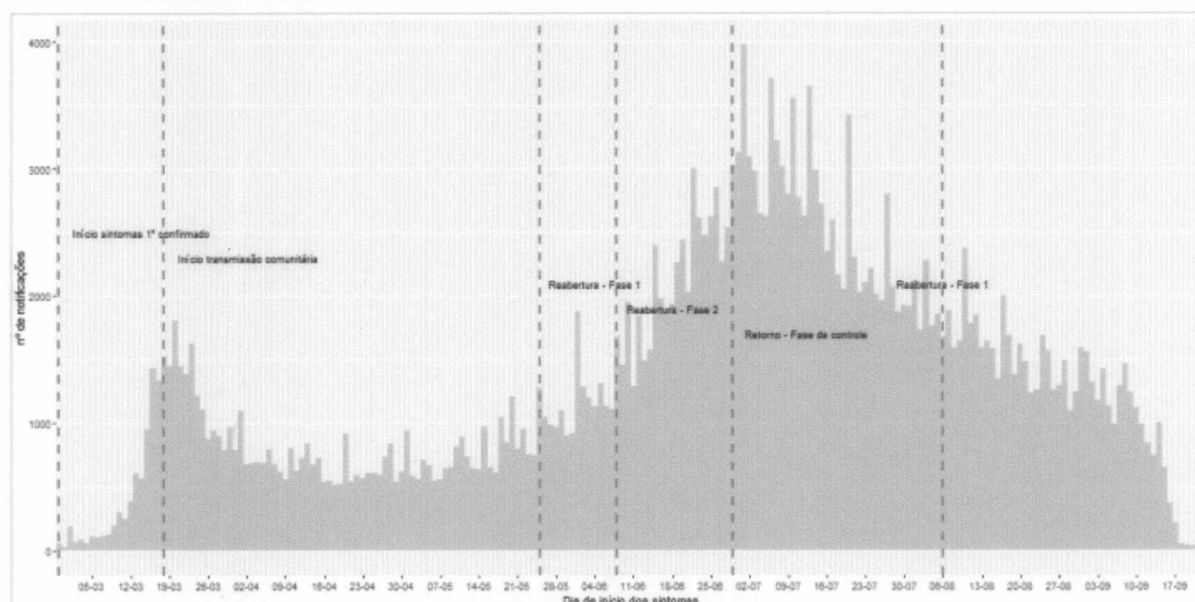
Observação: Unidade para o isolamento e cuidado adequado aos idosos com sintomas respiratórios leves sem indicação de internação hospitalar, das ILPI's parceirizadas de Belo Horizonte. Parceria SMSA/SMASAC.

Fonte: PBH/SMSA-BH – atualizado em 23/9/2020.

Ainda, são contabilizados 39.538 casos confirmados, 2.139 casos em acompanhamento, 36.207 casos recuperados e 1.192 óbitos confirmados em decorrência da infecção pela covid-19. Ressalta-se que o total de casos notificados, que engloba casos suspeitos, confirmados e descartados apresenta o acumulado de 288.260 casos. Abaixo, percebe-se que, após a primeira fase de reabertura (25 de maio) e a segunda fase de reabertura (8 de junho), houve um aumento significativo de casos notificados de covid-19, coincidindo com o retorno à fase de controle (29 de junho).



**GRÁFICO 1 Casos notificados de COVID-19 segundo data de início dos sintomas, residentes em Belo Horizonte, 2020.**



Observação: Notificados correspondem aos casos suspeitos, confirmados e descartados.

Legenda:

Número acumulado de casos: 288.260.

(I) 28/2: Data de início dos sintomas do primeiro caso confirmado de COVID 19.

(II) 18/3: Declaração de transmissão comunitária em BH e início da Fase de controle.

(III) 25/5: Reabertura - Fase 1.

(IV) 8/6: Reabertura - Fase 2.

(V) 29/6: Retorno da Fase de controle.

(VI) 6/8: Reabertura - Fase 1.

Fonte: e-SUS VE e SIVEP Gripe/CIEVS/GVIGE/DPSV/SMSA/PBH – atualizado em 23/9/2020.

O boletim epidemiológico também trouxe dados relativos à síndrome respiratória aguda grave (SRAG). O monitoramento de SRAG é um dos indicadores que pode ser utilizado para medir a evolução da pandemia de covid-19, conforme nota técnica da FIOCRUZ, disponibilizada abaixo:

*“Nota técnica: SRAG como alerta para epidemias de doenças respiratórias virais<sup>8</sup>*

*A vigilância epidemiológica de doenças respiratórias tem como foco principal a circulação sazonal de vírus Influenza e detecção oportuna de novos subtipos com alta patogenicidade (como novas variantes de Influenza aviária ou suína com transmissão em humanos) ou de novos vírus respiratórios. Ela possui características particulares em cada país ou região do globo, mas também conta com aspectos comuns. Um deles é o uso da chamada vigilância sindrômica, isto é,*

<sup>8</sup>Nota técnica: SRAG como alerta para epidemias de doenças respiratórias virais. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/srag\\_e\\_a\\_vigilancia\\_de\\_doencas\\_respiratorias\\_virais.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/srag_e_a_vigilancia_de_doencas_respiratorias_virais.pdf)



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*baseada em casos atendidos na rede de saúde que atendem a um conjunto de sinais e sintomas pré-definidos, com coleta de material biológico desses pacientes seguindo critérios locais para testagem laboratorial. Como diversos vírus respiratórios apresentam sinais e sintomas similares entre si, a sua definição é tal que permita uma alta sensibilidade, ou seja, detecção mais ampla de casos suspeitos cuja confirmação do vírus específico associado a cada caso é realizada posteriormente por meio de exames laboratoriais (tipicamente via a técnica RT-PCR). Usualmente, países adotam dois níveis de vigilância: uma ambulatorial, para acompanhamento de casos leves, e uma voltada para casos hospitalizados.*

*Para doenças respiratórias, os casos leves são chamados, no Brasil, de síndrome gripal (SG) e correspondem aos casos de influenza-like illness (ILI) na linguagem internacional. Tanto no Brasil quanto no resto do mundo, são considerados casos de SG/ILI pacientes que buscaram atendimento ambulatorial com sintomas de febre e tosse (ou dor de garganta), tipicamente. Este critério não é particular do Brasil, mas sim algo estabelecido por órgãos de reconhecido protagonismo em vigilância em saúde como os centros de controle de doenças dos EUA (CDC), o seu equivalente Europeu (ECDC) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo. Já os casos graves, aqueles que necessitam hospitalização, no Brasil, são classificados como síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e, embora a tradução literal para o inglês seja equivalente à sigla SARS (severe acute respiratory syndrome), na verdade corresponde aos casos de severe acute respiratory infection (SARI) embora tecnicamente seja uma síndrome, ou seja, um conjunto de sintomas. A sigla SARS é utilizada especificamente para infecções por vírus da família coronavírus (como o MERS-CoV e SARS-CoV que causaram surtos recentes), sendo uma das possíveis causas de SRAG/SARI. Assim como os coronavírus, os vírus Influenza, vírus sincicial respiratório (VSR), adenovírus, dentre vários outros, também podem levar à SRAG/SARI, inclusive o novo coronavírus SARS-CoV-2, cuja manifestação classificamos como COVID-19. Como no caso da vigilância de SG para casos leves de vírus respiratórios, o uso da vigilância de SRAG para monitoramento, alerta de situação, tomada de decisão para enfrentamento de surtos de*



*doenças respiratórias, e classificação de temporadas sazonais não é uma prática somente brasileira, mas uma prática mundial. A definição de casos de SRAG no Brasil segue o padrão internacional que inclui a combinação de diversos fatores, sendo eles: (I) presença de febre, (II) tosse ou dor de garganta, (III) sinal de dificuldade respiratória, e (IV) necessidade de hospitalização ou indivíduo que veio a óbito tendo apresentado os sintomas I, II e III sem ter outra causa definida para o óbito (como acidente, violência, outra doença específica, ...). Se compararmos com as definições de SARI ou sua versão menos restrita ARI (acute respiratory infection) nos diversos órgãos de saúde pública mundiais, novamente veremos que isso não é uma escolha particular do Brasil, e sim o padrão. Alguns centros destacam uma ressalva importante em relação à febre, por ser um sintoma muito comum e inespecífico em crianças pequenas, e por ter sua presença diminuída em adultos e idosos mesmo quando apresentando quadros sérios de infecção respiratória viral. Outros excluem a necessidade de diagnóstico de dificuldade respiratória pela falta de uma definição clínica clara e podendo ser confundida com asma.*

*Outro problema prático que merece destaque: os sistemas de notificação de casos e a classificação final dos mesmos. Para SRAG, o Brasil conta com um sistema de informação desenvolvido pelo Ministério da Saúde, atualmente chamado de SIVEP-Gripe, para registro desses casos com ficha de notificação padronizada. Embora a definição de SRAG possua critérios sintomáticos bem definidos, é possível inserir no sistema um caso suspeito que não atende a todos os critérios de sinais e sintomas. Por exemplo, um paciente que necessitou hospitalização e que apresentava saturação de oxigênio abaixo de 95% (sinal alternativo à presença de dificuldade respiratória), tosse, mas que não apresente febre, seria internacionalmente classificado como ARI. A inclusão sistemática desse caso no sistema sivep-gripe permite, por exemplo, avaliar a real relevância da exigência de febre entre os sintomas. Afinal, como o banco de dados possui as variáveis associadas aos sinais e sintomas, é preferível permitir a inclusão desse caso e filtrá-lo no momento das análises do que bloquear sua inserção. O mesmo ocorre para os demais sinais e sintomas da definição de SRAG.*





*Esse sistema, além de já estar muito bem estabelecido na vigilância de doenças respiratórias no país, está vinculado à rede de laboratórios públicos (os LACEN), de tal forma que todos os casos de SRAG devem ter amostra coletada para identificação do vírus associado via exame laboratorial. Uma vez que a COVID-19 é também uma doença respiratória com sinais e sintomas comuns à SRAG, nada mais natural do que incorporar o exame para SAR-CoV-2 no painel de SRAG do que desenvolver um novo sistema exclusivamente para esse fim. Em função da maior prevalência de casos em idosos e adultos e sabendo-se que a doença pode cursar sem febre nessa faixa etária, optou-se por não exigir presença de febre para classificar um caso como SRAG suspeito de COVID-19. Do ponto de vista de classificação, a rigor esses são então casos de ARI ou, para usar uma sigla em português, síndrome respiratória aguda (SRA). Novamente, é uma questão de ordem prática: entre criar um novo banco de dados voltado apenas para casos de SRA que não apresentaram febre, e permitir que o sistema de SRAG já consolidado seja estendido para acomodar casos suspeitos de novo vírus respiratório, é preferível incorporar ao banco existente. Afinal de contas, uma vez que o banco de dados possui as variáveis associadas aos sinais e sintomas observados, é extremamente simples filtrá-los para manter apenas aqueles que atendem à definição mais estrita. Assim não corremos o risco de perder casos por conta de um sintoma que sabidamente pode não ser sensível para classificar a doença de interesse. De fato, se olharmos os casos com resultado laboratorial positivo para COVID-19 que atendem os demais sinais e sintomas de SRAG exceto febre, temos um aumento de aproximadamente 24% em relação àqueles que também apresentam febre. Esse percentual é similar ao que observamos para todos os casos notificados de SRAG independentemente de resultado laboratorial: temos um acréscimo de 31% quando desconsideramos a febre dentre os critérios.*

*Tem-se discutido se o percentual de casos com resultado laboratorial negativo (no jargão laboratorial a classificação seria não detectável) deveria ou não ser considerado como possível subnotificação de casos de COVID-19 em função de possível resultado falso negativo. Nosso entendimento é de que, embora naturalmente não*





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*seja correto afirmar que todos os casos negativos sejam falsos negativos, acreditamos ser adequado afirmar que ao menos uma fração significativa deles o seja. Em contrapartida, questiona-se se esse alto índice de casos negativos não seria, na verdade, um indício da má qualidade do dado para classificação de casos ou óbitos suspeitos ou para análise de situação em decorrência de uma preocupação maior por parte dos profissionais de saúde em notificar todo e qualquer caso de internação. Isto é, um sinal de que "está entrando muito caso que não deveria estar ali", e não uma consequência de falsos negativos.*

*Embora seja importante discutir se a sensibilidade da rede hospitalar não está de fato gerando um aumento significativo de registros que não deveriam ser classificados como SRAG (e acreditamos que isso possa sim ter um efeito ainda não mensurado), aqui entra um fator central que é a familiaridade com o SIVEP-Gripe e a importância de conhecer o banco de dados para análise criteriosa.*

*Por exemplo, se um percentual relativamente alto de casos negativos fosse apenas efeito de casos espúrios (casos sendo inseridos no SIVEP-Gripe sem que sejam de fato casos de SRAG ou SRA), esse percentual alto não deveria ser observado quando filtramos os registros pelos sintomas que definem SRAG ou pela sua versão menos estrita sem filtrar por febre. Deveria ser algo fortemente associado aos casos que não atendem a todos os critérios de sintomas apenas, o que não é observado. Nos dados do país todo, temos até a última atualização cerca de 30% de casos de SRAG sem filtro de febre com resultado laboratorial negativo. Em alguns estados esse percentual é ainda maior, principalmente na região Sul (58%), em Minas Gerais (56%) e no Centro-Oeste (41%), por exemplo. Porém, entre os anos de 2010 e 2019, a mediana desse mesmo percentual no Brasil, ano a ano, dentre os casos que atendem a definição de SRAG estrita, é de 54% (intervalo interquartilico 52% - 58%). Para a região Sul, a mediana nesse período é de 57% [54% - 60%]. Ou seja, está dentro do padrão esperado. Uma suposta "enxurrada de lixo" no banco de dados não explica tais números.*

*Possíveis explicações para esse perfil histórico são: qualidade da coleta (foi feito swab ou aspirado? como foi feita a coleta por swab?),*



*armazenamento no local da coleta e transporte adequados da amostra até o laboratório, tempo transcorrido entre a data de primeiros sintomas e a data da coleta, dentre outros. Sabe-se que o exame RT-PCR possui uma sensibilidade muito alta, isto é, uma capacidade de detecção muito boa. Porém, essas avaliações de sensibilidade são, em geral, feitas em condições ideais. Não é a sensibilidade na prática da vigilância. Portanto é bastante razoável supor que uma parcela significativa desses casos negativos sejam falsos negativos. E, dentre esses falsos negativos, também é natural supor que uma parcela significativa seja associada a casos de COVID-19, pois é o vírus com maior presença entre os resultados positivos (mais de 95% dos casos de SRAG com resultado positivo para algum vírus do respiratório foi positivo justamente para SARS-CoV-2) e o perfil etário desses casos negativos é similar ao perfil etário dos casos de COVID-19, que já se observou ser distinto do perfil típico dos casos de SRAG no país em anos anteriores.*

*Documento elaborado por Marcelo Gomes, coordenador do InfoGripe , e integrantes do MAVE: Grupo de Métodos Analíticos em Vigilância Epidemiológica (PROCC/Fiocruz e EMap/FGV)”*

Segundo o boletim, o maior número de casos e óbitos em decorrência de SRAG encontra-se na regional oeste de Belo Horizonte. Já em relação ao número de casos de SRAG, confirmados para covid-19, segundo raça/cor, a raça/cor parda concentra o maior percentual (49,5%). Em relação aos óbitos em decorrência da infecção pela covid-19, relatam-se 662 óbitos de homens e 530 óbitos de mulheres. Ainda, 97,3% do total de óbitos contaram com a presença de pelo menos um fator de risco e/ou comorbidade. Dos óbitos em decorrência da SRAG, confirmados para covid-19, sem comorbidades e/ou fator de risco, 26 foram confirmados na faixa etária 40-59 anos e 6 na faixa etária 20-39 anos.

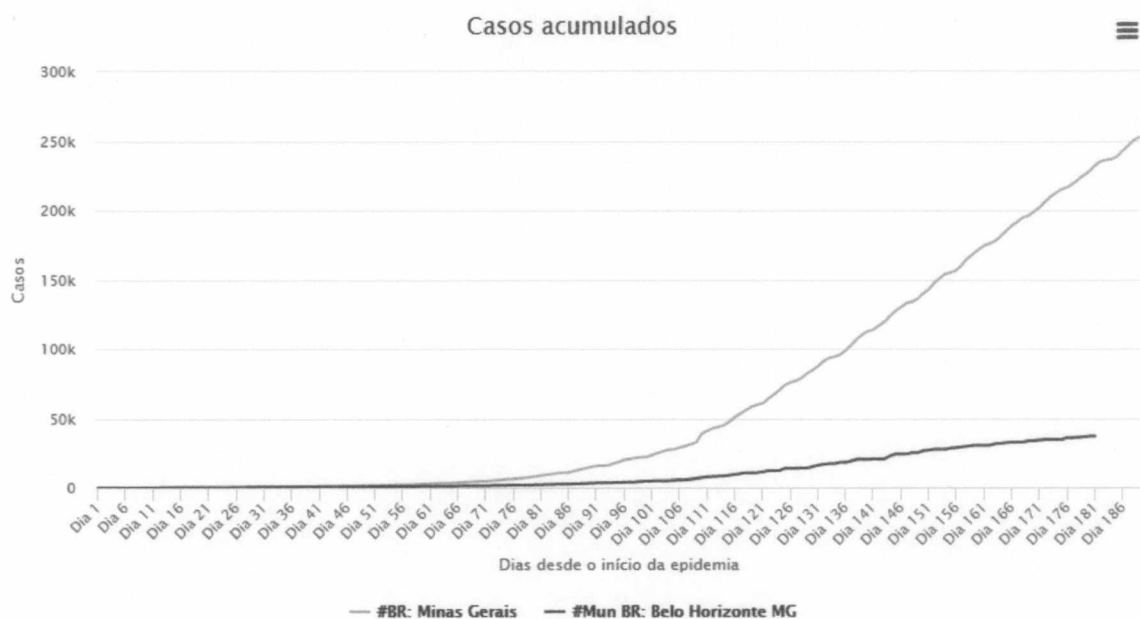
Em relação à testagem da população de Belo Horizonte (testes pcr e rápido), foram realizados 347.783 testes (em laboratórios públicos e privados). Desse total, 183.092 (52,6%) foram testes do tipo pcr e 164.532 (47,3%) do tipo rápido. 159 testes não tiveram a tipologia informada. Considerando que, segundo o IBGE, a população estimada para Belo Horizonte, em 2020, é de 2.521.564, o Município testou aproximadamente 14% de sua população. Em relação aos profissionais de saúde, 580



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tiveram testagem positiva, sendo que a categoria profissional técnico de enfermagem concentrou o maior número de casos, 205.

Concluindo, a seguir estão expostos gráficos, disponibilizados pela FIOCRUZ, no portal Monitora-covid-19<sup>9</sup>. Por meio desses, é possível fazer uma comparação entre a situação epidemiológica da covid-19 no Município de Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais:

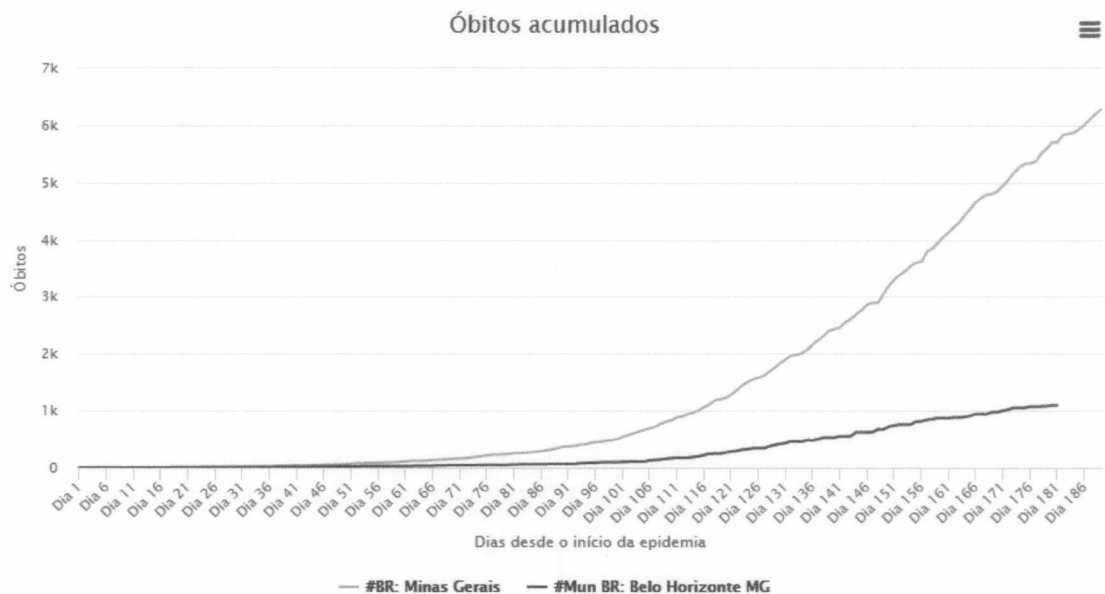


MonitoraCovid-19 @ Fiocruz | ICICT | US | 2020-09-13

<sup>9</sup>Portal Monitora covid-19. Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



## 6. Considerações Finais

Por meio da análise dos requerimentos aprovados por essa Comissão, é possível



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

perceber que a atuação dessa se deu pelo acompanhamento, de forma paulatina, das ações do Poder Executivo. Com esse fim, foram ouvidos especialistas, representantes dos setores comerciais, representantes da sociedade civil, representantes do Poder Executivo, dentre outros. Também foram realizados questionamentos e indicações com o objetivo de esclarecer as medidas adotadas visando ao enfrentamento da covid-19.

## **RELATÓRIO**

### **COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO – COVID 19**

#### **Requerimento nº 117/2020**

## **PARTE 2**

### **1. Introdução**

O presente estudo tem caráter sucinto, com levantamento das principais informações compartilhadas pelos convidados ouvidos por esta Comissão, com base no acompanhamento das reuniões, nas atas e nos vídeos disponíveis no portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Após a aprovação do Requerimento nº 117/2020, procedeu-se a designação dos membros titulares e suplentes da comissão especial de estudo, ficando assim constituída: Como titulares os Vereadores Fernando Borja, Professor Juliano Lopes, Jair Bolsonaro Di Gregório, Gabriel Azevedo e Bella Gonçalves e como suplentes Wesley da Autoescola, Pedrão do Depósito, Autair Gomes, Dr. Bernardo Ramos e Edmar Branco.

Na primeira reunião realizada em 22/05/2020 foram eleitos respectivamente, como Presidente e Relator os vereadores Gabriel Azevedo e Fernando Borja.



## 2. Resumo das informações

### I. Requerimento de Comissão nº 298/2020

**2ª Reunião (26/05/2020)** acompanhamento permanente desta Comissão.

**Finalidade:** convidar, em caráter permanente, a Diretora Geral da Agência-RMBH, Sra. Mila Batista Leite Corrêa Costa, para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão.

**Convidados:**

- Diretora Geral da Agência-RMBH, Sra. Mila Batista Leite Corrêa Costa

**Principais informações:**

- A Agência-RMBH atuou, nessa Comissão, por meio do fornecimento de dados epidemiológicos atualizados, relativos à covid-19, no contexto da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).
- Também foram disponibilizadas informações acerca das medidas adotadas pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e pela Agência-RMBH, relacionadas ao enfrentamento da covid-19.
- A Agência-RMBH também apresentou sugestões para atuação desta Comissão, bem como para a integração com os demais Municípios da RMBH, visando ao enfrentamento da covid-19.
- Foi sugerido pelo Vereador Gabriel Azevedo e aprovado pela comissão a adoção, via redes sociais, do formato de divulgação diária dos números essenciais do combate ao Covid-19, nos moldes publicados pela administração de Ipatinga-MG.
- O vereador Fernando Borja propôs que sejam convidados a participar da próxima reunião, representantes das escolas particulares de Belo





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte, para avaliação dos impactos que tiveram devido as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus.

- O Vereador Fernando Borja também propôs que fosse apreciado o Plano de Trabalho desta Comissão, porém foi rejeitado, mas foi aprovado o plano de trabalho que estava anexo.

### II. **Requerimento de Comissão nº 295/2020**

**Reunião:** 3ª Reunião (02/06/2020)

**Finalidade:** ouvir representante da Força-Tarefa de modelagem da covid-19, sediada na UFMG, para expor a estratégia de aplicação da técnica de testagem em grupo (*group testing*) para o vírus Sars-CoV-2 a qual, segundo divulgado pelo portal da Instituição, possibilita promover a expansão da atual capacidade de realização de exames nas infraestruturas laboratoriais existentes no País.

**Convidados:**

- Ricardo Takahashi, representante da Força-tarefa Amerek modelagem da Covid-19 (UFMG) e professor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG.

**Principais informações:**

- A reabertura das atividades comerciais deve estar vinculada à realização de exames para detecção da infecção pelo Sars-CoV-2. Em contexto mundial, os modelos de enfrentamento da pandemia que permitiram a reabertura de estabelecimentos comerciais estão associados ao controle da taxa de infecção.
- A Força-Tarefa ajustou, em equação matemática, as variáveis que podem interferir na taxa de transmissão da covid-19. Não é possível prever, a priori, como será o resultado da taxa de contaminação, conforme as medidas de flexibilização adotadas pelo poder público. Essa identificação só será conhecida por meio da prática, observando-se cada setor da economia e realizando a testagem da população.



- O entendimento sobre a possível evolução do Sars-CoV-2, no organismo humano, evidencia: nos primeiros cinco dias de infecção, os sintomas da doença são brandos; nos cinco dias seguintes, os sintomas da doença se tornam mais evidentes; nos próximos quatro dias, a doença se agrava e leva o paciente a procurar a assistência médica. Por essa descrição temporal, percebe-se que o controle da doença pela taxa de ocupação de leitos nas UTIs se dá tardiamente e pode acarretar maior disseminação do vírus. A reabertura das atividades comerciais, pautada apenas na taxa de ocupação de leitos, pode levar o sistema de saúde ao colapso.
- Durante o processo de flexibilização das atividades comerciais, é importante que o poder público vise a aumentar a testagem da população quanto à infecção pela covid-19. Existem dois métodos para testar a infecção pelo Sars-CoV-2: o teste sorológico, que possui menor custo e é rápido; e o teste do tipo PCR, uma abreviatura da sigla RT-PCR (*reverse-transcriptase polymerase chain reaction*), o qual, apesar da demora em se obter o resultado, apresenta maior eficácia ao identificar o momento em que o vírus infecta o indivíduo.
- O exame sorológico geralmente é feito cerca de 10 dias após o vírus estar presente no organismo, quando os sintomas da doença se tornam mais evidentes e não foi possível isolar o paciente na fase inicial.
- Embora o teste PCR tenha um custo mais elevado e seja mais complexo de ser feito, a Força Tarefa propôs a realização de uma técnica, já conhecida cientificamente, que pode potencializar a realização do exame, por meio da redução do custo e da ampliação no número de indivíduos testados. Esse método, que data de 1943, durante o período da 2ª Guerra Mundial, possibilitou aos Estados Unidos da América (EUA) controlar os casos de sífilis em seus soldados. Os americanos não dispunham de quantidade de testes suficientes para realizar exames em todos os soldados, o que exigiu o estabelecimento de uma nova forma para ampliar o número de examinados. Os EUA então criaram a testagem em grupo de 50 soldados, ao invés de realizar exames



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

individuais. Nesse novo método, só haveria a testagem individual se, no grupo testado, houvesse um resultado positivo para sífilis.

- Esse método pode ser aplicado na detecção da covid-19, possibilitando a redução no custo do exame PCR, ao mesmo tempo em que amplia o número de pessoas testadas. A testagem em grupo tem bom resultado, quando determinada enfermidade possui uma baixa taxa de contaminados. Esse método não seria viável se a taxa de contaminados fosse à razão de um contaminado a cada três pessoas. Ao se considerar uma taxa de contaminação próxima de 0,5%, na população de Belo Horizonte, seria possível reunir, na testagem da covid-19, um grupo de 32 munícipes. Com a testagem em grupo, no Município, seria possível um ganho de escala na testagem de aproximadamente 15 vezes.
- O Município de Belo Horizonte utiliza o teste do tipo PCR para realizar a testagem do paciente em situação de internação. Já a proposta da Força-Tarefa consiste na inclusão da realização da testagem em grupo de pessoas sem os sintomas da doença.
- A testagem em grupo, pelo teste PCR, conseguiria reduzir a taxa média de contaminação. O método de testagem em grupo poderia ser utilizado nas unidades de pronto atendimento - UPAs - do Município.
- No momento da reabertura das atividades comerciais, os empresários e comerciantes devem cumprir as regras contidas no protocolo sanitário correspondente, como a medição da temperatura dos colaboradores, no início da jornada de trabalho, por meio do termômetro digital. Se houver a confirmação de infecção pela covid-19, o empresário deverá providenciar a testagem em grupo de todos os funcionários.
- A adoção de medidas sanitárias é o recurso natural para o enfrentamento à covid-19. Alguns países optaram pelo fechamento total das atividades econômicas. Essa medida é a mais severa do distanciamento social e, geralmente, é adotada pelos gestores de saúde quando outras medidas de isolamento social não foram suficientes para conter o avanço do vírus entre a população. Também há registros de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

países não adotaram medidas de isolamento social, mas permitiram que alguns setores da economia continuassem em atividade sendo, simultaneamente, adotadas medidas de controle da taxa de contaminação do vírus. O país ou o local que opte pela continuidade das atividades de setores da economia precisa conscientizar a população sobre a importância da testagem.

- Cada localidade deve elaborar sua equação matemática para identificar a taxa de transmissão da doença. O fator determinante dessa equação é o modo como ocorre a interação social. O gestor público precisa se atentar para a demora entre a infecção e os sintomas da covid-19, que gira em torno de 12 dias, período que é denominado de *delay*.
- Os estudos científicos indicam que o isolamento social pode reduzir a disseminação da covid-19 em cerca de cinco vezes, bem como evitar eventual colapso no sistema de saúde.
- A UFMG possui um centro de pesquisa (CT-Vacinas) no qual realiza ensaio para melhorar a testagem do Sars-CoV-2, por meio da testagem em grupo. Os pesquisadores colheram amostras de grupos de 32 pessoas, em forma de projeto piloto, com bons resultados. Há certa receptividade do Poder Executivo municipal para adotar esse método. O impeditivo apontado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) foi a indisponibilidade de quantidade suficiente de *swab*.
- No enfrentamento da pandemia de covid-19, é necessária a disponibilização de locais para que as pessoas identificadas com o vírus possam ficar isoladas, por 14 dias, já que algumas delas não dispõem de um local seguro e sem o contato com seus familiares. O isolamento fora das casas é uma medida simples, mas com eficácia para evitar a disseminação da covid-19.

### III. Requerimento de Comissão nº 308/2020

**Reunião:** 3ª Reunião (02/06/2020)



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Finalidade:** ouvir representantes das escolas particulares de Belo Horizonte para avaliação dos impactos que tiveram devido às atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus.

**Convidados:**

- Henrique Barbosa de Oliveira – Representante do Movimento ESCOLAS EM MOVIMENTO
- Claudia Raquel de Souza - Representante do Movimento ESCOLAS EM MOVIMENTO

**Principais informações:**

- O segmento relatou situação de crise, caracterizada pelo fechamento de estabelecimentos e dispensas de colaboradores. Também houve menção dos impactos da interrupção das atividades escolares aos alunos.
- O setor solicitou que o Poder Executivo estabeleça previsão de retorno das atividades escolares presenciais, bem como espaço de discussão para definição de protocolo de reabertura.
- O setor entregou à Comissão uma proposta para o protocolo de reabertura.
- Os representantes também relataram o funcionamento de três creches, no Município, destinadas a atender filhos de profissionais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig). Questionou-se a viabilidade da aplicação desse protocolo de funcionamento aos estabelecimentos do setor privado.
- Ficou definido que no dia 09/06/2020 a comissão iria se reunir com o Subsecretário de Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais, Dario Ramalho, para que ele pudesse falar sobre a declaração de que o Governo do Estado admite subnotificação de casos no estado, e estima



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que há 1 confirmação de coronavírus para cada 10 casos, com Gustavo Maia, Fundador da Colab, para debater sobre tecnologia com colaboração do cidadão e do governo para combater a Covid, com a Presidente da CMI Secovi MG e Coordenadora de Inovação da CBCSI/CNC, Cássia Ximenes, para debater sobre as medidas de estímulo à economia municipal e com a Diretora Geral do Igan, Marília Carvalho de Melo para esclarecer sobre a possibilidade do vírus do Covid estar presente na rede de esgoto e quais as suas conseqüências (importante informar que somente o Sr. Gustavo Maia compareceu a reunião).

- Foi agendada para o dia 16/06/2020 uma audiência pública para debater a reabertura das academias, centros de ginástica, quadras esportivas, escolas de artes marciais e similares, aplicadas, com o rigor necessário, todas as medidas de segurança a fim de prevenir a transmissão do Coronavírus SARS-CoV-2.

#### IV. **Requerimento de Comissão nº 342/2020**

**Reunião:** 4ª Reunião (09/06/2020)

**Finalidade:** ouvir o CEO e Fundador da Colab, Sr. Gustavo Maia, para debater sobre tecnologia com colaboração do cidadão e do governo para combater a covid-19.

**Convidados:**

- Gustavo Maia, CEO e Fundador da Colab

**Principais informações:**

- A Colab é um aplicativo que utiliza a rede social para conectar cidadãos ao poder público e, com isso, melhorar o exercício da cidadania. Acriação da empresa foi motivada pela necessidade de tornar o cidadão mais presente na gestão da cidade, diante da falha na prestação de serviços públicos. O aplicativo apresenta ferramentas que podem ser acionadas





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pelo cidadão para obter informações acerca da gestão governamental.

- O aplicativo pode atuar na fiscalização da Administração Pública e em questões definidas pelo Poder Executivo, por possível repercussão na vida dos munícipes.
- A Colab possui uma plataforma cuja formatação foi elaborada a partir dos conceitos da ciência comportamental, o que permite o debate de temas e o engajamento dos cidadãos em discussões de interesse público.
- A relação da Colab com a covid-19 surgiu de contrato firmado pela empresa com o Banco Mundial, visando auxiliar no combate à pandemia.
- A *startup* Epitrack, que disponibiliza uma plataforma destinada controle de epidemias, foi convidada a se unir à Colab no enfrentamento à covid-19. A união entre a Colab e a Epitrack busca identificar o número de pessoas contaminadas pelo Sars-CoV-2, diante da subnotificação de casos.
- O aplicativo permite ao cidadão inserir dados e, dessa forma, auxiliar o governo a planejar ações de enfrentamento à covid-19. Qualquer cidadão brasileiro pode realizar o *download* do aplicativo. Um questionário indagará sobre eventuais sintomas da doença e se o indivíduo reside com pessoas do grupo de risco.
- O uso da Colab pode fornecer meios para o poder público identificar a evolução da doença, em determinada área do Município. As informações disponibilizadas pelo aplicativo podem permitir o conhecimento do foco da doença 15 dias antes de eventual colapso na rede de atendimento de saúde.
- O endereço eletrônico [www.brasilsemcorona.com.br](http://www.brasilsemcorona.com.br) possui um acesso simples, que permite a qualquer pessoa realizar o *download* do aplicativo e solicitar informações da Colab.
- Há informações colaborativas de cidadãos brasileiros em mais de 1.100



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municípios, incluindo Belo Horizonte. Nos casos em que a Colab atua junto ao poder público, há a união dos dados privados e dos dados públicos. Por meio do trabalho conjunto entre a Colab e o Poder Executivo, as informações se tornam mais transparentes.

- Ficou definido que no dia 30/06 a comissão iria se reunir com o Sr. Marcelo Soares, Jornalista, professor e fundador da Lagom Data com o objetivo de esclarecer sobre o gráfico divulgado pela Lagom Data com fonte de dados pelo Ministério da Saúde. Iria se reunir também, de forma remota, com o médico infectologista, Rômulo Paes, a fim de dar continuidade aos debates sobre o enfrentamento a Covid-19 nos termos propostos em plano de trabalho aprovado por esta Comissão. Que deverá ser convidada também para a reunião do dia 30/06 a Sra. Valéria Morato da Sinpro/MG - Sindicato dos Professores de Minas Gerais, que representa os descentes da rede privada de educação, para participar de forma remota de reunião desta Comissão.
- Ficou definido que no dia 07/07/2020 iria acontecer uma audiência pública para discutir a reabertura e a situação do setor do vestuário e de aluguel de objetos do vestuário.
- A comissão aprovou a indicação direcionada ao prefeito Alexandre Kalil e à Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Nely Aquino, sobre a utilização do Colab APP (endereço eletrônico: <https://www.colab.re/sobre>), ferramenta que tem como objetivo viabilizar a participação social e promover a eficiência na gestão pública, além de auxiliar no monitoramento epidemiológico da Covid-19.

### V. Requerimento de Comissão nº 345/2020

**Reunião:** 4ª Reunião (09/06/2020)

**Finalidade:** esclarecer sobre a possibilidade do vírus do Covid estar presente na rede de esgoto e quais as suas consequências.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **Convidados:**

- Marília Carvalho de Melo - Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**Não realizado devido à ausência da convidada.**

### **VI. Requerimento de Comissão nº 343/2020**

**Reunião:** 4ª Reunião (09/06/2020)

**Finalidade:** reunir com a Presidente da CMI Secovi MG e Coordenadora de Inovação da CBCSI/CNC, Cassia Ximenes, para debater sobre as medidas de estímulo à economia municipal.

### **Convidados:**

- Cássia Ximenes - Presidente da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais - CMI/SECOVI-MG e Coordenadora de Inovação da CBCSI/CNC

**Não realizado devido à ausência da convidada.**

### **VII. Requerimento de Comissão nº 315/2020**

**Reunião:** 4ª Reunião (09/06/2020)

**Finalidade:** Ouvir o Subsecretário de Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais, Dario Ramalho, sobre declaração em que o Governo do Estado admite subnotificação de casos no estado, e estima que há 1 confirmação de coronavírus para cada 10 casos.

### **Convidados:**

- Dario Brock Ramalho - Subsecretário de Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais

**Não realizado devido à ausência do convidado.**



## VIII. **Requerimento de Comissão nº 355/2020**

**Reunião:** 5ª Reunião (16/06/2020)

**Finalidade:** Debater a reabertura das academias, centros de ginástica, quadras esportivas, escolas de artes marciais e similares, aplicadas, com o rigor necessário, todas as medidas de segurança a fim de prevenir a transmissão do Coronavírus SARS-CoV-2.

### **Convidados:**

- Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- Claudio Augusto Boschi - Presidente do Conselho Regional de Educação Física - MG - 6ª Região
- Cláudio Chaves Beato Filho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Kildare Travaglia de Castro - Centro Esportivo Raça Taekwondo
- Marcus Hofman Jardim - Presidente do Grupo de Academias Responsáveis e Éticas - GARE
- Gustavo Fleming - Representante do Sindicato dos Estabelecimentos de Natação, Ginástica, Recreação e Cultura Física de Minas Gerais - SENAGIC
- Edilson Dias de Paula - Representante da Academia TKD OLÍMPIOS
- Fátimo Alves Lima - Representante da Academia CTFatimo
- Antônio Teixeira de Carvalho - Representante da Academia Criarte
- Filipe Afonso Calicchio Souza - Representante da Calicchio Taekwondo Team - CTT
- Anderson Domingos Giacomelli - Representante da Academia Acquapeu
- Tarcísio Ferreira do Nascimento - Representante da Escola de Capoeira



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FICAG e do Projeto Social Criança na Ginga da Capoeira

- Gutemberg Ribeiro Pacheco - Representante da A+ Academia
- Marcos Ricardo Botelho - Academia Abracadágua
- Diomar Renato de Oliveira Brandão
- Amaylton Salles de Carvalho
- Marcelo César Finelli de Souza

### **Principais informações:**

**- Consolidação das informações fornecidas por representantes do segmento de academias, centros de ginástica, quadras esportivas, escolas de artes marciais e similares:**

- O setor tem enfrentado dificuldades econômicas e o fechamento de estabelecimentos.
- Há prejuízo à sociedade, em virtude da interrupção da prática de atividades físicas.
- O segmento solicitou ao poder público: a definição, em contexto epidemiológico favorável, da data para reabertura de academias e congêneres; o estabelecimento de espaço de diálogo; além da definição de protocolo sanitário de funcionamento.
- O setor poderá atender aos requisitos sanitários, uma vez que já dispõe de profissionais capacitados.
- Os representantes apresentaram à Comissão propostas de protocolos sanitários de funcionamento para o setor de academias e congêneres.
- Foi relatada falta de apoio do CREF-MG, ao que a autarquia esclareceu que possui competência para fiscalizar e orientar o exercício do profissional de Educação Física. Informou, ainda, que, desde abril de 2020, está suspensa a anuidade cobrada de pessoas jurídicas e das pessoas físicas que estão em dia com suas obrigações, como também



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estão suspensos os processos éticos e quaisquer atividades administrativas que possam gerar custo ao CREF-MG. Demais medidas ainda serão discutidas.

### **- Consolidação das informações fornecidas por representante do Poder Executivo, Sr. Cláudio Chaves Beato Filho, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico:**

- A PBH mantém espaço de diálogo com setores do comércio afetados pelo contexto de enfrentamento à covid-19. Foram recebidos protocolos com sugestões para a reabertura segura das atividades comerciais.
- Reconhece-se a importância das academias e congêneres para a economia do Município, mas há preocupação com a probabilidade de a reabertura desse segmento levar à elevação do número de casos de infecção pela covid-19.
- A comissão propôs a realização de audiência pública para: 1) debater e obter informações acerca do projeto-piloto Monitoramento COVID Esgotos, que tem o objetivo de monitorar a presença do SARS-CoV-2 nos efluentes dos Municípios de Belo Horizonte e Contagem (audiência marcada para o dia 14/07) ; 2) para debater sobre os protocolos de reabertura e flexibilização das atividades econômicas voltada para eventos, feiras e turismo (audiência marcada para o dia 25/06); 3) para debater sobre os protocolos de reabertura e flexibilização das atividades econômicas relacionadas aos bares e restaurantes; 4) Debater sobre os protocolos de reabertura e flexibilização as atividades econômicas voltada para as galerias de comércio, como a galeria Ouvidor e estruturas similares, e shoppings centers (audiência marcada para o dia 26/06)

### **IX. Requerimento de Comissão nº 407/2020**

**Reunião:** 6ª Reunião (23/06/2020)

**Finalidade:** Propor a realização de audiência pública no dia 07/07/2020





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para debater assuntos pertinentes ao fechamento das escolas infantis em Belo Horizonte, durante o período de pandemia da Covid-19, bem como sobre a permanência dessa situação.

### **Principais informações:**

- A comissão aprovou a indicação direcionada ao prefeito Alexandre Kalil, ou ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cláudio Chaves Beato Filho e ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, com o objetivo de sugerir a aplicação do protocolo para retorno das atividades físicas nas escolas de esportes, especificamente nas modalidades de futsal ou futebol, de corrida ou caminhada de rua e de artes marciais.
- A comissão aprovou também a indicação direcionada ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Claudio Chaves Beato Filho e ao prefeito Alexandre Kalil, com o objetivo de sugerir a aplicação do protocolo apresentado pela Associação Brasileira das Academias - ACAD na Audiência Pública realizada, no dia 16 de junho de 2020, na Câmara Municipal, que discutiu a reabertura das academias com utilização rigorosa de procedimentos de segurança com o objetivo de reduzir o risco de contaminação do COVID - 19 dentro das unidades.
- A comissão agendou para o dia 26/06/2020 audiência pública com a finalidade de debater a reabertura e a situação do setor do vestuário e de aluguel de objetos do vestuário juntamente com o tema da audiência pública aprovada pelo Requerimento 397/2020, tendo em vista: I - a proibição vigente do retorno das atividades do segmento do aluguel de objetos do vestuário; II - grande parte destes lojistas estarem situados em prédios comerciais com estrutura e funcionamento similares aos das galerias de comércio.
- A vereadora Bella Gonçalves solicitou que fossem convidados os médicos Rômulo Moraes, Carlos Starling e Unai Tupinanbá, sendo os dois últimos integrantes do Comitê para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 em Belo



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte, para participar de forma remota de reunião desta Comissão a ser realizada no dia 14/07/2020 as 10:00 horas, a fim de dar continuidade aos debates sobre o enfrentamento a Covid-19.

### **X. Requerimento de Comissão nº 396/2020**

**Reunião:** 7ª Reunião (24/06/2020)

**Finalidade:** Debater sobre os protocolos de reabertura e flexibilização das atividades econômicas relacionadas aos bares e restaurantes.

#### **Convidados:**

- Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Magdalena Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado de Minas Gerais
- Marcelo de Souza e Silva - Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL-BH
- Paulo Solmucci Júnior - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL
- Cláudio Chaves Beato Filho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Estêvão Urbano - Infectologista
- Dr. José Carlos Serufo - Diretor-Técnico do Hospital de Campanha de Belo Horizonte

#### **Principais informações:**

**- Consolidação das informações fornecidas por representantes do segmento de bares e restaurantes:**

- Houve relatos de dificuldades para a manutenção econômica, além do



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fechamento de estabelecimentos.

- As decisões adotadas pelo Poder Executivo municipal, no contexto de enfrentamento à covid-19, foram consideradas acertadas, mas é preciso encontrar uma alternativa para o funcionamento de bares e restaurantes.
- Busca-se o estabelecimento de diálogo, junto ao Poder Executivo municipal, com o objetivo de adotar soluções em conjunto.
- O segmento apresentou proposta de protocolo sanitário de funcionamento.
- Houve reconhecimento da imprevisibilidade da reabertura das atividades comerciais, em função do contexto epidemiológico da covid-19. No entanto, essa imprevisibilidade não deveria impedir a preparação do setor para a reabertura segura dos estabelecimentos.

**- Consolidação das informações fornecidas por representantes do Poder Executivo municipal:**

- O Subsecretário de Modernização da Gestão, Sr. Jean Mattos Duarte considerou o impacto do fechamento desses estabelecimentos comerciais, mas expôs que a retomada das atividades deve ocorrer com base em critérios científicos. O Poder Executivo tem discutido a definição de protocolos sanitários de funcionamento, mas não há previsão para a reabertura.
- A Diretora de Vigilância Sanitária, Sra. Zilmara Aparecida Ribeiro, informou que os protocolos sanitários de funcionamento, sugeridos pelo segmento, serão encaminhados ao setor responsável. Além das demais incumbências, a vigilância sanitária municipal tem atuado na fiscalização dos estabelecimentos comerciais que possuem autorização para funcionamento.

### **XI. Requerimento de Comissão nº 394/2020**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Reunião:** 8ª Reunião (25/06/2020)

**Finalidade:** Debater sobre os protocolos de reabertura e flexibilização das atividades econômicas voltada para eventos, feiras e turismo.

**Convidados:**

- Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Alexandre Brandão - Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens de Minas Gerais - ABAV/MG
- Marcelo de Souza e Silva - Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL/BH
- Cláudio Chaves Beato Filho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Jair de Aguiar Neto - Presidente do Belo Horizonte Convention e Visitors Bureau
- Guilherme Sanson - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais - ABIH/MG
- Ricardo Rodrigues - Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel - MG
- Samuel Lloyd - Diretor do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão)
- Aluizer Malab - Gestor Cultural
- José Fernando de Almeida Júnior - Representante do Grupo Meet
- Aluísio Mourão Mendes - Movimenta-se
- Júlio Souza Júnior - Presidente do AMEE
- Karla Delfim - Abrafesta



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Márcia Ribeiro - Centro de Eventos Expominas BH

- Leo Ziller - Agência Secreto, Bela Vista e Tikal

### **Principais informações:**

#### **- Consolidação das informações fornecidas por representantes do segmento de eventos, feiras e turismo:**

- O atual contexto impactou totalmente o faturamento do setor. O segmento do Turismo corresponde a aproximadamente 8% do Produto Interno Bruto - PIB - do Brasil e, com a longa suspensão do funcionamento, haverá impacto considerável na economia do País e do Município. Espera-se bom senso e espaço de diálogo junto ao Poder Executivo municipal.
- Há falta de planejamento do poder público para o retorno da atividade turística. Aproximadamente 75% das empresas do setor perderam a receita, situação que implicou a dispensa de colaboradores.
- Solicitou-se ao Poder Executivo municipal a adoção de protocolo sanitário destinado ao setor de Turismo, considerando a importância de as decisões políticas observarem os conhecimentos técnico e científico.
- O segmento relatou falta de isonomia no tratamento dado pela PBH, que permite a flexibilização a alguns setores da economia, em detrimento de outros, que possuem características semelhantes.
- À época, foi relatado que cerca de 70% dos estabelecimentos de hotelaria se encontravam fechados, enquanto o percentual que ainda funcionava atuava com taxa de ocupação próxima de 15%. Com a baixa taxa de ocupação, torna-se inviável a manutenção do negócio. Nesse contexto, aproximadamente 80% dos empregados do setor hoteleiro e do turismo foram demitidos.
- Reivindicou-se a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU -, no exercício 2020, aos empresários do setor



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

hoteleiro. Caso não seja possível conceder esse benefício fiscal, alternativa viável seria não efetuar a cobrança do valor do IPTU correspondente aos meses em que os hotéis permanecerem fechados, em decorrência da covid-19. Também se solicitou a isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - no período de paralisação das atividades.

- Os representantes do setor de hotéis informaram o encaminhamento de ofício à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - e à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - solicitando a suspensão do pagamento das faturas, no contexto de enfrentamento da pandemia de covid-19.
- Não se reivindicou a permissão de realização de grandes eventos, mas que o setor possa ter conhecimento de como será a reabertura desses setores, quando autorizada.
- Houve relatos de eventos clandestinos, realizados na contramão das medidas de enfrentamento à covid-19.
- O segmento recomendou ao Poder Executivo Municipal que a publicidade, exibida nas redes de televisão, seja de cunho informativo sobre a covid-19.
- Solicitou-se a permissão de realização de eventos com redução de público, tal como acontece nos templos religiosos.

### **- Consolidação das informações fornecidas por representantes do Poder Executivo:**

- O Subsecretário de Modernização da Gestão, Sr. Jean Mattos Duarte, informou que a PBH suspendeu temporariamente o diálogo com alguns setores da economia, apesar do reconhecimento da importância dos setores de turismo, eventos e hotelaria para a economia de Belo Horizonte. No momento oportuno, esses setores retornarão à atividade, seguindo o cronograma de reabertura gradual da PBH. Há estudos, na





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria do Município, para avaliar a possibilidade de concessão de benefícios tributários. A PBH avalia a liberação de editais para a área da Cultura. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico examinará as sugestões de protocolos de funcionamento encaminhados. Houve receptividade à participação de representantes dos setores econômicos na elaboração dos protocolos de funcionamento.

- A Diretora de Vigilância Sanitária, Sra. Zilmara Ribeiro, apresentou dados relacionados ao enfrentamento da covid-19 e informou que, no gerenciamento da doença, os gestores públicos podem, conforme o momento de disseminação do vírus, proceder à liberação das atividades comerciais e, imediatamente, retroceder. Representantes da vigilância sanitária municipal já se reuniram com representantes do setor de eventos. Na reunião, foi recebida proposta de protocolo sanitário. O Poder Executivo municipal recebeu outras sugestões de protocolos e, no momento adequado, procederá à reabertura gradual das atividades comerciais.

### XII. **Requerimentos de Comissão nº 374/2020 e nº 397/2020**

**Reunião:** 9ª Reunião (26/06/2020)

**Finalidade:** Debater sobre os protocolos de reabertura e flexibilização das atividades econômicas voltada para as galerias de comércio, como a galeria Ouvidor e estruturas similares, e shoppings centers, além da reabertura e a situação do setor do vestuário e de aluguel de objetos do vestuário.

**Convidados:**

- Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Cláudio Chaves Beato Filho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Maria Fernandes Caldas - Secretária Municipal de Política Urbana
- Iara Ribas - Representante dos lojistas do setor de locação de trajes de festas do Condomínio do Edifício Mariana - Alto Stylus Noivas
- Gabriela Zeymer - Representante dos lojistas do setor de locação de trajes de festas do Condomínio do Edifício Mariana - Bouquet Rosé Noivas
- Isabela Lino - Representante dos lojistas do setor de locação de trajes de festas do Condomínio do Edifício Mariana - Marly Lino Noivas

### **Principais informações:**

**-Não foi verificada a presença de representantes do Poder Executivo municipal.**

**- Consolidação das informações fornecidas por representantes do segmento de galerias de comércio, galeria Ouvidor e estruturas**

**similares, shoppings centers, e setor do vestuário e de aluguel de objetos do vestuário:**

- Houve queda no faturamento dos lojistas do edifício Vila Rica, em razão da suspensão das atividades. A maior parte dos estabelecimentos do edifício trabalha com aluguel de roupas para festas e casamentos, eventos muito prejudicados pela pandemia de covid-19. Solicitou-se estudo, por parte do Poder Executivo municipal, que defina a reabertura do local.
- Representante do Shopping Oiapoque informou acerca do funcionamento do estabelecimento, na ocasião da reabertura, e destacou o aspecto social desse empreendimento.
- Apesar de o edifício Mariana ser um prédio vertical, o espaço é arejado e tem condições de funcionar com segurança. Solicitou-se a abertura de diálogo com o poder público. As medidas sanitárias, determinadas pelo Poder Executivo municipal, foram consideradas adequadas, mas se observaram excessos, na restrição de algumas atividades econômicas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Representante da Frente da Moda Mineira defendeu a abertura do diálogo com o poder público, uma vez que o Município é considerado a capital da moda, com alto número de postos de trabalho.

### XIII. Requerimento de Comissão nº 373/2020

**Reunião:** 10ª Reunião (30/06/2020)

**Finalidade:** ouvir o Sr. Marcelo Soares, jornalista, professor e fundador da Lagom Data, para esclarecer sobre o gráfico divulgado pela Lagom Data com fonte de dados pelo Ministério da Saúde.

**Convidados:**

- Sr. Marcelo Soares, jornalista, professor e fundador da Lagom Data. (Foi representado pelo Sr. Igor Passarini e Sr. Cristiano Martins).

**Principais informações:**

- A plataforma Lagom Data tem como um de seus objetivos a divulgação de informações acerca do cenário epidemiológico da covid-19, no Brasil. O projeto visa a fornecer dados atualizados, consolidados e organizados acerca da covid-19.
- Ações coordenadas entre os Municípios são essenciais para o enfrentamento à covid-19. Por esse motivo, o site disponibiliza análise dos dados por regiões e microrregiões.
- Além da utilização de medidas sanitárias, faz-se necessária a ampliação da testagem da população.
- Dados de óbitos, decorrentes de SRAG não especificada, também são monitorados, uma vez que podem indicar subnotificação de casos de covid-19. Nesse sentido, a Fiocruz divulgou nota técnica, na qual relata que o aumento dos casos de óbitos, decorrentes de SRAG não especificada, pode ser atribuído à covid-19.
- A comissão aprovou a indicação destinada ao Prefeito Alexandre Kalil com o objetivo de sugerir a classificação do serviço de embalagens em geral como



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

serviço essencial, conforme dispõe o Decreto nº 17.377 de 26 de junho de 2020, que se refere ao Anexo I do Decreto nº 17.361.

### XIV. Requerimento de Comissão nº 379/2020

**Reunião:** 10ª Reunião (30/06/2020)

**Finalidade:** convidar representante do Sinpro/MG - Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Valéria Morato, que representa os descentes da rede privada de educação, para participar de forma remota de reunião desta Comissão.

**Convidados:**

- Sra. Valéria Morato, representante do Sinpro/MG - Sindicato dos Professores de Minas Gerais

**Não realizado devido à ausência da convidada.**

### XV. Requerimento de Comissão nº 382/2020

**Reunião:** 10ª Reunião (30/06/2020)

**Finalidade:** convidar o médico infectologista, Rômulo Paes, a fim de dar continuidade aos debates sobre o enfrentamento à covid-19, nos termos propostos em plano de trabalho aprovado por esta Comissão.

**Convidados:**

- Rômulo Paes, médico infectologista

**Não realizado devido à ausência do convidado.**

### XVI. Requerimento de Comissão nº 413/2020

**Reunião:** 11ª Reunião (07/07/2020)

**Finalidade:** Discutir assuntos pertinentes ao fechamento das escolas infantis em Belo Horizonte, durante o período de pandemia da Covid-19,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

bem como sobre a permanência dessa situação.

### **Convidados:**

- Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben - Secretária Municipal de Educação
- Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- Valéria Peres Morato Gonçalves - Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro - MG
- Zuleica Reis Ávila - Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais - Sinep/MG
- Ana Paula de Rezende Bartolomeo - Diretora da Trilha da Criança
- Letícia Fonseca Fernandes - Diretora do Centro Lúdico de Interação e Cultura - Clic
- Allan Oliveira Mendes - Diretor da Escola Ipê Amarelo
- Fernanda Sobreira - Assessoria de Relações Institucionais
- Ricardo Cabral Santiago - CEO da Rede de Cuidados e Saúde

### **Principais informações:**

#### **- Consolidação das informações fornecidas por representantes do segmento de escolas infantis:**

- No atual contexto, as escolas infantis encontram dificuldades para cumprir a carga horária obrigatória, pois não é possível repassar todas as atividades por meio virtual.
- Cerca de 20% dos contratos com estabelecimentos escolares foram cancelados. Já a taxa de inadimplência está em aproximadamente 40%.
- O distanciamento entre a escola e o aluno tem dificultado o relacionamento entre o corpo docente, o corpo discente e os pais.
- Cerca de 10 mil profissionais estão envolvidos no funcionamento da rede



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

privada do ensino infantil, no Município. A Medida Provisória nº 936/2020 não tem sido suficiente para a manutenção econômica desses colaboradores.

- 
- Há falta de diálogo do poder público com o setor. Em 05 de março de 2020, o Poder Executivo municipal comunicou a representantes das escolas infantis que, a partir de 18 de março de 2020, estariam suspensas as aulas. Desde essa data o poder público não forneceu mais informações.
- Há preocupação com a possibilidade de não haver vagas suficientes, na rede pública, em decorrência do fechamento de escolas infantis particulares.
- O segmento solicitou a apresentação de projeto de lei com a finalidade de isentar esses estabelecimentos de impostos ou de criar um programa de *vouchers*, no qual a família receberia uma determinada quantia para arcar com as despesas escolares.
- Solicitou-se atenção do poder público à educação infantil, cujo atendimento incide em crianças de 0 a 6 anos e deveria ser considerado como serviço essencial. A suspensão das atividades priva as crianças de assimilarem o aprendizado específico dessa faixa etária. Essa situação pode acarretar prejuízos físico, psicológico, psíquico e social.
- Solicita-se espaço de diálogo, junto ao Poder Executivo municipal, para discussão e planejamento acerca do retorno presencial das aulas.

**- Consolidação das informações fornecidas por representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Promotora de Justiça, Sra. Carla Maria Alessi Lafetá de Carvalho:**

- Em 2003, o Município se esforçou para ampliar a oferta de vagas na educação infantil, a ponto de, nos anos seguintes, haver o desejo de pais das classes média e alta matricularem suas filhas e seus filhos nessas escolas. Em 2017, houve uma demanda elevada por vagas, em





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

torno de 38 mil alunos. Na ocasião, a Secretaria Municipal de Educação - SMED - criou o número de vagas demandado. Em decorrência da pandemia de covid-19, as famílias têm buscado matricular seus filhos e filhas nas escolas da rede pública, pelo término do contrato escolar na rede particular. Essa realidade já foi posta por alguns pais nos Conselhos Tutelares. Ainda, há preocupação com o arranjo que está sendo formado em algumas casas, com crianças sendo cuidadas por “mães crecheiras”, que não conseguem suprir as necessidades dessa faixa etária, como fazem as escolas. Há necessidade de incluir a educação infantil nas discussões sobre a pandemia, já que a ausência das crianças, nas salas de aulas, repercute negativamente na sua saúde física e psicológica. Solicita-se que as autoridades municipais permitam a participação das educadoras e dos educadores infantis na elaboração de procedimentos de retorno das aulas.

**- Consolidação das informações fornecidas por representante do Poder Executivo municipal, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. André Reis:**

- O Poder Executivo municipal se reuniu em três ocasiões com representantes do segmento de escolas infantis da rede privada. A SMED tem discutido a criação de um protocolo sanitário para o retorno das aulas. O Poder Executivo municipal se mantém informado dos procedimentos que podem ser adotados nas atividades escolares, por meio do acompanhamento de medidas adotadas em países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE. No entanto, o contexto epidemiológico da covid-19, no Município, inviabiliza a reabertura das atividades escolares.

### **XV - Requerimento de Comissão nº 454/2020**

**Reunião:** 12ª Reunião (09/07/2020)

**Finalidade:** Discutir assuntos pertinentes aos protocolos clínicos adotados



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

no tratamento da COVID-19 em Belo Horizonte.

### **Convidados:**

- Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- Samuel Flam - Presidente dos Hospitais / Rede Unimed-BH
- Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos - Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais
- Guilherme Gonçalves Riccio - Diretor de Assistência à Saúde da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte
- Roberto Sebastian Zeballos - Médico Imunologista
- Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito do Município de Porto Feliz - SP
- Vânia Cristina Ribeiro Brilhante - Diretora da Unimed Belém
- Alexandre Barbosa Andrade
- Rodrigo Farnetano - Médico Infectologista
- Nise Hitomi Yamaguchi - Médica Oncologista e Imunologista
- Carlos Ernesto Ferreira Starling - Médico Infectologista
- Ricardo Raydan
- Cláudio Dornas - Médico Intensivista
- Paolo Marinho de Andrade Zanotto - Médico Virologista

### **Principais informações:**

**- Consolidação das informações fornecidas pelo Diretor de Assistência à Saúde da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Sr. Guilherme Riccio:**

- O hospital presta atendimento à saúde, em convênio com o SUS.
- A Instituição não recomenda aos médicos, por meio de protocolo de tratamento, o uso de qualquer fármaco, por compreender que essa



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

decisão cabe ao profissional, conforme caso clínico.

- A Instituição expediu Portaria, na qual informa a existência da hidroxicloroquina na farmácia do hospital. Os profissionais foram orientados a solicitarem a autorização do paciente, quando usado esse fármaco.
- A época, os pacientes internados na Santa Casa de Belo Horizonte, em decorrência da infecção pela covid-19, eram separados conforme a gravidade da infecção: 1) relativo grau de comprometimento pulmonar, com uso do cateter e de máscara nasal; 2) necessidade de maior atenção e utilização de cateter com alto fluxo de oxigênio umedecido e aquecido, visando melhorar as condições respiratórias do paciente; 3) estado grave, com inflamação nos pulmões, com necessidade de usar a UTI para melhora da condição de vida.
- Compete ao profissional médico escolher o tratamento, mas existe, no hospital, o consenso de administrar 6mg de dexametasona e anticoagulantes nos pacientes internados em decorrência da infecção pela covid-19.

**- Consolidação das informações fornecidas pelo Sr. Alexandre Barbosa Andrade, médico:**

- Acredita-se que a covid-19 tenha chegado ao Município antes do período do Carnaval.
- A adoção de procedimentos preventivos e de enfrentamento precoce da covid-19 tem se mostrado adequada.
- O poder público do Estado do Pará optou por disponibilizar azitromicina e hidroxicloroquina à população, medida que foi seguida por redução abrupta nos casos de internação e óbitos em decorrência da covid-19. A situação ocorrida no Pará foi acompanhada por pesquisadores, que concluíram ter havido expressiva redução nos casos da covid-19, após a adoção do tratamento precoce com azitromicina e hidroxicloroquina.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Em outra estratégia, Municípios do Estado do Pará utilizaram a ivermectina. No entanto, o uso desse fármaco, para o tratamento precoce da covid-19, é controverso no ambiente médico.
- No Hospital Mater Dei, prevalece o entendimento de que o médico possui a liberdade de escolher o tratamento, em consenso com o paciente.
- No âmbito da Medicina, não existe a recomendação para que o médico use fármacos com “nível de evidência elevado”. O protocolo de tratamento da American Heart Association, que é seguido por cardiologistas, possui um “nível de evidência C” para 43% dos pacientes. Os fármacos indicados para o tratamento precoce da covid-19 possuem semelhante nível de evidência.
- Existem documentos que sugerem a adoção do tratamento precoce da covid-19: 1) o Parecer nº 4/20 do Conselho Federal de Medicina - CFM, quando prescreve não ser infração ética o médico utilizar tratamento, disponível no momento, que vise a aliviar o sofrimento do paciente; 2) a Declaração de Helsinque, quando versa sobre os princípios éticos da Medicina e prevê que o médico, com o consentimento do paciente, pode usar métodos que ainda não têm eficácia comprovada, mas oferecem esperança, aliviam o sofrimento e podem salvar a vida.
- Relata que realizou o tratamento precoce, com o uso de hidroxicloroquina e azitromicina, em pacientes sob seu atendimento, e, até o momento, não havia registrado óbitos. A prescrição desse procedimento ocorre após a realização de teste RT-PCR e discussão com o paciente acerca das alternativas de tratamento.
- O uso da azitromicina e da hidroxicloroquina não gera evidência de nível A ou B, a de melhor resultado de tratamento pela Medicina.
- Dos documentos existentes no CFM, extrai-se que, para tratar a covid-19, o médico pode utilizar fármacos com alguma evidência científica.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Posicionou-se favoravelmente ao tratamento precoce da covid-19 com o uso da hidroxicloroquina, desde que o médico tenha conhecimento do eletrocardiograma, preste esclarecimentos ao paciente e solicite o consentimento. O alerta no uso da hidroxicloroquina deve existir quando o paciente está usando outros fármacos e, especialmente, se estiver em tratamento na UTI. Orienta não realizar a prescrição do uso da hidroxicloroquina em pacientes internados na enfermaria, tendo em vista que esse paciente já está com a infecção há mais de 10 dias e, por isso, já possui inflamações sistêmicas, além de estar em uso de outros medicamentos.

**- Consolidação das informações fornecidas pelo Sra. Nise Yamaguchi, médica:**

- Há evidência científica em séries de casos em que se utilizou a hidroxicloroquina e a azitromicina como tratamento precoce da infecção pela covid-19.
- O uso precoce desses fármacos pode ser feito, uma vez que o Ministério da Saúde admite esse tratamento, condicionando-o ao entendimento entre médico e paciente. Com esse objetivo, sugere que as farmácias da rede pública de saúde disponibilizem a hidroxicloroquina e a azitromicina.
- Relatou a necessidade de esclarecimento científico acerca do tratamento precoce da covid-19.
- Acerca das razões de os EUA proibirem o uso da hidroxicloroquina, no tratamento da covid-19, apesar da autorização inicial, relata que essa proibição surgiu após a publicação de um artigo, na revista científica *The Lancet*, que questionou o uso da hidroxicloroquina. Esse fato foi corrigido posteriormente, com a informação de que teria havido falsificações no experimento. A publicação nessa revista ocorreu simultaneamente a um ambiente social e científico favoráveis à proibição



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do uso do medicamento, que indicava ter constatado certa toxicidade em pacientes tratados no Estado do Amazonas. Essa toxicidade ocorre em pacientes internados e não há a proibição da hidroxicloroquina para os pacientes que estão na fase inicial da doença. Há pedido de revisão da proibição de uso da hidroxicloroquina, para pacientes na fase inicial da doença, à Food and Drug Administration - FDA, órgão responsável por liberar o uso de medicamentos nos EUA.

- Em relação à ivermectina, desaconselhou o poder público a utilizá-la no tratamento precoce da covid-19, pois ainda é incipiente o uso dessa terapia.

**- Consolidação das informações fornecidas pelo Sr. Paolo Zanotto, médico:**

- As dúvidas sobre o tratamento precoce da covid-19 ocorrem em contexto mundial.
- Profissionais médicos têm enfrentado dificuldades, em contexto mundial, para prescreverem o tratamento precoce da covid-19.
- O enfrentamento à covid-19 é uma discussão técnica, para entender quais fármacos poderão ser utilizados.
- Sugeriu à Comissão e aos demais interessados que acessem o sítio eletrônico [www.quimina.com.br](http://www.quimina.com.br), que versa sobre o tratamento precoce da covid-19.
- No período de 2003 a 2006 foram publicados trabalhos científicos abordando os efeitos das aminoquinolinas, das quais fazem parte a hidroxicloroquina e a cloroquina, no momento da duplicação do vírus.
- O mecanismo de funcionamento da hidroxicloroquina, na célula, é bem compreendido na Medicina.
- Em relação à azitromicina, trata-se de um antibiótico antigo e muito usado na Medicina, indicado para combater bactérias livres. Além disso,





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

também possui a característica de gerar um estresse mitocondrial no ambiente celular do hospedeiro, que pode dificultar a duplicação do vírus Sars-CoV-2.

- O tratamento precoce da covid-19 já reduziu de 21 dias para 5 dias o tempo médio de internações.

### **- Consolidação das informações fornecidas por representante do Poder Executivo municipal, Sr. André Luiz de Menezes:**

- Incumbe ao médico a decisão sobre a terapia medicamentosa a ser utilizada no paciente
- A Santa Casa de Belo Horizonte é o hospital com maior número de leitos SUS para tratamento de pacientes encaminhados pela PBH. Não há interferência do Poder Executivo municipal em relação ao tratamento desses pacientes
- A PBH adquiriu a hidroxicloroquina, que está disponível na rede de farmácias do Município.
- A PBH elaborou manual de orientação quanto ao protocolo de tratamento da covid-19.
- A PBH segue protocolos com evidências científicas e as recomendações do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Regional de Medicina e da OMS.
- A PBH não exige dos médicos da rede pública a adoção de protocolo para o tratamento precoce.
- A PBH visa a diminuir o número de óbitos em decorrência da covid-19 e a realizar o diagnóstico em todos os casos considerados suspeitos dessa enfermidade.
- Nenhum dos óbitos com suspeita de covid-19 aconteceu por falta de leito de atendimento na rede SUS-BH.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- A PBH disponibilizou a tele consulta e está em processo de ampliação da testagem.
- A ivermectina e a hidroxicloroquina estão disponíveis nas 152 farmácias do Município para acesso do paciente, sendo necessária a apresentação de receita médica.

**- Consolidação das informações fornecidas por representante do Poder Executivo municipal, Coordenador do SAMU-BH, Sr. Alex Peres:**

- A PBH respeita a autonomia do profissional médico e a liberdade do paciente na escolha da terapia a ser adotada para o tratamento da infecção pela covid-19.
- A PBH disponibiliza o teste para o diagnóstico da covid-19, mas esse não é destinado a paciente com sintomas leves. A orientação da SMSA, para casos de pacientes com sintomas leves de síndrome gripal, é que se faça o isolamento, acompanhado por meio de tele consulta e, após 14 dias, retornar ao médico que prestou o atendimento.
- Durante o tele monitoramento do paciente, se houver algum agravamento, esse será encaminhado a um atendimento específico e, então, poderá ser feita a testagem.
- A PBH realiza exames de testagem nos profissionais da rede SUS-BH e deve ampliar esses exames com a inauguração do Laboratório Municipal de Biologia Molecular.
- Há negociações da PBH com laboratórios da UFMG e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com o objetivo de realizar a testagem de pacientes com sintomas leves e assintomáticos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Reunião:** 13ª Reunião (14/07/2020)

**Finalidade:** Debater e obter informações acerca do projeto-piloto Monitoramento COVID Esgotos, que tem o objetivo de monitorar a presença do Sars-CoV-2 nos efluentes dos Municípios de Belo Horizonte e Contagem.

**Convidados:**

- Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva - Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais
- Marília Carvalho de Melo - Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
- Christianne Dias Ferreira - Diretora-Presidente da Agência Nacional de águas - ANA
- Carlos Augusto de Lemos Chernicharo - Coordenador-Geral do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estações Sustentáveis de Tratamento de Esgoto (INCT ETEs Sustentáveis – UFMG)

**Principais informações:**

**- Consolidação das informações fornecidas por representante do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, Sr. Felipe Laguardia:**

- α. O projeto de monitoramento do Sars-CoV-2, na rede de esgoto do Município de Belo Horizonte e de Contagem, foi construído em parceria com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), com a Agência Nacional de Águas (ANA) e com a COPASA.
- β. O projeto visa a monitorar a incidência de focos de Sars-CoV-2 na rede de esgotos, por meio de testagem. Tem por objetivo servir como alternativa de monitoramento da covid-19, a fim de auxiliar as



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

autoridades locais na tomada de decisões.

- i. **Consolidação das informações fornecidas por representante da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr. Mauren Vieira:**

χ. A ANA tem contribuído com recursos financeiros e com auxílio técnico ao IGAM, para a realização da testagem de esgotos quanto à presença do Sars-Cov-2.

### XVII. **Requerimento de Comissão nº 433/2020**

**Reunião:** 13ª Reunião (14/07/2020)

**Finalidade:** convidar os Senhores Rômulo Paes, Carlos Starling e Unai Tupinambás, médicos infectologistas, sendo os dois últimos integrantes do Comitê para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 em Belo Horizonte, para participar remotamente da reunião.

**Convidados:**

- Rômulo Paes, médico
- Carlos Starling, médico integrante do Comitê para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 em Belo Horizonte
- Unai Tupinambás, médico integrante do Comitê para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 em Belo Horizonte

**Principais informações:**

- A comissão aprovou a Apresentação de Indicação destinado ao Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil para sugerir, nos termos do §1º do art. 1º da Portaria 15.004/2014, que ao retornar a reabertura gradual das atividades econômicas do município, os centros de comércio popular instituídos a qualquer tempo por Operações Urbanas visando a inclusão



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

produtiva de camelôs do bairro Barreiro (Shopping Popular Barreiro) e bairro Alípio de Melo (Shopping Xingu) sejam incluídos para o retorno de suas respectivas atividades, conforme dispõe o anexo II do Decreto Municipal nº 17.361 de 2020.

### **- Consolidação das informações fornecidas pelo Sr. Carlos Starling, médico:**

- Modelagens matemáticas demonstraram quais seriam os dados epidemiológicos da pandemia de covid-19, caso não tivessem sido adotadas medidas de prevenção e isolamento social. Nesse escopo, poderiam ser registrados quase 3 mil óbitos no Município de Belo Horizonte.
- Foram apresentados dados epidemiológicos comparativos com outros países. Também foram expostos dados epidemiológicos, sobre a covid-19, nas principais capitais do País e no Estado de Minas Gerais.
- Os dados apresentados são usados de forma a complementar as análises feitas pela SMSA.
- Acerca do planejamento para o enfrentamento à covid-19, o objetivo foi garantir leitos para todos que necessitassem e evitar a ocorrência de óbitos por falta de assistência médica.
- A epidemia teve início nos grandes centros urbanos e nas classes A e B. Em seguida, espalhou-se para o interior e para as classes C D e E, que mais sofrem com a enfermidade e mais demandam os serviços públicos de saúde.
- Caso se alcance de 45% a 50% de isolamento social, há grande chance de controle da epidemia.
- Foram apresentados fatores que podem influenciar o controle da epidemia, em especial os relacionados ao isolamento social.
- Os dados dos Municípios do interior do Estado Minas Gerais estão sendo



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

acompanhados (principalmente os integrantes da RMBH), uma vez que podem afetar o sistema de saúde do Município de Belo Horizonte. Houve registro de indivíduos de outros Estados que vieram receber assistência à saúde em Belo Horizonte.

- A limitação de testagem se deve à falta de insumos e à capacidade da indústria química e biológica do País. A testagem é considerada uma das principais formas de se evitar a progressão da epidemia de covid-19.
- O Poder Executivo municipal não optou pela utilização de um hospital de campanha, mas sim em utilizar e ampliar a capacidade da rede própria instalada.
- O hospital de campanha, a ser instalado pelo governo do Estado terá, entre suas funções, a de concentrar a demanda vinda do interior do Estado.
- Estudos evidenciam que o monitoramento dos esgotos pode indicar a propagação da epidemia e permitir a adoção de medidas em tempo hábil.
- É necessário o fortalecimento dos sistemas de informações e de prevenção epidemiológica.
- A ocorrência da pandemia de covid-19 foi inesperada, considerando 30 doenças, atualmente monitoradas pelo *Disease Control and Prevention* - CDC, em Atlanta. Desse modo, é preciso se preparar para epidemias futuras.

**- Consolidação das informações fornecidas pelo Sr. Rômulo Paes, médico:**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- A globalização contribui para a propagação de vírus, dentre eles, o Sars-CoV-2. A velocidade de locomoção contribui para uma maior amplitude da doença. No entanto, o atual modo de vida também leva a uma maior velocidade de resposta à ameaça, com o desenvolvimento de vacinas em tempo recorde e com a realização de estudos de fármacos.
- Cada Município e cada região têm características diferentes, sendo, portanto, atingidas de formas diferentes pela covid-19.
- O Município de Belo Horizonte tem feito escolhas baseadas no conhecimento científico global. O enfrentamento à covid-19 deve ser caracterizado por uma resposta convergente.
- É necessário utilizar o conhecimento acumulado e produzido mundialmente, e não basear as ações em convicções desprovidas de base científica comprovada.

### **- Consolidação das informações fornecidas pelo Sr. Unaí Tupinambás, médico:**

- Existem diversas vacinas, contra a covid-19, em fase de testes. Uma das candidatas já está sendo aplicada no exército chinês, enquanto outra já está sendo produzida por um consórcio internacional.
- É necessária ampliação de testagem. Com a saída do isolamento, será necessária a utilização de testes para identificar a ocorrência de surtos da covid-19 e conter essa novas propagações.

### **XVIII. Requerimento de Comissão nº 494/2020**

#### **Reunião: 14ª Reunião (21/07/2020)**

**Finalidade:** Discutir como as Câmaras Municipais de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Nova Lima e Ribeirão das Neves podem atuar para promover a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

integração, entre os respectivos Municípios, visando ao enfrentamento da Covid-19.

### **Convidados:**

- Vereadora Nely Aquino - Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Klebinho Rezende - Presidente da Câmara Municipal de Betim
- Daniel Carvalho - Presidente da Câmara Municipal de Contagem
- Fausto Niquini Ferreira - Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima
- Léo de Areias - Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves
- Representantes da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Armbh

### **Principais informações:**

- A comissão aprovou a Apresentação de Indicação destinado ao Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil para sugerir que o Município de Belo Horizonte proceda com adesão aos Protocolos Clínicos de Profilaxia ao COVID19 disponibilizados pelo Ministério da Saúde, que estabelece o uso da cloroquina/hidroxicloroquina + azitromicina + sulfato de zinco como tratamento medicamentoso precoce de pacientes com suspeita/diagnóstico de COVID-19.
  - Aprovou também a Apresentação de Indicação destinado ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto para sugerir a aplicação de protocolo para reabertura das atividades de aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios.
- Não houve a participação de representantes das Câmaras Municipais da RMBH.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**- Consolidação das informações fornecidas pela Diretora Geral da Agência-RMBH, Sra. Mila Batista Leite Corrêa Costa:**

- A participação do Poder Legislativo é fundamental para construir a possibilidade de integração entre os Municípios da RMBH.
- A ausência dos convidados demonstra gargalo enfrentado pela ARMBH.

**XIX. Reunião:** 15ª Reunião (28/07/2020). Não houve realização de audiência pública ou votações.

**XX. Reunião:** 16ª Reunião (04/08/2020). Foi aprovada a realização de audiência pública no dia 11/08/2020 para discutir com a Prefeitura de Belo Horizonte as compras realizadas visando ao enfrentamento da Covid-19.

**XXI. Requerimento de Comissão nº 548/2020**

**Reunião:** 17ª Reunião (11/08/2020)

**Finalidade:** Discutir com a Prefeitura de Belo Horizonte as compras realizadas visando ao enfrentamento da Covid-19.

**Convidados:**

- Jackson Machado Pinto - Secretária Municipal de Saúde
- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Maíra da Cunha Pinto Colares - Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

**Não realizado devido ao não comparecimento dos convidados.**

**Principais informações:**

- Foi aprovada a reunião com convidados para o dia 01/09/2020 com o



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

objetivo de discutir a adoção de medidas permanentes para o acolhimento de pessoas em situação de rua, apresentar proposta de disponibilização de vagas em hotéis/motéis da região central de Belo Horizonte, mediante contrapartida financeira do Executivo municipal, além de debater sobre a viabilidade econômica e a adequação da medida às diretrizes de assistência social.

- Foi aprovada também a audiência pública para o dia 18/08/2020 cujo objetivo será discutir sobre política tributária para as atividades com funcionamento suspenso durante o período da pandemia, mais especificamente considerando as propostas já apresentadas por este vereador através da Indicação de nº 72/2020, já aprovada e encaminhada ao Prefeito.
- Também foi aprovada a realização de audiência publica para o dia 01/09/2020 cujo objetivo será discutir sobre com a PBH as compras realizadas visando ao enfrentamento da Covid-19 e obter esclarecimentos em relação aos contratos e a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte em função da pandemia de Covid-19, disponibilizada no portal do município (link <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/editais-e-contratos/contratos-coronavirus>)

### XXII. **Reunião:** Reunião 18º (18/08/2020)

**Finalidade:** A finalidade era discutir sobre política tributária para as atividades com funcionamento suspenso durante o período da pandemia, mais especificamente considerando as propostas já apresentadas através da Indicação de nº 72/2020, já aprovada e encaminhada ao Prefeito, porém a Audiência foi adiada em virtude da aprovação do Requerimento de Comissão nº 604/20.

### **Convidados**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- João Antônio Fleury Teixeira - Secretário Municipal de Fazenda;
- Nadim Elias Donato Filho - Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belo Horizonte – Sindilojas;
- Cláudio Chaves Beato Filho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Ricardo Rodrigues - Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel-MG;
- Zuleica Reis Ávila - Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais - Sinep/MG;
- Lúcio Emilio de Faria Junior - Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos Vestuário e Armarinhos de Belo Horizonte - Sincateva-BH e;
- Gustavo Borges - Presidente da Associação Brasileira de Academias – ACAD - Frente da Moda Mineira

### **Principais informações:**

- A Comissão aprovou o Cancelamento de audiência pública cuja finalidade era discutir com a PBH as compras realizadas visando ao enfrentamento da Covid-19 e obter esclarecimentos em relação aos contratos e a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte em função da pandemia de Covid-19, conforme planilha anexa, disponibilizada no portal do município <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/editais-e-contratos/contratos-coronavirus>.
- A Comissão também aprovou a realização de uma Audiência Pública para discutir com a Prefeitura de Belo Horizonte as compras realizadas



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

visando ao enfrentamento da Covid-19. A Audiência foi marcada para o dia 01 de setembro de 2020

- Foi aprovado pela Comissão o adiamento da audiência pública cuja finalidade era discutir sobre política tributária para as atividades com funcionamento suspenso durante o período da pandemia, mais especificamente considerando as propostas já apresentadas através da Indicação de nº 72/2020, já aprovada e encaminhada ao Prefeito. A nova data será definida posteriormente

### XXIII. Requerimento de Comissão nº 576/2020

**Reunião:** 19ª Reunião (25/08/2020)

**Finalidade:** Discutir a adoção de medidas permanentes para o acolhimento de pessoas em situação de rua, apresentar proposta de disponibilização de vagas em hotéis/motéis da região central de Belo Horizonte, mediante contrapartida financeira do Executivo municipal, além de debater sobre a viabilidade econômica e a adequação da medida às diretrizes de assistência social.

**Convidados:**

- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Maíra da Cunha Pinto Colares - Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
- Maria Fernandes Caldas - Secretária Municipal de Política Urbana
- Professor André Luiz Freitas Dias - Coordenador Acadêmico e Geral do Programa Pólo de Cidadania da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais - FAFICH/UFMG
- Alex Maciel - Movimento Nacional da População em Situação de Rua





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Júnia Roman Carvalho - Defensora Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais

- Maria Cristina Bove - Representante da Pastoral do Povo de Rua

### **Principais informações:**

#### **- Consolidação das informações fornecidas pelo representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Sr. Rafael Roberto:**

- A violação de direitos das pessoas em situação de rua piorou no contexto da pandemia, no qual a orientação é que se mantenha o isolamento social e os hábitos de higiene. Não há condições para o cumprimento dessas orientações.
- Entidades como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e o Projeto Canto da Rua Emergencial, têm atuado no auxílio à população em situação de rua.
- São necessárias políticas públicas destinadas à população em situação de rua, para além da pandemia.
- Existem imóveis não utilizados, no Município, que poderiam ser alternativas de moradia para a população em situação de rua. Quartos em albergues, hotéis e repúblicas resolvem provisoriamente a questão, sendo necessária a moradia definitiva.
- Muitas pessoas em situação de rua não conseguiram acessar o auxílio emergencial.

#### **- Consolidação das informações fornecidas pela representante da Pastoral do Povo de Rua, Sra. Cristina Bove:**

- Em março, foi convocada reunião com Poder Executivo municipal e com demais entidades para discutir o enfrentamento à covid-19 em relação à população em situação de rua. No entanto, a PBH não apresentou plano de contingenciamento. Na ocasião, a Pastoral do Povo de Rua apresentou iniciativas, como a disponibilização de banheiros públicos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- A sociedade civil se organizou e serviu marmitas para essa população. Também há uma grande rede de voluntários nas ações destinadas a população em situação de rua.
  - A Pastoral recebeu convite do Unibanco para apresentar proposta de frente humanitária para essa população.
  - Foram oferecidos, na Serraria Souza Pinto, serviços básicos à população em situação de rua, como alimentação, saúde, higiene e assistência odontológica.
  - A população em situação de rua não tem acesso a vários serviços oferecidos remotamente pelo governo, pois não tem acesso à internet.
  - Houve visita da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - na Serraria Souza Pinto, pois, após o início do serviço humanitário emergencial, ocorreu a diminuição do número de roubos, no Município.
  - Solicita-se ao poder público municipal, o serviço essencial de habitação e a disponibilização de banheiros públicos para pessoas em situação de rua.
  - No contexto de enfrentamento à covid-19 é preciso retomar a proposta da bolsa moradia.
  - A frente humanitária irá encerrar suas ações, mas os trabalhos serão desenvolvidos de outras formas. O objetivo não é substituir o poder público.
- **Consolidação das informações fornecidas pelo coordenador acadêmico e geral do Programa Pólo de Cidadania da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais**
- **Fafich/UFMG, Sr. André Luiz Freitas Dias:**
- É fundamental a adoção de medidas permanentes para o acolhimento da população em situação de rua.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Foram encaminhadas duas recomendações à PBH quanto a questões a serem consideradas no enfrentamento à covid-19, em relação à população em situação de rua. Uma das recomendações consistia na necessidade de elaboração de plano de contingência emergencial. No entanto, esse plano não foi apresentado pelo Poder Executivo.
  - A Comissão Interamericana de Direitos Humanos - OEA - publicou Resolução sinalizando a importância de plano de atenção específico para grupos de maior vulnerabilidade, no contexto da pandemia de covid-19. Os governos estadual e federal fizeram esse plano, mas a PBH ainda não.
  - É necessário o fornecimento permanente de dados epidemiológicos relacionados à incidência da covid-19, na população em situação de rua, bem como a divulgação das medidas adotadas pelo Poder Público, destinadas a essa população.
  - Desde o início da pandemia, o Comitê Municipal de Acompanhamento e Monitoramento de Política Pública para a População em Situação de Rua não funcionou, mesmo que de forma remota.
  - A PBH anunciou ampliação dos benefícios de moradia. No entanto, são necessárias medidas permanentes para a população em situação de rua, bem como pensar a questão da moradia como política estruturante de proteção integral dessa população.
- Consolidação das informações fornecidas pela representante do Poder Executivo Municipal, Secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), Sra. Máira da Cunha Pinto Colares:**
- A SMASAC expediu Portaria que manteve, como serviços essenciais destinados à população em situação de rua: a abordagem social, o centro especializado em pessoas em situação de rua, o centro de atenção ao migrante e os serviços de acolhimento institucional. A equipe



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da SMASAC foi orientada para organização dos serviços.

- Os serviços de atendimento à população em situação de rua foram estendidos ao período noturno e aos fins de semana e feriados. Foram adotadas medidas como a suspensão das atividades coletivas, a vacinação dos trabalhadores da SMASAC contra a gripe, e a capacitação específica dos profissionais.
- Foram distribuídas máscaras, kits de higiene, copos de água e refeições gratuitas, nos restaurantes populares, para a população em situação de rua.
- O Centro Pop Miguilim reforçou medidas de atendimento para adolescentes em situação de rua.
- Houve ampliação de oferta, no Centro Pop Centro Sul, com 150 atendimentos por dia.
- Houve reordenamento do atendimento de crianças e pessoas com deficiência para outras unidades de serviço de proteção da Subsecretaria de Assistência Social.
- Os pernoites nos abrigos foram transformados em acolhimento integral e as unidades foram equipadas com sinalização nos pavimentos, para distanciamento social, e álcool em gel.
- Os usuários do Albergue Tia Branca foram transferidos para pousadas. As demais unidades de acolhimento reordenaram serviços e atendimentos.
- Foram distribuídas máscaras artesanais para usuários e trabalhadores.
- Houve a disponibilização de nove pontos de água, em pontos estratégicos do Município, para pessoas em situação de rua.
- Foi articulada doação no valor de R\$500 mil para o Projeto Canto da Rua



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Emergencial, com o qual houve diálogo desde o início de seu funcionamento.

- Há acolhimento provisório, no Serviço Social do Comércio - SESC, que garante o cumprimento de isolamento para a população em situação de rua. Casos mais complexos são encaminhados para atendimento específico de saúde.
- Foi feita parceira com a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL - para ampliação da oferta de bolsas moradias.
- Foi exposto boletim epidemiológico, disponível no site da PBH, o qual apresentava informações acerca da população em situação de rua. No boletim, constavam: o número de acolhidos, quantos usuários já passaram pelo serviço, e quantos foram encaminhados à Unidade de Pronto Atendimento - UPA.
- Há demanda de 600 usuários para acesso à bolsa moradia e a perspectiva é zerar a espera pelo programa
- Há sistemática de cadastramento da população em situação de rua. Nove mil pessoas já foram cadastradas no cadastro único, mas os dados utilizados para análise são dos últimos 12 meses, sendo por volta de 4.700 pessoas.
- A PBH está discutindo sobre assumir ou não o Projeto Canto da Rua Emergencial.
- A SMSAC recebeu ofício sobre as questões relacionadas à disponibilização de banheiro público, bolsa moradia e criação de grupo para discussão de moradia permanente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### XXIV. Requerimento de Comissão nº 575/2020

**Reunião:** 20ª Reunião (01/09/2020)

**Finalidade:** Discutir o incentivo das intervenções urbanas caracterizadas como retrofit.

**Convidados:**

- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- João Antônio Fleury Teixeira - Secretário Municipal de Fazenda
- Maria Fernandes Caldas - Secretária Municipal de Política Urbana

**Não realizado devido à ausência dos convidados.**

### XXV. Requerimento de Comissão nº 598/2020

**Reunião:** 20ª Reunião (01/09/2020)

**Finalidade:** Discutir com a PBH as compras realizadas visando ao enfrentamento da Covid-19 e obter esclarecimentos em relação aos contratos e a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte em função da pandemia de Covid-19, conforme planilha disponibilizada no portal do município (link <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/editais-e-contratos/contratos-coronavirus>).

**Convidados:**

- Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Maíra da Cunha Pinto Colares - Secretária Municipal de Assistência Social Segurança Alimentar e Cidadania

**Principais informações:**





**- Consolidação das informações fornecidas por representantes do Poder Executivo municipal:**

**- Subsecretário Municipal de Planejamento e Orçamento, Sr. Bruno Passeli:**

- A divulgação, no portal da transparência da PBH, de dados orçamentários relacionados ao enfrentamento da covid-19, compete à Controladoria-Geral do Município. As ações são lançadas sem atraso, mas pode ocorrer o lançamento em aproximadamente dois dias após a execução.
- O Município deverá registrar uma perda na arrecadação de aproximadamente R\$900 milhões. Em contrapartida, receberá, em razão da Lei Complementar nº 173/20, o aporte de R\$280 milhões, sendo que R\$140 milhões serão destinados à SMSA e à SMASAC, já os R\$140 milhões restantes irão para o caixa da PBH. O Município também receberá da União, em verbas extraordinárias para o enfrentamento à covid-19, R\$305 milhões.
- Na SMASAC, os gestores podem destinar, com maior discricionariedade, os recursos, o que não acontece na SMSA.
- Nas planilhas de despesas da SMSA estão os valores utilizados na SMSA e os repasses feitos aos hospitais conveniados à rede SUS-BH.
- Em relação aos contratos com termos aditivos, a regra é que constem no sítio eletrônico da PBH, podendo haver um lapso temporal entre o término da execução e seu lançamento no portal da transparência.
- O endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-e-contratos/contratoscoronavirus> elenca todos os contratos administrativos firmados nesse período da pandemia, com o nível de detalhamento que permite ao interessado fiscalizar as ações do Poder Executivo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **- Assessor-chefe de Planejamento e Ações Intersectoriais da SMS, Sr. Guilherme Augusto Orair:**

- \* Recursos financeiros, provenientes da União, que são destinados diretamente ao SUS, não aparecem na planilha da SMSA.
- \* Apresentou as despesas empenhadas e liquidadas pela PBH, destinadas ao enfrentamento da covid-19. Nesse período, a despesa aumentou para suprir demandas como: contratação de profissionais para a rede SUS municipal, ampliação de jornadas e compra de EPIs.
- \* Os repasses financeiros aos hospitais continuam sendo feitos, pois a PBH não sabe como se comportará a epidemia de covid-19. A redução das cirurgias eletivas e de traumas favoreceu a destinação de profissionais e de leitos de UTIs e de enfermarias aos pacientes em tratamento contra a covid-19.

### **- Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Sra. Maíra da Cunha Pinto Colares:**

- \* Pode ocorrer atraso na publicação dos contratos, uma vez que a PBH precisa realizar conferência da execução desses.
- Os contratos administrativos trazem aditivos, motivados pela urgência de algumas medidas.
- A prática é disponibilizar, no sítio eletrônico da PBH, os contratos administrativos que já esgotaram a fase de execução.
- A Segurança Alimentar, desde 1988, ampliou suas atribuições no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. A Segurança Alimentar se dedica a prover o alimento àquele que passa fome, especialmente quando surgem situações de vulnerabilidade impostas pelo isolamento social.
- A PBH manteve a oferta de alimento nos restaurantes populares e nos abrigos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- A PBH acompanha o retorno gradual da economia, avaliando a recuperação de renda das pessoas mais pobres, para manutenção da distribuição de cestas básicas.
  - Os trabalhadores informais têm mais dificuldade para a recuperação de renda. A PBH planeja prover alimento a esse grupo vulnerável até o final do ano de 2020.
  - Unidades do CRAS foram reformadas, visando adequar o atendimento, no contexto de enfrentamento à covid-19.
  - A PBH ainda não trabalha com a expectativa dos atendimentos coletivos, mas avalia o retorno dos atendimentos presenciais nos centros de referência para idosos e jovens.
  - A SMASAC cogitou entregar um cartão-refeição ou mesmo realizar um depósito na conta da população classificada como vulnerável. No entanto, essas duas opções foram descartadas, pois esse procedimento iria demorar mais de um mês e o alimento precisava ser repassado o mais rápido possível. A opção da entrega da cesta básica revelou ser a mais indicada, pois a PBH, ao comprar grandes quantidades de alimentos, conseguiria reduzir expressivamente o valor de cada cesta básica.
- Consolidação das informações fornecidas pela Presidenta e consultora do Grupo de Inovação em Saúde da PBH, Sra. Jomara Alves da Silva:**
- Podem existir contratos, sem termos aditivos publicitados, sendo executados, como ocorre com despesas destinadas aos hospitais conveniados à rede-SUS. Esses hospitais possuem um contrato inicial para prestação do serviço e recebem recursos mensais em quantias programadas. No final de um determinado período, a PBH pode recompor esses valores, por meio de um aditivo, se algum desses estabelecimentos tiver gasto maior do que o recebido regularmente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Não há como explicitar determinadas informações acerca de contratos que estão ainda em execução, uma vez que não é possível dimensionar o que será gasto no termo aditivo que será anexado ao contrato original.
- A pandemia exige constantes ajustes por parte dos gestores, conforme avançam ou recuam os dados epidemiológicos.

### **XXVI – Requerimento de comissão nº 637/2020**

**Reunião:** Reunião 21ª (08/09/2020)

**Finalidade:** Reunir com o Secretário de Orçamento, Planejamento e Gestão, André Reis e a Secretária de Regulação Urbana, Maria Caldas, para discutir os protocolos de funcionamento de restaurantes, em razão das mudanças das regras de funcionamento, com a retomada das atividades econômicas, que foram suspensas em razão da pandemia (data não definida).

### **XXVII – Requerimento de Comissão – nº 662/2020**

**Reunião:** 22ª Reunião (15/09/2020)

**Finalidade:** Solicitação de audiência pública para tratar dos problemas relativos ao cadastro e fluxo escolar dos estudantes da Rede Municipal, ocasionados em decorrência da pandemia do CORONAVÍRUS

### **XXVII - Requerimento de Comissão nº 637/2020**

**Reunião:** 23ª Reunião (22/09/2020)

**Finalidade:** Reunir com o Secretário de Orçamento, Planejamento e Gestão, André Reis e a Secretária de Regulação Urbana, Maria Caldas, para discutir os protocolos de funcionamento de restaurantes, em razão das mudanças das regras de funcionamento, com a retomada das



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atividades econômicas, que foram suspensas em razão da pandemia

Audiência pública

### **Convidados:**

- André Abreu Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

- Maria Fernandes Caldas - Secretária Municipal de Política Urbana

### **Principais informações:**

- **Ausência de representantes do Poder Executivo Municipal.**

- **Consolidação das informações fornecidas por representantes do segmento de restaurantes:**

- Os restaurantes de comida a quilo integram um dos setores comerciais mais afetados pelo contexto de isolamento social. Cerca de 70% dos restaurantes em Belo Horizonte atuam no segmento de comida a quilo.
- O arcabouço legal municipal inviabiliza o funcionamento dos médios e grandes restaurantes, pois esses estabelecimentos terão de contratar mais empregados para servir refeições aos clientes. Atualmente, impede-se o consumidor de servir a própria refeição, ainda que o restaurante disponibilize álcool em gel, máscara e luvas.
- A disponibilização de funcionários para servir os clientes é inviável aos proprietários, sob o ponto de vista funcional e econômico. Desse modo, solicita-se a liberação do autoatendimento nos restaurantes de comida a quilo.

### **XXVIII - Requerimento de Comissão nº 662/2020**

**Reunião:** 23ª Reunião (22/09/2020)

**Finalidade:** Tratar dos problemas relativos ao cadastro e fluxo escolar dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estudantes da Rede Municipal, ocasionados em decorrência da pandemia do CORONAVÍRUS.

### **Convidados:**

- Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben - Secretária Municipal de Educação
- Bernadete Quirino Duarte Blaess - Presidente do Conselho Municipal de Educação
- Diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede/BH
- Valéria Peres Morato Gonçalves - Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro - MG
- Denise de Paula Romano - Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE/MG
- Promotora de Justiça Daniela Yokoyama - Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais
- Marcos Evangelista Alves - Representante do Fórum Municipal Permanente de Educação
- Fórum Estadual Permanente de Educação – MG

### **Principais informações:**

- **Ausência de representantes do Poder Executivo Municipal.**
- **Consolidação das informações fornecidas por representantes da Rede de Educação municipal:**
  - A dificuldade de realização de matrículas existe desde o final do ano de 2019, quando o Estado de Minas Gerais unificou o cadastro escolar. Nesse contexto, as escolas foram impedidas de receber a matrícula, sob pena de punição, gerando a insatisfação de alunos que foram





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

matriculados longe de suas residências. O Conselho Municipal de Educação (CME) enviou ofício à PBH e ao Estado de Minas Gerais, acerca dessa situação, mas ainda não houve solução. Caso não ocorra revisão da decisão, o CME exporá essa questão ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

- A realização de matrícula *online* apresenta, como consequência, evasão escolar, e impede que pais e/ou responsáveis se dirijam presencialmente à escola, para resolver questões específicas do estudante. Defende-se o retorno do funcionamento das escolas para receber essas demandas.
- É inviável o acesso somente pela internet, uma vez que não há universalidade no acesso.
- O entendimento do CME é que o estudante tem o direito de concluir o 9º ano, no decorrer de 2021, e que lhe seja assegurado o direito de matricular-se em 2020, sem exigir a conclusão dessa série.
- Há insatisfação de pais de alunos com o cadastro único, criado pela PBH, que dificulta a escolha de escola próxima ao local em que o aluno reside.
- Tem ocorrido transferência de crianças de 0 a 2 anos da rede pública para escolas conveniadas, levando à ociosidade de Unidades de Educação Infantil - Umeis, ao mesmo tempo em que essa situação gera filas de espera nos berçários, em razão dos novos critérios para a realização de matrícula.
- A incerteza e as dificuldades econômicas das famílias, com o atual contexto pandêmico, tem provocado a retirada de alunos da rede privada, o que deve causar forte impacto, em 2021, no número de novos alunos da rede pública do Município.
- Há preocupação com a situação das escolas integrada. Há expectativa de que trabalhe de redução de horário para meio turno. No entanto, não há organização, mediante providências para a ampliação de espaços e a contratação de professores.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Em relação à Portaria nº 138/2020 da SMED, essa criou regras para o término do 9º ano do Ensino Fundamental, prevendo que o aluno complete os estudos dessa série até 11 de fevereiro de 2021. No entanto, não houve discussão com os familiares e professores.
- Há posicionamento contrário à Portaria nº 138/20, mas se aceita a proposta de término da 5ª e da 9ª série escolares, por ser esse um direito do aluno. Após a publicação da mencionada Portaria, houve sugestão à SMED para que o 9º ano fosse feito com aulas presenciais e virtuais, mas essa sugestão não foi aceita.
- Os professores municipais se empenham em manter o contato com os alunos, mas há dificuldades.
- Há falta de vagas para crianças na rede pública estadual.
- A educação à distância tem exigido muito dos pais, que assumiram investimento com equipamentos e se tornaram professores de um momento para outro. Os professores estão se dedicando a diminuir perdas de aprendizagem. Muitos desses profissionais já apresentam graus elevados de depressão, havendo afastamentos e até mesmo pedidos de demissão.
- Não é possível o retorno das aulas presenciais neste momento da pandemia.
- Sugere-se a criação de Conselho para discutir a preservação da vida e a qualidade do ensino.
- O fluxo escolar deveria ter sido discutido entre os professores e não imposto pelo poder público. O ensino à distância surgiu em decorrência do atual contexto pandêmico, mas esse tema não foi discutido de forma



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

suficiente com os educadores.

- Há apreensão de que o retorno das aulas cause aumento do número de casos e óbitos em decorrência da infecção pela covid-19.
- Defendeu-se a permanência do isolamento social nas escolas, uma vez que há decisão judicial favorável.

## XXIX – Reunião 24º (13/10/2020)

**Finalidade:** aprovar os pedidos de informação à Secretaria Municipal de Educação, Ângela Dalben e ao Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil

### 3. Pedidos de informação

No decorrer das reuniões foram apresentados questionamentos materializados em pedidos de informação, devidamente aprovados pela comissão e encaminhados na forma regimental conforme relação que segue (as respostas estão anexas):

#### 1. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 288/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter esclarecimentos a respeito do ritmo de testagem da população do município de Belo Horizonte para detecção da Covid-19:

- Quantos testes estão sendo aplicados diariamente?
- Qual a metodologia para a seleção das pessoas testadas?
- Qual o número de testes já realizados até o momento?

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

#### 2. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 299/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Solicitar esclarecimentos a respeito do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, no tocante às clínicas de estética, que pleiteiam a liberação nos moldes do assegurado aos cabeleireiros, manicures e pedicures.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **3. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 299/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Solicitar esclarecimentos a respeito do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, no tocante às clínicas de estética, que pleiteiam a liberação nos moldes do assegurado aos cabeleireiros, manicures e pedicures.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **4. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 300/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Solicitar esclarecimentos a respeito do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **5. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 301/2020 - TURNO ÚNICO (Retirado de tramitação pelo deferimento do Requerimento de Comissão 305/2020)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter esclarecimentos a respeito do ritmo de testagem da população do município de Belo Horizonte para detecção da Covid-19: - Quantos testes estão sendo aplicados diariamente? - Qual a metodologia para a seleção das pessoas testadas? - Qual o número de testes já realizados até o momento?

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel



## 6. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 303/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil.

**FINALIDADE:** Obter informações relacionadas a medidas adotadas pelo município para o enfrentamento à epidemia da Covid-19, no âmbito da Saúde, da Educação, Esporte e Cultura, da Secretária de Fazenda e da Assistência Social.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

## 7. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 309/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte e Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado

**FINALIDADE:** Obter informações sobre a evolução da Pandemia do Covid-19 no Município.

**AUTORIA:** Ver.(a) Bella Gonçalves; Cida Falabella

## 8. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 310/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Pedido de informação acerca das barreiras sanitárias, as quais foram colocadas em Belo Horizonte e têm sido uma das estratégias para controlar a circulação de pessoas contaminadas no Município e diminuir a propagação da Covid-19. Considerando a implementação dessa medida, questiona-se quais são as estratégias da BHTRANS para evitar que grandes congestionamentos aconteçam devido à flexibilização do comércio?

**AUTORIA:** Ver.(a) Professor Juliano Lopes

## 9. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 311/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter esclarecimentos a respeito do Decreto 17.361 , de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus.

**AUTORIA:** Ver.(a) Professor Juliano Lopes

### **10. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 340/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Secretária Municipal de Política Urbana, Maria Fernandes Caldas e Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre os novos procedimentos para emissão de baixa de construção (habite-se).

**AUTORIA:** Ver.(a) Professor Juliano Lopes

### **11. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 341/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter esclarecimentos sobre as declarações dadas no dia 29/05/2020 sobre o cronograma de flexibilização das atividades econômicas em Belo Horizonte.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **12. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 344/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre o retorno das atividades escolares.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **13. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 346/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**FINALIDADE:** Obter informações sobre seguintes processos de Dispensa de Licitação:

1) Processo de Dispensa de Licitação exarado pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde, para proceder com a contratação de empresas para fornecimento de Máscaras de Proteção Individual, confeccionadas em tecido, para proporcionar a proteção adequada às populações mais vulneráveis que sofrem maior risco de contaminação pela dificuldade de isolamento social, em especial as populações de Vilas e Aglomerados do Município de Belo Horizonte, conforme consta nos autos do processo nº 04.000.436.20.03 - Dispensa 041/2020:

a) Destinação com quantitativo e cronograma de entrega das máscaras de proteção individual;

b) Critério técnico para aquisição da maior quantidade de máscaras no fornecedor de maior preço;

2) Quanto aos Processos de Dispensa de Licitação exarados pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde, para proceder com a contratação das empresas para fornecimento de insumos para o COVID-19, para abastecimento da rede SUS-BH, ITEM SICAM 22334, MASCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM 3 CAMADAS:

a) Destinação com quantitativo e cronograma de entrega das máscaras cirúrgicas na Rede SUS-BH;

b) Justificativa para aquisição do mesmo produto em Processos Licitatórios diferentes apresentando preços discrepantes, inclusive em relação ao valor de mercado.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

### **14. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 354/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito, Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre o Laboratório de Biologia Molecular, instalado em parceria com a ArcelorMittal, esclarecendo sobre a previsão de funcionamento desse e a capacidade de testagem (teste do tipo RT-PCR) para diagnóstico de Covid-19, com o objetivo de atender a rede SUS do Município de Belo Horizonte.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **15. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 356/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre a situação fiscal dos tributos devidos pelas escolas particulares para o segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021, dentre eles: Imposto predial e territorial urbano (IPTU), Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFL), Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) e Taxa de Fiscalização de Engenho de Publicidades (TFEP), considerando a suspensão das atividades desses estabelecimentos em razão da pandemia de Covid-19.

**AUTORIA:** Ver.(a) Professor Juliano Lopes

### **16. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 363/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil.

**FINALIDADE:** Obter informações a respeito das questões que seguem abaixo:

- A SMED pretende desenvolver alguma plataforma de ensino a distância ou adotar alguma dessas plataformas já disponíveis no mercado?
- Foi criado algum Grupo de Trabalho na SMED visando repensar as novas formas de ensino e aprendizagem em função das consequências da pandemia? Em caso positivo, qual o norte que a Rede Municipal de Educação está dando para o que está sendo chamado de Novo Normal?
- A SMED têm intenção de intensificar o uso de tecnologia e da internet, disponibilizando para os alunos da RME o ferramental necessário, tais como, tablete, computadores, acesso internet pública, etc? Em caso positivo, há previsão orçamentária para esse projeto?
- A SMED tem intenção de levar a Escola para dentro de Casa? Em outros termos, existe intenção da SMED de implantar educação semipresencial, uma parte da turma presencial e outra utilizando os recursos da Educação a Distância e depois invertendo a turma: casa escola e escola casa?
- Os professores da RME estão capacitados para executarem um Plano Educacional online?
- A Google disponibilizou os serviços de seu aplicativo "Sala de Aula — Classroom" de forma gratuita. O objetivo dessa Sala de Aula é disseminar os conteúdos educacionais ao longo dessa quarentena. A equipe pedagógica da SMED chegou a testar esse aplicativo? Há interesse nesses tipos de recursos?

**AUTORIA:** Ver.(a) Jair Di Gregório



## **17. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 364/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre as medidas adotadas pelo município para o enfrentamento à epidemia da Covid – 19.

1- Algumas profissões foram escaladas para atuar neste momento de pandemia: médicos e demais profissionais da saúde, policiais, bombeiros, defesa civil, caminhoneiros, profissionais da construção civil, da limpeza urbana, entregadores de comida e produtos, motoristas de táxi e aplicativos, profissionais de limpeza e conservação predial, porteiros, carteiros, etc. Solicitamos os seguintes esclarecimentos:

A SMSA tem conhecimentos e controle das pessoas contaminadas pelo COVID-19 desses segmentos profissionais, notoriamente, àqueles vinculados direta ou indiretamente a Prefeitura de Belo Horizonte?

Foram feitos testes nesses profissionais?

Em caso de contaminação quantos foram afastados do serviço e quantos retornaram depois de curados?

Todos os acometidos pelo COVID-19 já estão imunizados?

2- Na Rede Médica Hospitalar estão sendo ministrados medicamentos para as pessoas contaminadas pelo COVID-19 em estágio de média e alta gravidade?

Em caso positivo, esses medicamentos ministrados para o combate ao COVID-19 têm sido eficazes/eficiente?

Os resultados desses tratamentos são divulgados pelo órgão competente de saúde municipal através da mídia?

3- Os animais de companhia podem atuar como vetores/carreadores mecânicos do COVID-19?

Em caso positivo, é indicado a realização do exame para pets que tiverem contato com pessoas coronapositivos?

O presente pedido tem a finalidade de esclarecer as dúvidas acerca das medidas adotadas pelo município para o enfrentamento à epidemia da COVID-19.

**AUTORIA:** Ver.(a) Jair Di Gregório



## **18. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 365/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter as seguintes informações:

- Por que depois de mais de dois meses de isolamento social, em maior ou menor grau, nossa curva continua empinada para cima? A ciência, tão invocada, errou ao propor isolamento social ou é por que não fizemos a coisa direito?
- A postergação da curva empurrando-a para o início do inverno não incorre em agravamento da situação, uma vez que é fato conhecido a ampla incidência de doenças respiratórias neste período?
- A neurociência aponta que otimismo e pessimismo impactam corpo e mente, afetando diretamente a nossa saúde. O que a PBH tem feito para divulgar as notícias que apontam as ações estratégicas de combate ao coronavírus e os seus efeitos na reativação do desenvolvimento econômico da cidade?
- Qual a visão de longo prazo da PBH pós pandemia? Quais as mudanças necessárias para colocar Belo Horizonte no eixo do desenvolvimento econômico sustentável?

**AUTORIA:** Ver.(a) Jair Di Gregório

## **19. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 370/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Requerer informações sobre os processos de dispensa de licitação nº 04.000.398.20.16 - Dispensa 025/2020, e nº 04.000.426.20.50 - Dispensa 036/2020.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

## **20. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 375/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Polícia Militar de Minas Gerais

**FINALIDADE:** Obter informações sobre o protocolo de atendimentos do 190, nos casos de denúncias de descumprimento das regras de isolamento durante a pandemia.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

## **21. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 376/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Solicitar esclarecimentos sobre o aferimento da taxa de isolamento social em Belo Horizonte.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **22. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 378/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte.

**FINALIDADE:** Obter informações sobre a atual receita orçamentaria proveniente da transferência dos recursos do Estado de Minas Gerais destinados ao Fundo Municipal de Saúde, especificando, também se houve transferência específica para as ações e serviços de saúde referentes ao enfrentamento a Covid-19.

**AUTORIA:** Ver.(a) Bella Gonçalves

### **23. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 395/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Solicitar esclarecimentos sobre as atividades econômicas e suas fases de reabertura.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **24. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 398/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações se o Executivo Municipal entrou em contato com a Startup mineira que desenvolve teste de Covid-19 que fica pronto em 15 minutos e custa menos de R\$ 50, ou com empresa que desenvolva iniciativa similar.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel



## **25. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 400/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações referentes ao planejamento do Comitê de Enfrentamento da Covid-19 e Comitê de Retomada em relação às atividades econômicas (shopping centers, centres de comércio e galerias de lojas; cinemas e teatros; clubes de serviço e de lazer; academia, centro de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico; casas de shows e espetáculos de qualquer natureza; boates, danceterias, salões de dança, casas de festas e eventos; feiras, exposições, congressos e seminários; parques de diversão e parques temáticos: bares, restaurantes, lanchonetes e outros) que ainda não foram contempladas pela política de flexibilização adotada pela Prefeitura, bem como sobre as novas etapas de reabertura e os protocolos sanitários a serem adotados por cada setor.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

## **26. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 401/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações referente aos critérios utilizados para abertura de alguns shoppings populares em detrimento de outros centros comerciais, com a mesma estrutura e a mesma descrição da atividade econômica (CNAE).

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

## **27. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 407/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Secretário Municipal de Fazenda de Belo Horizonte, Sr. João Antônio Fleury

**FINALIDADE:** Obter informações sobre o estado de calamidade pública, estipulado através do Decreto Municipal nº 17.334 de 20 de abril de 2020, informando: a) Quais serviços e obras foram dispensados de licitações desde que foi decretado o Estado de Calamidade Pública? b) Quanto foi gasto nestes serviços e obras? c) Para quais áreas do município este valor foi direcionado e por que? d) Há ainda algum valor em caixa que





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ainda será direcionado? Se sim, qual é o planejamento? e) Quanto a Prefeitura de Belo Horizonte já gastou desde que o primeiro decreto publicado no contexto do combate ao Covid-19 (Dec. 17.304/2020 que foi revogado pelo Dec. 17.328/2020), de gastos como a distribuição de cestas básicas, aquisições de máscaras, entre outros equipamentos necessários para a população para o combate ao Covid-19?

**AUTORIA:** Ver.(a) Wesley Autoescola

### **28. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 408/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Ministro da Cidadania da República Federativa do Brasil, Sr. Onyx Lorenzoni.

**FINALIDADE:** Obter informações, observando o direito de acesso a informação previsto no ordenamento jurídico brasileiro no art. 5º inciso XXXIII, bem como no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, sobre o Crédito Extraordinário como auxílio emergencial aos vulneráveis em razão da pandemia de Covid-19, permitido através da Medida Provisória 937 de 2020, no âmbito do município de Belo Horizonte, informando: a) Quantos cidadãos do município de Belo Horizonte receberam o auxílio de R\$ 600,00? b) Quantos cidadãos do município de Belo Horizonte receberam o auxílio de R\$ 1.200,00? c) Quantos dados de cidadão do município de Belo Horizonte ainda estão sendo analisados para receberem os pagamentos? d) Quantos cidadãos belo-horizontinos foram recusados no procedimento de análise? e) Quais são os passos de análise para que os avaliadores cheguem a uma conclusão de recusa ou aprovação? f) Quanto tempo leva para serem avaliados os dados de um único cidadão? g) Qual o valor total pago aos cidadãos do município de Belo Horizonte?

**AUTORIA:** Ver.(a) Wesley Autoescola

### **29. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 409/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Secretário de Trabalho, vinculado ao Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo

**FINALIDADE:** Informações sobre a suspensão dos contratos trabalhistas, permitida através da Medida Provisória 936 de 1º de abril de 2020, no âmbito do município de Belo Horizonte, informando: a) Quantas empresas privadas de grande porte requisitaram a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

suspensão dos contratos de trabalhos até maio de 2020? b) Quantas empresas privadas de pequeno e médio porte requisitaram a suspensão dos contratos de trabalhos até maio de 2020? c) Quantas empresas privadas de grande porte requisitaram a redução de carga horária de seus funcionários até maio de 2020? d) Quantas empresas privadas de pequeno e médio porte requisitaram a redução de carga horária de seus funcionários até maio de 2020? e) Qual foi o valor total pago para este propósito no município de Belo Horizonte? f) Quantas empresas privadas de pequeno e médio porte requisitaram o Crédito Emergencial para financiar salários de seus funcionários? g) Quais foram as maiores dificuldades encontradas pelo Governo Federal para efetuarem os pagamentos?

**AUTORIA:** Ver.(a) Wesley Autoescola

### **30. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 428/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre a quantidade de Unidades de Suporte Avançado (USA) no SAMU de Belo Horizonte, sobre quantas unidades estão destinadas de modo exclusivo a atendimento de pacientes com COVID-19, sobre quais os protocolos e rotinas de higienização das ambulâncias. Em relação ao transporte intra-hospitalar, qual tempo médio de atendimento entre a liberação da vaga e chegada no local de destino.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

### **31. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 431/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto

**FINALIDADE:** Obter informações sobre os casos notificados com o quadro respiratório agudo suspeito de infecção humana pelo SARS-CoV-2 (Covid-19) e sobre os casos com resultado de exame positivo para Covid-19 que evoluíram ou não para óbito.

**AUTORIA:** Ver.(a) Pedro Bueno

### **32. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 432/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**FINALIDADE:** Obter informações sobre as medidas adotadas pelo Poder Executivo Municipal para prevenção a Covid-19, destinadas a garantir a saúde e a segurança das profissionais do sexo do Município e Solicita-se, também, informações acerca das medidas de fiscalização executadas pelo Poder Executivo em hotéis, apart-hotéis, pousadas, pensões, hotéis, campings, albergues e outros alojamentos, segundo o Decreto nº 17.328, de 08 de abril de 2020.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

### **33. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 441/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações acerca do funcionamento, durante o período de pandemia, do serviço de fiscalização de perturbação de sossego, com base na Lei 9.505/08.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **34. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 456/2020 - TURNO ÚNICO (Rejeitado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Membro do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 de BH, Carlos Ernesto Ferreira Starling.

**FINALIDADE:** Obter informações referente ao início dos trabalhos do Sr. Carlos Ernesto Ferreira Starling na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e no Comitê do COVID-19; vencimentos; cópia dos protocolos desenvolvidos e estabelecidos no período da epidemia na rede pública de BH; cópia de todas as atas de reunião do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 de BH.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

### **35. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 459/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil; Secretario Municipal de Saúde, Jackson Machado e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Máira Colares.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**FINALIDADE:** Obter informações sobre as medidas de proteção social e econômicas adotadas pelo Município em relação as trabalhadoras e trabalhadores do sexo que atuam ou residem em Belo Horizonte.

**AUTORIA:** Ver.(a) Bella Gonçalves

### **36. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 460/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre o Comitê de Enfrentamento à epidemia do Covid-19, instituído pelo Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020, solicitando as atas das reuniões realizadas no âmbito desse Comitê bem como os protocolos estabelecidos e desenvolvidos, considerando a competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do novo Coronavírus, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e o controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas. Solicita-se, ainda, que sejam disponibilizados os custos relacionados à instituição do Comitê de Enfrentamento à epidemia do Covid-19.

**AUTORIA:** Ver.(a) Fernando Borja

### **37. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 461/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil; Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado; Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra Colares; Secretário Municipal de Segurança Pública, Genilson Zeferino

**FINALIDADE:** Obter informações sobre a evolução da Pandemia Covid-19 no Município.

**AUTORIA:** Ver.(a) Bella Gonçalves; Cida Falabella

### **38. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 492/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

**(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)**

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

**FINALIDADE:** Obter esclarecimentos sobre a nova metodologia de cálculo da ocupação de UTI's do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel; Fernando Borja

### **39. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 493/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre obre as atividades econômicas ligadas ao Turismo, eventos e feiras.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **40. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 507/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil.

**FINALIDADE:** Obter informações sobre a implantação de aproximadamente 30 km de novas ciclofaixas no município em caráter temporário.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **41. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 545/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter as seguintes informações: -Qual é o protocolo para testagem dos profissionais que atuam nas UPAs? Há distinção para os empregados e contratados que exercem atividades na unidade? -Quais as ações emergenciais para o surto apresentado na UPA Barreiro? -Qual o percentual de profissionais da saúde já testados, e qual a periodicidade da realização dos testes? -Quanto profissionais foram afastados da UPA Barreiro em razão de contaminação pelo novo coronavírus?

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **42. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 547/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**FINALIDADE:** Obter informações acerca das contratações durante a pandemia de Coronavírus.

**AUTORIA:** Ver.(a) Dr. Bernardo Ramos

### **43. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 559/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil.

**FINALIDADE:** Obter informações sobre o protocolo de atendimento dos pacientes internados no Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, durante o período da pandemia.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **44. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 545/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter as seguintes informações: -Qual é o protocolo para testagem dos profissionais que atuam nas UPAs? Há distinção para os empregados e contratados que exercem atividades na unidade? -Quais as ações emergenciais para o surto apresentado na UPA Barreiro? -Qual o percentual de profissionais da saúde já testados, e qual a periodicidade da realização dos testes? -Quantos profissionais foram afastados da UPA Barreiro em razão de contaminação pelo novo coronavírus?

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **45. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 547/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações acerca das contratações durante a pandemia de Coronavírus.

**AUTORIA:** Ver.(a) Dr. Bernardo Ramos

### **46. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 559/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil.

**FINALIDADE:** Obter informações sobre o protocolo de atendimento dos pacientes internados no Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, durante o período da pandemia.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **47. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 577/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Questionar sobre os protocolos para reabertura das atividades econômicas ligadas aos bares e restaurantes.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel; Nely Aquino; Preto; Professor Juliano Lopes

### **48. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 581/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

**FINALIDADE:** Obter informações sobre os dados divulgados pelo Portal G1, em matéria intitulada "Minas Gerais é o estado brasileiro que aplicou menos recursos em saúde durante a pandemia".

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **49. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 583/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito, Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Questionar sobre as atividades de fiscalização exercidas pela Guarda Municipal no combate às infrações no período de pandemia, em razão de diversas reclamações em face do estabelecimento comercial citado.

**AUTORIA:** Ver.(a) Gabriel

### **50. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 588/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil; Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado; Conselho Municipal de Saúde.

**FINALIDADE:** Obter informações sobre a evolução da Pandemia Covid-19 no Município:

1) Foi ou está sendo cogitada a possibilidade de unificação de leitos públicos e privados? Caso tal possibilidade esteja sendo considerada, informar por quais meios e qual ônus ou contrapartida financeira será assumida pelo Município. 2) Quais medidas vêm sendo adotadas para otimização e distribuição de leitos a partir das solicitações feitas pela Central de Leitos?

**AUTORIA:** Ver.(a) Bella Gonçalves

### **51. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 606/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil

**FINALIDADE:** Obter informações sobre as ações de enfrentamento e combate à contaminação por Covid-19 em populações quilombolas e indígenas que vivem e trabalham em Belo Horizonte, em decorrência dos encaminhamentos da audiência pública "Os desafios das mulheres indígenas e quilombolas no contexto da pandemia do Covid-19" realizada no dia 10 de agosto de 2020 às 10h no Plenário Helvécio Arantes - na modalidade online, durante reunião ordinária da Comissão de Mulheres.

**AUTORIA:** Ver.(a) Bella Gonçalves; Cida Falabella; Edmar Branco

### **52. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 607/2020 - TURNO ÚNICO (Aprovado)**

(VINCULADO A: REQUERIMENTO 117/2020)

**SOLICITAÇÃO:** Pedido de informação

**DESTINATÁRIO:** Presidente do Conselho Regional de Educação Física da Sexta Região - CREF6/MG, Cláudio Augusto Boschi.

**FINALIDADE:** Obter as seguintes informações: 1 - Quantos profissionais de educação física e pessoas jurídicas registradas no CREF6/MG estão em dia com a anuidade do ano de 2020? 2 - Tendo em vista pandemia e, por consequência, o fechamento de academias desde 19 de março de 2020, há política de descontos das anuidades apresentadas pelo CREF6/MG? 3 - Há possibilidade de que as mensalidades relativas à anuidade de 2020 sejam isentas?

**AUTORIA:** Ver.(a) Professor Juliano Lopes



#### 4. Proposições

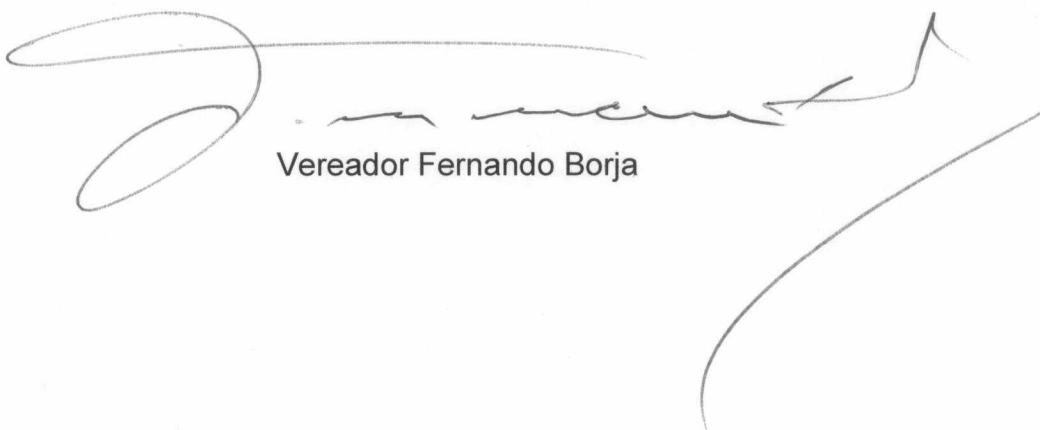
- 1) Que a cópia desse relatório final, após aprovação, seja enviada ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais e para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- 2) Que seja encaminhada indicação ao Poder Executivo para apresentação ao Poder Legislativo, do plano com os protocolos da eventual reabertura das escolas de Belo Horizonte. Ainda que o momento não seja adequado para a reabertura, é necessário realizar o planejamento com antecedência para garantir o fiel cumprimento dos protocolos desenhados especificamente para essa área;
- 3) Que seja encaminhado requerimento para que a Câmara seja notificada imediatamente da data que cessar o atendimento especializado em razão da pandemia, à população em situação de rua;
- 4) Que seja elaborada indicação para que o poder Executivo firme termo de cooperação com a UFMG para acompanhamento dos dados relativos à covid-19 durante todo o ano de 2021, tendo em vista tratar-se de doença nova e com consequências ainda desconhecidas;
- 5) Que as multas aplicadas às concessionárias que realizam o transporte público coletivo de passageiros sejam imediatamente cobradas, vez que o recurso significará importante complemento do caixa;
- 6) Que seja ampliada a fiscalização do transporte coletivo para garantir a observância das normas e protocolos municipais;



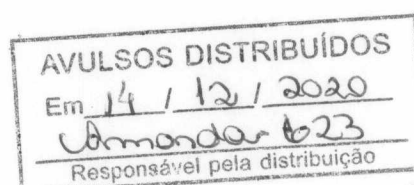
## 5. Considerações Finais

Considerando que este estudo constitui uma consolidação das principais informações coletadas por essa Comissão, durante a realização de audiências públicas e de reuniões de convidados, ressalta-se que o conteúdo pormenorizado pode ser acessado por meio das atas e dos vídeos das reuniões, disponíveis no portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2020



Vereador Fernando Borja





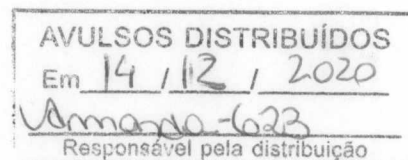
# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## INDICAÇÃO

Senhora Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Poder Executivo, sugerindo:

1. Que seja apresentado ao Poder Legislativo, o plano com os protocolos da eventual reabertura das escolas de Belo Horizonte. Ainda que o momento não seja adequado para a reabertura, é necessário realizar o planejamento com antecedência para garantir o fiel cumprimento dos protocolos desenhados especificamente para essa área;
2. Que a Câmara seja notificada imediatamente da data que cessar o atendimento especializado em razão da pandemia, à população em situação de rua;
3. Que o poder Executivo firme termo de cooperação com a UFMG para acompanhamento dos dados relativos à covid-19 durante todo o ano de 2021, tendo em vista tratar-se de doença nova e com consequências ainda desconhecidas;

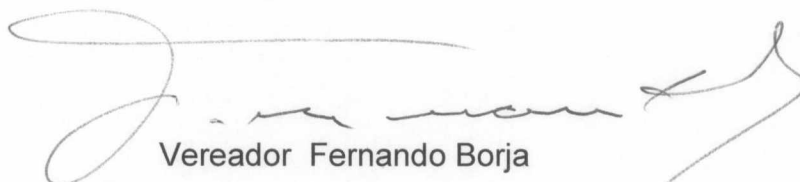




## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4. Que as multas aplicadas às concessionárias que realizam o transporte público coletivo de passageiros sejam imediatamente cobradas, vez que o recurso significará importante complemento do caixa;
5. Que seja ampliada a fiscalização do transporte coletivo para garantir a observância das normas e protocolos municipais;

Belo Horizonte, 14 de Dezembro de 2020.



Vereador Fernando Borja

À Senhora

Vereadora Nelly Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 14 / 12 / 20

Amoroso - 623

Responsável pela distribuição